



Revista Brasileira de  
**História  
Militar**



Ano VI - Nº 17  
Agosto 2015



# Editorial

Nesta edição, focada em conflitos do Século XX, trazemos uma brilhante análise do ilustre Professor Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira sobre um dos mais sangrentos conflitos da América Latina em todos os tempos: A Guerra do Chaco, entre Paraguai e Bolívia. Contamos também com a participação dos seguintes pesquisadores: Daniel Albino da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro –UNIRIO; Thiago Janeiro Sarro da Escola de Guerra Naval – EGN e Luiz Gustavo Cossari da Universidade Estadual de Londrina.

A todos, nosso muito obrigado.

Cesar Machado  
Editor Responsável



## Imagem desta Edição

Tanque Vickers “Type A” de seis toneladas, em operação no Exército Boliviano, durante a Guerra do Chaco. (1932 - 1935)<sup>6</sup>.



Revista Brasileira de  
**História  
Militar**

historiamilitar.com.br  
ISSN 2176-6452

**Conselho Editorial**

Prof. Dr. Paulo André Leira Parente	Cel. Dr. Luiz C. Carneiro de Paula
Prof. Dr. Marcos Guimarães Sanches	CMG Prof. Ms. Francisco E. Alves de Almeida
Prof. Dra. Maria Teresa Toribio B. Lemos	Prof. Dr. Ricardo Pereira Cabral
Prof. Dra. Adriana Barreto de Souza	Prof. Dr. Manuel Rolph de Viveiros Cabeceiras
Prof. Dra. Cláudia Beltrão da Rosa	Cel. Prof. Ms. Cláudio Passos Calaza
Prof. Dr. Cesar Campiani Maximiano	Prof. Dr. Marcello José Gomes Loureiro
Gen. Dr. Aureliano Pinto de Moura	

**Editor Responsável**

Cesar Machado Domingues

**Editores Associados**

Ronaldo Lucas da Silva

**Administração e Redação**

Rio de Janeiro – RJ. CEP 22.470-050

E-mail: editor@historiamilitar.com.br

**Revisão e Diagramação**

Daniel Albino da Silva



# Índice

**A Guerra do Chaco.....6**

*Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira*

**A Jornada dos Pracinhas: Uma análise introdutória da construção da história pública sobre a Força Expedicionária Brasileira.....44**

*Daniel Albino*

**A Grande Guerra nos relatórios do ministro Alexandrino de Alencar à Presidência da República (1913, 1914, 1915 e 1917).....61**

*Thiago Janeiro Sarro*

**Soldados do Corpo Alpino Italiano na Batalha de Stalingrado.....86**

*Luiz Gustavo Cossari*

**Eventos.....96**

**Livro em Destaque.....97**

## A GUERRA DO CHACO<sup>1</sup>

Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira<sup>2</sup>

### Resumo

Este artigo analisa as circunstâncias que envolveram a Guerra do Chaco, entre Paraguai e Bolívia, na primeira metade do presente século. Faz-se um estudo da evolução da situação política e econômica na região desde a Guerra da Tríplice Aliança, ressaltando também os interesses dos países vizinhos na disputa dos dois países beligerantes pela região do Chaco. Paraguai e Bolívia enfrentaram-se em torno da posse da região por motivos econômicos, sobretudo no caso do Paraguai, e por motivos estratégicos, precipuamente no caso da Bolívia que teria, com a tomada do Chaco, acesso à bacia platina e, assim, maior facilidade de escoamento para a sua produção petrolífera. A deflagração do conflito envolveu mais diretamente os interesses da Argentina e do Brasil, que tiveram importante papel no desenrolar e na conclusão da Guerra do Chaco.

**Palavras-chave:** Guerra do Chaco. Paraguai. Bolívia.

### Abstract

This article analyses the circumstances that surrounded the Chaco War, between Paraguay and Bolivia, in the first half of the current century. It studies the evolution of the political and economic situation in the region since the War of the Triple Alliance, stressing also the interests of the neighbouring countries in the dispute of the belligerent countries over the Chaco. Paraguay and Bolivia fought each other in order to control the region guided by economic reasons, mainly for Paraguay, and strategic ones, mostly for Bolivia, which, by possessing the Chaco, would have access to the Plata Basin and easier drainage to its oil production. The deflagration of the conflict involved more directly the interests of Argentina and Brazil, two countries that played an important role in the development and in the conclusion of the Chaco War.

**Key-words:** Chaco War. Paraguay. Bolivia.

<sup>1</sup> Publicado originalmente na Revista Brasileira de Política Internacional, nº. 41, Brasília jan/jun de 1998.

<sup>2</sup> Bacharel em Direito pela Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas (1960), doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (1982), Professor Titular de História da Política Exterior na Universidade de Brasília (aposentado) e Doutor Honoris Causa pelas Faculdades Integradas do Brasil-UniBrasil (2006) e pela Universidade Federal da Bahia (2009). Sócio do Comitato Scientifico della Rivista dell'Istituto di Alti Studi in Geopolitica e Scienze Ausiliarie de Roma, Academia de Letras e Artes de Portugal e sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHBa) e da Academia de Letras da Bahia.

O Brasil quase nada ganhou com a Guerra da Tríplice Aliança (1865-1870). Já unificado e centralizado como Estado-Império, com soberania sobre aproximadamente 8 milhões de km<sup>2</sup> e uma população de 11 milhões de habitantes, apenas assegurou a abertura do Rio Paraguai à navegação, necessária ao abastecimento e à defesa da Província de Mato Grosso, e a anexação da área litigiosa entre o Rio Paraguai<sup>3</sup> e a serra de Maracaju, rica em ervaçais, mas sem imediatos efeitos econômicos. O conflito custou-lhe, entretanto, sacrifícios que lhe desequilibraram as finanças por um quarto de século, conforme a previsão do Visconde de Mauá<sup>4</sup>. A fim de financiar a longa campanha contra as forças do Marechal Francisco Solano Lopez, o Governo Imperial tivera de gastar 600.000 contos-ouro, entre 1865 e 1870<sup>5</sup>, tomando à Casa Rotschild, em 1865, um empréstimo de ££ 6.963.600 e emitindo, até 1870, cerca de 459.600 contos de reis<sup>6</sup>. O serviço da dívida externa passou desde então a consumir mais de 60 %, em escala crescente, do saldo que a sua balança comercial começara a apresentar, a partir de 1861, com o incremento das exportações de café para os E.U.A.<sup>7</sup>. E o Paraguai não teve sequer condições de pagar ao Brasil a dívida de guerra. Além de comprometer as finanças do Brasil, a Guerra da Tríplice Aliança também contribuiu para liquidar seu próprio sistema bancário, o mais adiantado e o único relativamente autônomo da América Latina<sup>8</sup>, ao prejudicar os negócios da Casa Mauá com a República do Uruguai. Conquanto se vinculasse às firmas Carruthers e McGregor, da Grã-Bretanha, o banco, que Irineu Evangelista de Souza, o Visconde de Mauá, possuía, representava uma espécie de embrião nacional do capitalismo financeiro, orientando seus vultosos investimentos para o esforço de industrialização, não só no Brasil como no Uruguai e na Argentina.

O Visconde de Mauá julgava “dever o Brasil exercer no Rio da Prata a influência a que lhe dá o direito sua posição de primeira potência na América do Sul”<sup>9</sup>. Compreendia, no entanto, que uma “base econômica” e “não a da política exclusivamente” devia estear a preponderância sobre o Uruguai e que “cumpria estender a ação dessa influência ao outro lado do Rio da Prata”<sup>10</sup>, ou seja, à Argentina. Por esta razão o Banco Mauá, que criara no Brasil diversas empresas (fundição e estaleiro da Ponta de Areia, ferrovias, fábricas de tecidos, curtumes, etc), realizou inúmeros investimentos importantes tanto no Uruguai (frigorífico, telégrafo, companhia de gás), quanto na Argentina, com

---

3 NOTA EDITOR, Aqui foi feita uma correção, pois na publicação original consta Rio Ugureí, provavelmente por um erro de impressão.

4 Mauá, 1942, pp. 171 e 177; Granzieira, 1979, pp. 117 e 118.

5 Calógeras, 1927, p. 237; Normano, 1939, p. 230.

6 Graham, 1968, p. 100; Mendocça, p. 206.

7 Sodré, 1976, p. 262; Granzieira, 1979, pp. 62, 73 a 75.

8 Donghi, 1972, pp. 168 e 274; Granzieira, 1979, pp. 58 e 60.

9 Mauá, 1942, p. 252.

10 Mauá, 1977, pp. 116 a 119.

a instalação de agências em Montevidéu, Salto, Paysandu, Mercedes e Cerro.<sup>11</sup> Por mais de 20 anos ele se tornou o agente financeiro daqueles dois países, a cujos governos concedeu vultosos empréstimos.<sup>12</sup> Mas, a sofrer prejuízos no Uruguai, onde, desde 1865, enfrentara situações políticas adversas<sup>13</sup>, e a lutar, por causa da São Paulo Railway (Estrada de Ferro Santos-Jundiaí), contra a Casa Rothschild, o Banco Mauá não sobreviveu à Grande Depressão de 1874 e, um ano depois, pediu moratória, quando o Banco do Brasil, por estranha orientação do Governo Imperial, negou-lhe um empréstimo de 3.000 contos para atender ao pagamento de cambiais, entre as quais ££ 70.000 a favor do Governo da Argentina, apesar da garantia dada com os títulos da Companhia Pastoral, no valor de 6.000 contos<sup>14</sup>. A falência do Banco Mauá, três anos depois, concorreu para impedir que o Brasil, com as finanças depauperadas, tivesse condições de ocupar economicamente o Paraguai<sup>15</sup>, conquanto ainda lá mantivesse, por algum tempo, a influência política, reforçada, sobretudo, durante o Governo do General Bernardino Caballero (1880-1886)<sup>16</sup>. A Argentina, pelo contrário, fortalecera-se econômica e politicamente no curso da Guerra da Tríplice Aliança, não obstante as lutas civis que a convulsionaram naquele período, e que por mais alguns anos a afligiriam. Como as batalhas contra as forças do Marechal Francisco Solano Lopez ocorreram na mesopotâmia da Bacia do Prata, sem afetar-lhe a produção e as atividades do comércio<sup>17</sup>, ela se convertera na principal fonte de suprimento dos exércitos aliados. As “enormes somas de dinheiro”, despendidas pelo Brasil em Buenos Aires e em outras províncias da Argentina, “com mais prodigalidade do que discrição”, possibilitaram aos seus habitantes a acumulação de grandes fortunas, conforme os diplomatas britânicos Edward Thornton e H.G. Lettson observaram.<sup>18</sup> A burguesia mercantil-financeira de Buenos Aires e os grandes estancieiros, que tratavam de construir e consolidar o Estado Nacional argentino, lançaram-se então à penetração econômica do Paraguai, uma vez que o Brasil não permitiria a sua anexação, propósito este mais ou menos entremostrado pelo Presidente Bartolomé Mitre e seu Ministro das Relações Exteriores, Rufino de Elizalde, quando das negociações do Tratado da Tríplice Aliança.<sup>19</sup>

11 Teixeira Soares, 1957, pp. 248 a 249, 297 a 298, 333 a 335; Faria, 1958, pp. 197, 225, 318 a 319; Normano, 1939, pp. 123 a 125.

12 Besouchet, 1978, pp. 107 a 114; Teixeira Soares, 1957, pp. 189 a 201; Mauá, 1942, pp. 301.

13 Id., pp. 295 e segs.

14 Mauá, 1942, p. 283; Teixeira Soares, 1957, p. 318.

15 Warren, 1978, p. 283.

16 Warren, 1985, pp. 51 a 61.

17 Ferns, 1969, p. 326.

18 Carta de E Thornton a Thomas Baring, particular, Rio de Janeiro, 23.2.1867; Thornton a Baring, particular, 7.9.1967. HC4.1.45, BBA-H.G.Lettson e Lord Claredon, Montevideo, 10.2.1866. PRO-FO420-20, Teixeira Soares, 1957, p. 309; Pomer, 1968, p. 237.

19 Ofício n° 6, confidencial, Francisco Otaviano de Almeida Rosa ao Conselheiro João Pedro Dias Vieira, Buenos Aires, 25.4.1965, AHI-272-1-21. Pomer, 1979, pp. 122 a 123. “Existe remédio radical e definitivo para a situação e este consiste em fazer com que o Paraguai e a Banda Oriental entrem para fazer parte de uma Federação com a República Argentina,



Em 1870, quando a Guerra da Tríplice Aliança terminou, cerca de 16.239 léguas quadradas, de um total de 16.590, que constituíam o território paraguaio, pertenciam ao Estado; apenas 261 léguas quadradas estavam em mãos de particulares.<sup>20</sup> O Estado ainda possuía 72 km de ferrovia em funcionamento, 148 edifícios em Assunção e 352 em cidades e vilas do interior.<sup>21</sup> Mas logo em seguida o processo de privatização começou, a fim de possibilitar o pagamento das obrigações (Lei de 7.12.1870) e amortizar emissões de papel moeda, com o que todo aquele patrimônio, no curso de alguns anos, passou para o controle dos investidores de outras nações, particularmente da Argentina, da qual o Paraguai não apenas copiou a Constituição como adotou o próprio Código Civil. O historiador paraguaio Ricardo Caballero Aquino salientou que “a maioria dos especuladores estrangeiros, que chegaram ao Paraguai para investir em terras, vieram desde ou através da Argentina”<sup>22</sup> e esta situação contribuiu para incrementar ainda mais a dependência do país em relação a Buenos Aires, cujos bancos e instituições financeiras começaram a receber e enviar grandes somas de divisas a Assunção.<sup>23</sup>

Conforme outro historiador paraguaio, Efraim Cardozo, “a venda de terras públicas converteu os capitalistas argentinos nos maiores proprietários do país”<sup>24</sup>, sendo que a companhia La Industrial Paraguaya se apropriara de mais da metade das plantações de erva-mate, o mais importante item de sua pauta de exportações, e suplantara, vantajosamente, a Mate Laranjeira, a concorrente brasileira, afetada ainda mais pelas taxas alfandegárias.<sup>25</sup>

*A mediterraneidade* do Paraguai tornara inevitável a preponderância da Argentina, o principal mercado de consumo para os seus produtos, sobretudo a erva-mate, dado que ele só dispunha do Rio da Prata como única via de comunicação com o mundo e de acesso ao comércio internacional. Essa via dependia, exclusivamente, do porto de Buenos Aires.

O Brasil, cujas tropas se retiraram do Paraguai em 1876, tratou de conservar ainda sua influência política, favorecida sobretudo pelo Governo do General Bernardino Caballero (1880-1886), que fundou em 1887 o Partido Nacional (posteriormente denominado Associação Nacional Republicana), o Partido Colorado, para contrapor-se à emergência, naquele mesmo ano, do Partido

a fim de criarem um Estado de língua castelhana que responda ao Brasil pelos seus atos e afaste por sua responsabilidade as ocasiões de guerra”. Nota de Domingo F. Sarmiento ao Ministro das Relações Exteriores da Argentina, New York, s/d, In Sarmiento, 1983, pp. 122 a 123.

20 Pastore, 1972, p. 178.

21 Memoria del Ministerio de Hacienda del Gobierno Provisorio al Congreso Nacional, Asunción, 24.11.1870. Apud Pastore, 1972, p. 178.

22 Caballero Aquino, 1985, p. 148.

23 Id., Ibid., p. 148 e 149.

24 Cardozo, 1965, p. 117.

25 Warren, 1985, p. 120.

Liberal, sob o nome de Centro Democrático. A disputa entre essas duas organizações refletia de certo modo a rivalidade entre o Brasil e a Argentina, que as instrumentalizaram e de cujas contradições elas também se valeram, a fomentarem no Paraguai um clima de contínua turbulência política.

Embora cultuasse a memória do Marechal Francisco Solano Lopez, a reverenciá-lo como o herói da guerra, mártir da Pátria, vítima da Tríplice Aliança, o Partido Colorado alinhou-se com o Brasil e captou sua simpatia, dado que se apresentava como o baluarte da resistência às ambições territoriais da Argentina, cujo respaldo material (dinheiro, navios e armas) possibilitou, finalmente, a vitória de uma revolução, dirigida pelo Partido Liberal, em 1904.<sup>26</sup>

O Governo do então Presidente Juan Antonio Escurra (1902-1904) contava com o apoio do Brasil, cuja simpatia ganhara quando evitou o aumento das tarifas sobre o trânsito da erva-mate e permitiu a liberdade de emigração daqueles que quisessem trabalhar no território brasileiro. Porém, mais incompetente do que todos os seus predecessores do Partido Colorado, afigurava-se instável e a Legação da Grã-Bretanha em Assunção, já em julho de 1904, previa e esperava que a revolução ocorresse, para derrubá-lo.<sup>27</sup>

Com efeito, um mês depois, ela eclodiu, sob o comando do General Benigno Ferreira, acusado de envolvimento com Henry White, gerente local da Paraguay Central Railway, que, aliás, confiava na sua vitória para resolver problemas pendentes da companhia.<sup>28</sup>

Cerca de 300 revolucionários, por volta do dia 10 de agosto, apossaram-se do navio mercante Sajonia, nele instalaram uma bateria de seis canhões Krupp e, com 2.000 fuzis Remington, adentraram o rio Paraguai, dominando seu curso e capturando cidades e postos ao sul de Assunção.<sup>29</sup> O Vice-Presidente da República, Manuel Dominguez, rompeu então com o Governo Escurra, aderindo à revolução, cujas causas, o Cônsul da Grã-Bretanha em Assunção, Cecil Gosling, observou, eram de natureza mais intrincada do que geralmente se supunha uma vez que os Estados vizinhos – Argentina, Brasil e Bolívia – estavam mais envolvidos na contenda do que à primeira vista se afigurava.<sup>30</sup> Segundo ele, a salientar que boas razões havia para crer que o crédito dos revolucionários fosse o mais amplo em Buenos Aires, a queda do Governo Escurra, com toda a probabilidade, significaria moralmente o protetorado da Argentina sobre o Paraguai e, como os cofres de Assunção estavam vazios, a obtenção

26 Id. Ibid., pp. 32, 36 e 37.

27 Despatch N° 4, W.Haggard to Marquess of Lansdowne, Asunción, 8.7.1904. PRO-FO59-62.

28 Id. Ibid. Warren, 1985, p. 126.

29 Despatch N° 5, Haggard to Lansdowne, Buenos Aires, 10.8.1904; Telegrama, Haggard to Lansdowne, Buenos Aires, 12.8.1904, 1:45pm. Ibid.

30 Despatch N° 38, Cecil Gosling, British Consulate, to Foreign Office, Assunção, 30.9.1904. Ibid.

de empréstimos exteriores tornar-se-ia matéria de imediata necessidade.<sup>31</sup> Tanto em Buenos Aires quanto em Assunção, os círculos diplomáticos estavam convencidos de que o Governo argentino sustentava aquele movimento sedicioso e que se orientava no sentido da anexação do Paraguai.<sup>32</sup> A parcialidade ostensivamente se manifestara. Ainda que os revolucionários não tivessem os direitos de beligerantes, o Governo argentino medida nenhuma tomou para reprimir, nos rios da Bacia do Prata, as ações qualificadas de pirataria, tais como a captura e revista de navios mercantes ou de passageiros, que se destinavam ao porto de Assunção.<sup>33</sup>

Um paquete brasileiro, procedente de Mato Grosso, detido foi pela flotilha rebelde, em frente de Concepción, e revistado com grande aparato de força.<sup>34</sup> Diante daquelas circunstâncias, o Brasil enviou dois navios de guerra – República e Carioca – ao porto de Assunção e, depois, deslocou o cruzador Tiradentes e dois navios – Fernandes Vieira e Antonio João – para o rio Paraguai, onde a Argentina estacionara uma flotilha maior.<sup>35</sup> E o Barão do Rio Branco, então Ministro das Relações Exteriores, pediu a interferência dos EUA. Instruiu o Chefe da Legação do Brasil em Washington, Ministro Plenipotenciário Alfredo de Moraes Gomes Ferreira, que insinuasse “discretamente” a John Hay, Secretário de Estado do Presidente Theodore Roosevelt, a “conveniência” de mandar um ou dois navios de guerra ao Paraguai, a fim de prestigiar o Governo legal, impedir os abusos dos revolucionários contra os navios mercantes e induzi-los a aceitar condições razoáveis de pacificação.<sup>36</sup> Os EUA recusaram-se a tomar qualquer iniciativa, a alegarem a distância como pretexto, mas o fato é que o Presidente Theodore Roosevelt já expressara certa simpatia pela Argentina, ao proclamá-la como a nação eleita “para sustentar a Doutrina Monroe na América do Sul, devido às suas “condições de progresso e raça”.<sup>37</sup>

À frente do Corpo Diplomático, o Ministro Plenipotenciário do Brasil, Itiberê da Cunha, realizou renovadas gestões, com o objetivo de obter para o conflito uma solução conciliatória, favorável ao Presidente Escurra. Não teve êxito. O General Benigno Ferreira exigira indicação de um membro do Partido Liberal para a Presidência do Paraguai e não aceitou qualquer entendimento. O Brasil, porém,

31 Id. Ibid.

32 Despatch N°. 6, Haggard to Lansdowne, Buenos Aires, 24.8.1904. Ibid.

33 Despatch N°. 38, Gosling to Foreign Office, 30.9.1904. Ibid.

34 Ofício (minuta), Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, ao Ministro Plenipotenciário em Washington, Alfredo de Moraes Gomes Ferreira, Rio de Janeiro. 30.12.1904. AHI-235/2/5.

35 Despatches N°.s. 25, 28 e 34, Gosling to Haggard, Asunción, 19.8.1904, 26.8.1904 e 16.9.1904. PRO-FO5,962. Telegrama n°. 30, expedido, Rio Branco a Gomes Ferreira, Rio de Janeiro, 12.11.1904; Ofícios (minutas), Rio Branco a Gomes Ferreira, Rio de Janeiro, 30.11.1904 e 14.4.1905. AHI-235/2/5.

36 Id. Ibid.

37 Ofícios, recebidos, Ferreira a Rio Branco, Washington, 12.7.1904, 23.9.1904, 30.9.1904 e 30.11.1904, AHI-234/1/3.

não se dispunha a correr o risco de uma guerra contra a Argentina, como aparentemente os paraguaios pretendiam provocar. Na verdade, o Brasil não tinha condições de entrar em um conflito armado. Ainda não reconstruía sua esquadra, enfraquecida desde a revolta da Armada de 1893. Perdera a supremacia, como a maior potência militar da América do Sul, que antes fora, para a Argentina e o Chile. A Marinha brasileira encontrava-se em uma situação bastante precária, tanto ao nível de pessoal quanto de armamento.<sup>38</sup> O número absoluto de marinheiros caíra, na primeira década da República, para níveis inferiores aos do tempo do Império. Sua esquadra, em 1902, apoiava-se tão somente em quatro navios, os únicos que, entre 51 unidades navais, podiam efetivamente entrar em operação. E a situação do Exército não era muito melhor, devido a fatores de política interna e às dificuldades financeiras, em que o Brasil se empenhara depois da proclamação da República (1889), embora sua reorganização começasse, a partir de 1900. Destarte, o Governo brasileiro não tinha interesse em uma confrontação com a Argentina e se recusou a enviar a ajuda solicitada pelo Presidente Ecurra, que, apesar de escorado pelos dois maiores líderes do Partido Colorado, os Generais Bernardino Caballero e Patricio Escobar, não contou com meios para resistir à guerra de desgaste promovida pelo General Ferreira e à crescente insatisfação popular em todo o país. No dia 12 de dezembro, quatro meses depois de iniciada a revolução, Ecurra, a bordo do navio argentino La Plata, firmou com o General Ferreira o tratado de Pilcomayo, mediante o qual resignou à Presidência do Paraguai em favor de Juan Bautista Gaona, levando ao poder o Partido Liberal.<sup>39</sup>

O Cônsul da Grã-Bretanha em Assunção, Cecil Gosling, observou então que a queda do Governo Ecurra e a ascensão ao poder do Partido Liberal, após uma luta que se arrastara por mais de vinte anos, constituía considerável triunfo da diplomacia argentina.<sup>40</sup> Afigurou-se-lhe então que o Brasil perdera prestígio e influência, e a mudança nos papéis que ele e a Argentina até então desempenharam seria “vantajoso” para o Paraguai, cujo novo Governo se mostrava imbuído de “idéias modernas de civilização e de progresso”.<sup>41</sup> Conforme o historiador norte-americano Harris Gaylord Warren, posteriormente, observou, enquanto o Brasil nada fez para perpetuar sua influência, a Argentina patrocinou a revolução e o Paraguai, arrastado de volta para sua órbita, nela, como um “satélite”, permaneceria por muitas décadas.<sup>42</sup>

38 Moltmann, 1981, pp. 33 e 34.

39 Despatch N.º 1, Gosling to Lansdowne, Asunción, 17.12.1904. PRO-FO59-62.

40 Id. *Ibid.*

41 Id. *Ibid.*

42 Warren, 1985, p. 133

A vitória, pelas armas, do Partido Liberal ajustou, na realidade, o Governo do Paraguai ao poder econômico e à nova correlação de forças na Bacia do Prata. Ela decorreu da preeminência alcançada pela Argentina, que se tornara mais próspera e poderosa do que o Brasil e adquirira condições de projetar externamente a vontade social de suas classes dominantes, uma vez estabilizada a política interna e consolidado o Estado nacional. Afinal, já era a partir de Buenos Aires que os interesses argentinos, entrançados intimamente com os capitais ingleses, controlavam a economia do Paraguai, onde o Brasil nenhuma firma possuía que se comparasse à Carlos Casado Ltda, à Paraguay Central Railway ou à Anglo Paraguay Land Co.<sup>43</sup>

Assim, o êxito da revolução de 1904, de acordo também com a percepção do historiador Caballero Aquino, “implicou o predomínio da influência argentina nos assuntos paraguaios”.<sup>44</sup> E este predomínio se ampliou cada vez mais, embora a política interna não se estabilizasse e evoluísse para uma situação próxima da anarquia, sem que a República sequer se democratizasse. Uma série de quarteladas, golpes de Estado e revoluções começou, com o Partido Liberal a dividir-se em facções que lutavam entre si pelo poder. Desde então, nenhum Presidente do Paraguai, cujos governos não foram menos autoritários do que os dos seus predecessores do Partido Colorado, completou o mandato de 4 anos, estabelecido pela Constituição de 1870. Juan Batista Gaona não permaneceu mais que um ano na Presidência do Paraguai. Caiu em 9 de dezembro de 1905, derrubado pelos seus companheiros, integrantes da facção dos Liberais Cívicos, cujo “óbvio argentinismo” levava-os a falar “con cierto acento rioplatense”,<sup>45</sup> e Cecil Baez, ideólogo do liberalismo, substituiu-o, a fim de preparar as eleições e entregar o poder ao próprio General Benigno Ferreira, chefe militar da revolução de 1904.

Este, eleito em 1906, não demorou no governo mais do que dois anos. Sob a acusação de pender demasiadamente para o lado da Argentina, teve de renunciar à Presidência da República, em 2 de julho de 1908, após sangrento levante chefiado pelo Coronel Albino Jara, seu ex-companheiro de armas, durante a revolução de 1904, e pertencente à facção radical do Partido Liberal. O Vice-Presidente, Emiliano Gonzáles Navero assumiu o governo, também por um brevíssimo período, bem como sucessores, Manuel Gondra e o próprio Coronel Jara, dado que as sublevações e os golpes de Estado não cessaram, mantendo o país em permanente turbulência, enquanto os navios de guerra do

43 Id. Ibid., p. 120.

44 Caballero Aquino, 1985, p. 214.

45 Id., Ibid.

Brasil e da Argentina transitavam pelas águas do rio Paraguai, a respaldarem, aberta ou veladamente os bandos em conflito.

A desvantagem econômica, política e estratégica do Brasil, na região, era, porém, enorme. A Argentina, que possuía a maior extensão de vias férreas por habitante e, em valor absoluto de quilômetros, só perdia para os E.U.A., Alemanha, Grã-Bretanha, França e Áustria, assenhoreara-se, na Bacia do Prata, de todos os canais profundos, pelos quais as grandes embarcações, que demandavam Buenos Aires, trafegavam.<sup>46</sup> O Rio da Prata constituía sua rota comercial, por excelência, e o exercício do condomínio de suas águas, por parte do Uruguai, não passava de “simples ficção jurídica”, sem base na realidade.<sup>47</sup> Os rios Paraguai, Paraná e Uruguai estavam, igualmente, sob o controle da Argentina, dado que o Brasil lá não possuía nenhuma base naval importante e seus navios mercantes perderam a concorrência para os daquele país, já senhores de toda a Bacia do Prata. Segundo a percepção do diplomata brasileiro Ronald de Carvalho, 1º. oficial do gabinete do Chanceler Octávio Mangabeira, o Paraguai, em 1927, era uma “verdadeira província” ou uma espécie de “feudo” da Argentina, a ela atrelado pelo Tratado de Comércio de 1916, que estatuiu um regime de franquias e sanções alfandegárias, a permitir o livre comércio entre os dois países.<sup>48</sup>

Os grupos econômicos, sediados em Buenos Aires e que também possuíam grandes interesses na Bolívia, onde adquiriram considerável faixa de suas melhores terras,<sup>49</sup> espalharam de tal modo seu domínio que o Chaco ficou de fato sob controle da Argentina, apesar de que, após a Guerra da Tríplice Aliança, o Brasil impedisse que o Paraguai lhe cedesse de jure a soberania sobre a região. A firma Casado & Cia., além das atividades ligadas à produção e comercialização de tanino, dedicara-se à criação de gado. Fundada por volta de 1886, quando Carlos Casado passara de Buenos Aires para Assunção e comprara, no Chaco, 3.000 léguas de terra, expandira tanto suas operações que, no início dos anos 30, possuía cerca de 134 km de estrada de ferro dentro de sua propriedade.<sup>50</sup>

A Soc. Puerto Peñasco, a Soc. Indústrias de Quebracho e outras, bem como todas as empresas empenhadas na extração do mate, pertenciam totalmente a capitais da Argentina, cuja sucursal do

46 Relatório Reservado sobre a Política Externa do Brasil e dos países da América do Sul, organizado por ordem do Ministro de Estado das Relações Exteriores pelo 1º. oficial da Secretaria de Estado, Ronald de Carvalho, do Gabinete do Ministro, Rio de Janeiro, 1927 – AHI.

47 Id. Ibid.

48 Id. Ibid.

49 Id. Ibid.

50 Carta de Orlando Leite Ribeiro, 1º. Secretário da Legação brasileira, ao General Pedro Aurélio de Goes Monteiro, Chefe do Estado Maior do Exército, confidencial, Buenos Aires, 16.I.1934 – AP51(7) – AN – APPAGM. Carlos Casado morreu em 1899 e seu filho, José Casado Sastre, ampliou ainda mais a companhia. Estabelecida já a sede em Puerto Casado, ele construiu Puerto Sastre e 250 km de ferrovia, em bitola estreita, adentrando o Paraguai. Vide Warren, 1985, pp. 210 e 211.

Banco da Nación, em Assunção, apresentava um movimento financeiro maior do que o de todos os bancos estrangeiros reunidos.<sup>51</sup>

O Brasil não se conformou, naturalmente, com a completa perda de influência sobre o Paraguai e acompanhou com profunda suspicácia o impulso dado pela Argentina ao seu plano de comunicações com a Bolívia, mediante a ligação direta Buenos Aires - La Paz e construção de duas transversais ferroviárias do Chaco Meridional: Embarcación - Formosa e Metan - Resistencia. Segundo a percepção do Governo brasileiro, ela, já a predominar sobre o Paraguai, voltara suas vistas para a Bolívia, que, depois de 1904, a política do Chile estava a atrair para o Pacífico. O temor do Estado-Maior do Exército, bem como do Ministério das Relações Exteriores, era de que a Argentina, a dispor de importantes recursos (petróleo, gado e cereais), boa organização econômica e constituindo, na América do Sul, “potência de primeira grandeza”, com “superioridade militar terrestre, marítima e aérea”, sobre o Brasil, tentasse absorver a Bolívia, além do Uruguai e do Paraguai, e assim recompor as fronteiras do Vice-Reino do Rio da Prata.<sup>52</sup>

E o alarme ainda mais aumentou quando o Governo de Buenos Aires conseguiu que o de La Paz firmasse o Protocolo Carrillo - Gutierrez, que lhe dava a concessão para o prolongamento ferroviário de Yucuiba e Santa Cruz de la Sierra, com a facilidade de construir ramais transversais para o Chaco e Puerto Suarez.<sup>53</sup> O Itamaraty tratou então de frustrar sua aprovação, uma vez que, se efetivada, impediria qualquer prolongamento da rede ferroviária brasileira através daquela região.

O Protocolo Gutierrez - Carrillo, com a Argentina, contrapunha-se, por conseguinte, aos compromissos oriundos do Tratado de Petrópolis, de 17 de novembro de 1903, pelo qual, a resolver com a Bolívia o litígio sobre o Acre, o Brasil se obrigava a construir, em seu próprio território, por si ou por uma empresa particular, uma ferrovia, desde o Porto de Santo Antônio, no rio Madeira, até Guajará - Mirim, no Mamoré, com um ramal, que, passando por Vila Murtinho ou outro ponto próximo (Estado de Mato Grosso), chegasse à Villa Bella (Bolívia), na confluência com o Beni.<sup>54</sup> Esta ferrovia não só visava a desviar para o Atlântico, através do Madeira, todo o comércio das regiões do Beni, Madre de Dios e Orton, na Bolívia, e facilitar a ligação com La Paz, como tinha igualmente o objetivo

---

51 Carta de Orlando Leite Ribeiro ao General Goes Monteiro, confidencial, Buenos Aires, 16.1.1934 – AP51(7) – AN – APPAGM.

52 “Situação atual do Brasil como potência militar sul-americana” – Relatório apresentado ao Conselho Superior de Guerra pelo General de Divisão Waldomiro Castilho de Lima, reservado, Inspetoria do 1º. Grupo de Regiões Militares, s/d (provavelmente 1934) – AP51(5) – AN – APPAGM.

53 “Situação do Brasil em face da Guerra do Chaco”, Ofício nº. 107, secreto, 2ª. Seção da Secretaria do Estado-Maior do Exército ao Ministro da Guerra, Rio de Janeiro, 27.11.1934. AP51(7) – AN – APPAGM.

54 Ministério das Relações Exteriores – Protocolo entre o Brasil e a Bolívia firmados a 3 de setembro de 1925, edição reservada, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1926, pp. 18 e 24.

de reduzir e eliminar a dependência em relação aos rios da Bacia do Prata, que tornava bastante vulneráveis o transporte de mercadorias e as comunicações com os Estados de Mato Grosso, Goiás, parte de São Paulo e Paraná, no oeste brasileiro. Sua construção, já tentada, desde 1874, pelo Coronel norte-americano George Earl Church, começou, oficialmente, em 1907 e as obras – a extensão dos trilhos por 364 km até Guajará-Mirim – só terminaram cinco anos depois, em 1912, a um custo de milhares de mortos, vitimados pela malária, flechas, feras e outras adversidades das selvas. O ramal até Villa Bella não foi estendido porque, nesse ínterim, a Bolívia, em consequência da queda do preço da borracha no mercado internacional, manifestou ao Brasil interesse na modificação do seu traçado, objeto então de três protocolos (1901, 1912 e 1925), que malograram, levando os dois países a, em 25 de dezembro de 1928, celebrarem o Tratado de Limites e Comunicações Ferroviárias. E qualquer avanço na execução do projeto não houve. Pelo contrário, o projeto que conforme o Protocolo de 1925 fixara, visava à ligação Corumbá – Santa Cruz de la Sierra, substituído fora por outro, de importância econômica inferior, ao mesmo tempo em que impunha à Bolívia o compromisso de executar “um plano de construções ferroviárias”, tão difuso quanto irrealizável, porquanto ela não dispunha dos recursos necessários à consecução de semelhante empreendimento.<sup>55</sup>

De qualquer forma, até o início dos anos 30, o Brasil não concretizara a ligação Corumbá – Santa Cruz de la Sierra, propiciando à Bolívia efetiva saída para o Atlântico e libertando-a da dependência em relação ao Rio da Prata e ao porto de Buenos Aires, conforme o espírito do Tratado de Petrópolis, de 1903. Por meio deste Tratado, o Brasil também lhe concedera o triângulo de terras ao norte da Bahia Negra e outras saídas para o Paraguai, Mandioré, Gaiba e Uberaba, o que lhe compensou a perda de Puerto Pacheco (Bahia Negra), conquistado, em 1888, pelo Estado paraguaio, a assenhorear-se de toda a margem daquele rio.

Contudo, quando, em 1928, as refregas por causa do Chaco recomeçaram e tropas do Paraguai acometeram o Fortim Vanguardia, a Bolívia também perdeu esse triângulo de terras, ao sul do Fortim Coimbra, com o que ainda mais recalcada foi na sua *mediterraneidade*.

O Chile, que lhe arrebatara, durante a guerra de 1879 - 1883, o litoral do Pacífico, a ela assegurara, com o Tratado de Paz de 1904, o trânsito ferroviário, através do Deserto de Atacama, já sob sua jurisdição. Esta franquia, porém, não podia reparar a mutilação do território nem as frustrações daí decorrentes. Destarte, sem o litoral do Pacífico, não mais dispondo, igualmente, de acesso à Bacia

<sup>55</sup> Guilherme, 1959, pp. 42, 43, 328 e 329.



do Prata e ainda impossibilitada de alcançar o Atlântico, por via ferroviária, a Bolívia, em meio de forte depressão econômica desencadeada pela crise de 1929, decidiu recuperar a passagem através da Bacia do Prata dado que considerava parte do seu território a margem direita do rio Paraguai, onde os paraguaios, a avançarem por toda a zona ribeirinha, pertencente ao Departamento de Tarija, próxima do Fortim Olimpo e quase em contato com o Departamento de Chuquisaca, construíram quatro portos: Pinasco, Casado, Sastre e Guarany.<sup>56</sup> Ela se julgava mais bem armada, mais forte, militarmente, que o vizinho, com o qual disputava o território, e, conforme as palavras do Embaixador Antônio Salum-Flecha, “desengañada de sus anteriores tentativas diplomáticas para obtener una salida sobre el rio Paraguay, inició una nueva política como medio efectivo de incorporar el Chaco a sus domínios consistentes en una penetración pacífica”.<sup>57</sup>

Esta política o Presidente Daniel Salamanca (1931-1935) se dispôs a executar com determinação quando assumiu, em 1931, o Governo da Bolívia, e propôs ao Estado Maior do Exército que elaborasse um plano para “penetração pacífica”, ocupação militar e exploração do Chaco.<sup>58</sup> Seu propósito era “prestar maior atenção” a esta questão, devido não só à honra como ao “supremo interés del porvenir de Bolivia, tanto para asegurar sus territorios del sudeste, constantemente usurpados, como para abrirse una salida al Plata”.<sup>59</sup> Inevitável, portanto, o agravamento do conflito se tornava. A Bolívia, em meados de 1931, tomou a iniciativa de suspender novamente as relações diplomáticas com o Paraguai.<sup>60</sup> Poucos meses depois, em setembro, tropas bolivianas, com ordem de ocupar os lugares providos de água, tomaram o posto avançado paraguaio Masamaklay, rebatizado Água Rica. E as refregas recresceram e se generalizaram, em 1932, quando o regimento Lanza, sob o comando do Major Oscar Moscoso, capturou o Fortim Antônio Carlos López, na verdade, um rancho que albergava insignificante guarnição de 1 cabo e 5 soldados<sup>61</sup>, à margem da laguna Pitiantuta, ou Chuquisaca, cuja importância consistia no fato de constituir o único reservatório de água, em muitas léguas ao longo da região. A guerra do Chaco, formalmente, começara.

O jornalista brasileiro Lindolfo Collor, que logo após a Revolução de 1930 fora o Primeiro

56 Vide artigo de Aniceto Solares publicado em El País, Sucre, 1926, apud. Osório, 1973, pp. 102 e 102.

57 Salum-Flech, 1972, p. 127.

58 Klein, 1968, p. 157; Antezana Villagran, 1981, pp. 16 a 18, 23 a 27.

59 Daniel Salamanca – Documentos para una historia de la Guerra del Chaco, apud. Querejazu Calvo, 1981, p. 37.

60 Nota, Luis F. Guachalla, Ministro da Bolívia em Assunção, a Gerónimo Zubizarreta, Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Asunción, 21.6.1931; Ofício n.º. 853, Zubizarreta a Guachalla, Asunción, 23.6.1931; Nota, Guachalla a Zubizarreta, Asunción, 29.6.1931; Ofício, Zubizarreta a Guachalla, 1.7.1931; Nota, Guachalla a Zubizarreta, 2.7.1931. In. Zubizarreta, 1974, pp. 216 a 219. Benitez, 1972, p. 371.

61 O cabo Libório talvez foi o único morto na refrega. Os soldados conseguiram escapar, protegidos pela semi-escuridão.

Ministro do Trabalho do Governo de Getúlio Vargas (1930-1945), escreveu, naquela época, um artigo para La Prensa, de Buenos Aires, no qual assinalava que a Guerra do Chaco não se ajustava de nenhum modo ao conceito de *bellum*, pois se distinguia de todas as outras guerras, porque, juridicamente, não teve começo e, militarmente, não teria fim.<sup>62</sup> Segundo ele, a guerra, “latente ou implícita”, sempre fora o “elemento primordial de civilização, um status social, no Chaco, onde o latifúndio teve e ainda tinha um “fulgor jamás sobrepasado o siquiera alcanzado” em qualquer região do mundo.<sup>63</sup> Com efeito, o Chaco, palavra, aparentemente de origem quéchua, compreendia vasta planície, encravada na mesopotâmia da Bacia do Prata, ao centro-sul do continente, e dividida, dada a sua extensão, em três regiões: Chaco Boreal, Chaco Central e Chaco Austral. A disputa pelo seu domínio começou nos meados do século XIX, quando Juan de la Cruz Benavente, Encarregado de Negócios da Bolívia em Buenos Aires, protestou contra a celebração do Tratado de Navegação e Limites de 15 de julho de 1852, pelo qual a Confederação Argentina reconheceu a soberania do Paraguai sobre o rio do mesmo nome, “de costa a costa”, até sua confluência com o Paraná.<sup>64</sup>

Desdobramento maior não houve, o Tratado de Navegação e Limites de 15 de julho de 1852, aliás, nem ratificado foi e a questão somente se reacendeu, em 1866, com a publicação do Tratado da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai). Na ocasião, o Governo da Bolívia manifestou estranheza ante o fato de que as Potências Aliadas, ao decidirem sobre a expropriação do território do Estado paraguaio, incluíssem na retalhadura “gran porción del território boliviano”, à Argentina destinando extensa região ocidental do rio Paraguai (Gran Chaco) e ao Brasil, na sua margem direita, o trecho compreendido entre a Bahia Negra e o Jaurú.<sup>65</sup> Os três Aliados trataram então de ressaltar, através de cartas e notas reversais, os direitos da Bolívia, cujo apoio o Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, José Berges, solicitara, acenando-lhe com a oportunidade de “recuperar seus territórios e direitos usurpados pelo Brasil”.<sup>66</sup> O General Mariano Melgarejo, que governava, naquela época, o país, inclinou-se, a princípio, a atender ao apelo e ofereceu ao Marechal Francisco Solano López uma “coluna de 12.000 bolivianos”.<sup>67</sup>

62 Lindolfo Collor – “La Facies Económica del Chaco”, La Prensa, 12.3.1933.

63 Id. Ibid.

64 Nota, Juan de la C. Benavente ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da Confederação Argentina, Buenos Aires, 22.8.1852. In Loza, 1936, pp. 12 a 22.

65 Nota, José Raimundo Taborga, Ministro de Relações Exteriores de Bolívia, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da Argentina, Laja, 6.7.1866. In Loza, 1936, pp. 28 e 29.

66 Carta, José Berges Aniceto Arze, Asunción, 31.1.1865. Copiador de Cartas Oficiais, AVRBSM- BN – 1-22-12-2. Lobo, Eulália Maria Lahmeyer – “A importância Estratégica e Econômica da Província de Santa Cruz de la Sierra durante a Guerra da Tríplice Aliança” – Boletim de História, n.º. 6, Centro de Estudos de História, Rio de Janeiro, p. 16.

67 Carta, Mariano Melgarejo a Francisco Solano López, Sucre, 3.8.1866. Apud Teixeira Soares, 1975, pp. 214 a 215. Vide também Quell, 1973, p. 233.

A ação diplomática do Brasil, enviando a Sucre, como Ministro Plenipotenciário, o Conselheiro Felipe Lopes Neto, neutralizou-o e levou-o a firmar o Tratado de 27 de março de 1867, pelo qual a Bolívia perdeu a margem direita do rio Paraguai e larga faixa de terra entre a foz do Beni e o Javari<sup>68</sup>, embora não o impedisse de permitir, sem obstáculos, a constante passagem de armamentos para o Marechal Francisco Solano López.<sup>69</sup>

A disputa em torno do Chaco, no entanto, agravou-se depois de terminada a guerra contra o Paraguai. A Argentina, escorada no Tratado da Tríplice Aliança, reclamou a posse de toda a margem esquerda do rio Paraná até o Iguazú, e de toda a riba ocidental do rio Paraguai, até a Bahia Negra, em frente ao Fortim Coimbra, ou seja, todo o território do Chaco, havendo suas tropas ocupado já a Villa Occidental. Como ao Brasil não convinha que ela ainda mais seu território dilatasse, o Governo Imperial não lhe reconheceu a pretensão, a pretexto de resguardar os direitos da Bolívia, e só admitiu o alargamento de sua fronteira, à margem ocidental do rio Paraguai, até o Pilcomayo. O Governo de Buenos Aires, com Domingo Sarmiento na Presidência da República e Carlos Tejedor no Ministério das Relações Exteriores, declarou então todo o Chaco província da Argentina, tendo Villa Occidental como sua capital, e passou a exigir que as tropas brasileiras se retirassem de Assunção. O Governo Imperial, com os conservadores à frente e o Visconde de Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, na Presidência do Conselho de Ministros, reagiu, por outro lado, endurecendo sua posição, e assinou a paz em separado com o Paraguai, com o que rompeu, virtualmente, o Tratado da Tríplice Aliança. O conflito armado só não irrompeu porque, naquelas circunstâncias, nem o Brasil nem a Argentina estavam em condições de arcar com seus custos, ainda mais sem os recursos da Grã-Bretanha, cujos vastos e crescentes interesses, na região do Prata, sérios danos, certamente, sofreriam. Assim, o General Bartolomé Mitre, com as credenciais de Plenipotenciário, viajou então ao Rio de Janeiro, em 1872, e restaurou o clima favorável ao prosseguimento das negociações.

Posteriormente, em 1875, o próprio Carlos Tejedor, como Plenipotenciário do Governo de Nicolás Avellaneda, continuou o trabalho e, através de sigilosa combinação com o representante do Paraguai, Jaime Sosa, procurou manter a Villa Occidental sob a soberania da Argentina, em troca do perdão da dívida de guerra. Mas a diplomacia do Brasil, informada sobre o acordo, atuou rapidamente e, a manipular o Governo do Paraguai, forçou a rejeição dos tratados de paz e de limites, que Tejedor e Sosa firmado haviam.

---

68 Cunha, 1975, pp. 128 a 135. Teixeira Soares, 1975, p. 224.

69 Vide Moniz Bandeira, 1985, pp. 255 e 256.

O entendimento só alcançado foi, em 1876, quando Bernardo de Irigoyen, substituto de Tejedor, aquiesceu em fixar, no rio Pilcomayo, a linha de fronteira da Argentina, submetendo a questão de Villa Occidental à arbitragem do Presidente dos Estados Unidos, Rutherford Hayes. A decisão, anunciada em 1878, favoreceu o Paraguai e Villa Ocidental, com a retirada da Argentina, passou a chamar-se Villa Hayes. O Brasil obteve, assim, um triunfo, ao conseguir demarcar, conforme suas conveniências geopolíticas, as fronteiras do Paraguai com a Argentina, que incorporou o Chaco Austral, ao sul do rio Bermejo, e o Chaco Central, situado entre o Bermejo e o rio Pilcomayo, mas não pode assenhorear-se, igualmente, do Chaco Boreal ou Gran Chaco, com cerca de 297.938 km<sup>2</sup>, o equivalente a três quintas partes do território total do Paraguai.

A Bolívia, que, embora pedisse, nem ouvida fora pelos Aliados<sup>70</sup>, não tivera, até então, nem condições nem meios de forças a consideração de seus reclamos, confusa e inconseqüentemente formulados. Durante a Guerra da Tríplice Aliança nem sequer protestara quando os exércitos, quer do Marechal Francisco Solano Lopez quer dos Aliados, atravessaram o rio Paraguai e, alcançando sua margem direita, penetraram o Chaco. A partir de 1878, porém, a Bolívia, com a economia estagnada devido ao esgotamento das minas de prata, abismou-se em uma seqüência de graves problemas como a seca, a fome, a peste e outros, decorrentes do fortíssimo terremoto, que nos fins de 1877 devastara seus portos na costa do Pacífico (Tocopilla, Antofagasta, Cobija), localizados entre Taltal, ao norte do Chile, e Arica, no sul do Peru.<sup>71</sup> A derrota na Guerra do Pacífico (1879-1883), travada, juntamente com o Peru, contra o Chile, engravesceu-lhe mais ainda a situação, ao transformá-la em um país mediterrâneo e, o que mais asfixiante se afigurava, sem sequer uma saída para a Bacia do Prata.

Em realidade, a Bolívia não tanto se beneficiara com o *boom* dos nitratos, quando entre 1866 e 1879 explorava juntamente com o Chile as jazidas de salitre, e os portos de Tocopilla, Antofagasta e Cobija, perdidos durante a Guerra do Pacífico, pouco lhe serviram, dado que ela não dispunha de grandes excedentes para exportação. Mas o fato foi que seu interesse no Chaco e em obter uma saída para o rio Paraguai recresceu, a partir de 1879, depois do laudo arbitral do Presidente Hayes e coincidentemente com a ocupação da costa do Pacífico pelo Chile. Naquele ano, o Presidente Narciso Campero, em carta ao Imperador Pedro II, pleiteou a devolução das margens do Alto Paraguai, cedidas ao Brasil por Melgarejo, sob o argumento de que o Tratado de 1867 contrariava os “claros desígnios de la Providencia”, ao impedir que a população da Bolívia acesso ao rio tivesse e a privar, assim,

<sup>70</sup> Benitez, 1972, p. 311.

<sup>71</sup> Amayo, 1988, pp. 167 a 169.

de “un órgano respiratorio que le ha concedido la voluntad del Supremo Hacedor”.<sup>72</sup> Ao mesmo tempo, ele determinou que Antônio Quijarro, seu Ministro em Buenos Aires, viajasse para Assunção, como Plenipotenciário, a fim de negociar um acordo que garantisse à Bolívia o domínio sobre a margem direita do Paraguai, ao sul da Bahia Negra. Quijarro e José Segundo Decoud, Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, em 15 de outubro de 1879, firmaram então um Tratado, pelo qual transferia para a Bolívia mais da metade do Chaco. O Tratado Quijarro-Decoud não foi aprovado pelo Paraguai, da mesma forma que dois outros mais – Tamayo-Aceval (1887) e Ichazo-Benitez (1894)<sup>73</sup> – celebrados até o final do século XIX.<sup>74</sup>

Como os dois países nenhum entendimento alcançassem e a construção pela Bolívia, no Chaco, dos fortins Ballivian e Guachalla quase desencadeasse uma guerra, a Argentina, sob o governo de José Figueroa Alcorta e tendo Estanislao S. Zeballo como Ministro das Relações Exteriores, ofereceu os bons ofícios em busca de uma solução amigável para o litígio. Em 12 de janeiro de 1907, os Plenipotenciários da Bolívia, Cláudio Pinilla, e do Paraguai, Adolfo R. Soler, firmaram então um Protocolo, em que as partes contratantes se comprometiam a não minorar nem avançar no Chaco as possessões existentes até aquela data e entregavam a questão à arbitragem do Presidente da Argentina. O entendimento, contudo, não evoluiu, por vários motivos, entre os quais, principalmente, a renúncia do Presidente Figueroa Alcorta, em virtude de grave incidente diplomático com a Bolívia, que julgava o Protocolo atentatório à sua soberania. Confiança, naturalmente, não havia na isenção da Argentina. Segundo se informara, o próprio Chanceler Estanislao S. Zeballos era grande concessionário de terras no Chaco, as quais adjudicadas lhe foram pelo Governo do Paraguai.<sup>75</sup> E na Argentina havia quem alimentasse a esperança de que ela talvez ainda pudesse incorporar aquela região, o que a salvaria de muitos problemas, no futuro, e lhe asseguraria a jurisdição sobre o rio Paraguai, a contrabalançar a expansão do Brasil em Mato Grosso. “Los Estados Unidos llevan su jurisdicción allí donde existen intereses de su nacionalidad” – assim um documento encaminhado ao Chanceler Victorino de la Plaza, por volta de 1810, argumentava em favor da “reincorporação” do Chaco pela Argentina, acentuando que “El mal llamado Chaco Paraguaio solo ha sido poblado por capitales argentinos, espoliados por los políticos de Asunción, y basta mirar el mapa para ver que él forma continuación al norte del

---

72 Apud Querejazu Calvo, 1981, p. 1.

73 O Tratado de 1887 foi firmado pelo Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Bolívia, Isaac Tamayo, com Benjamin Aceval, Ministro das Relações Exteriores do Paraguai. O de 1894 coube ao enviado extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Bolívia, Telmo Ichazo, negociar e firmar com o então Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Gregório Benitez.

74 Vide – Salum Flecha, 1972, pp. 70 a 72, 84 a 90. Benitez, 1972, pp. 314, 315, 319, 320, 333 e 334.

75 Osorio, 1973, p. 5. Barrero U., 1979, p. 323.

território argentino, sin solución de continuidad al norte del Pilcomayo”.<sup>76</sup>

De acordo com o mesmo documento, desde que “los dueños” e los “centros de población” no Chaco eram argentinos, seu território à Argentina devia ser incorporado, para o que bastava, a aproveitar que uma revolta dos marinheiros debilitara a Armada brasileira (1910), estacionar navios de guerra em frente a Villa Hayes, Concepción e Puerto Casado.<sup>77</sup>

O Chanceler, depois Presidente (1914-1916), Victorino de la Plaza, evidentemente não acolheu semelhante sugestão. Mas fato era que, enquanto a Bolívia se emaranhava em controvérsias jurídicas e diplomáticas, a defender, para respaldar seus reclamos, o *uti possidetis juris*, rechaçado pelo Paraguai, pois o aditivo juris contradizia o princípio do *uti possidetis*, que, na linha do direito romano, só podia configurar-se de fato, a Argentina, na realidade, ocupara economicamente o Chaco<sup>78</sup>, embora os EUA também houvessem investido ali, até 1918, um montante superior a US\$ 1 milhão<sup>79</sup>. Argentinas eram, na sua grande maioria, as estâncias para a criação de gado e as empresas dedicadas à venda de terras e à produção de tanino. Elas operaram grandes somas de capital, empregaram cerca de 20.000 trabalhadores, possuíam mais de 200 km de vias férreas para o transporte do quebracho, dispunham de numerosos portos à margem do Rio Paraguai e os navios de cabotagem argentinos, na maior parte pertencentes à Companhia Mihanovich, monopolizavam o trânsito fluvial.<sup>80</sup> A produção mensal de tanino das quatro empresas argentinas e uma norte-americana chegara a 8.000 toneladas, no início dos anos trinta. E ela se assentava sobre vastas propriedades de terra.

Conforme o jornalista Lindolfo Collor assinalou, em nenhuma parte, dentro do sistema econômico capitalista, uma propriedade existira com 300 léguas quadradas<sup>81</sup>. Somente no Chaco<sup>82</sup>. E ela pertencera à empresa argentina Casado & Cia., cujo domínio chegara a estender-se por cerca de 3.000 a 4.000 léguas quadradas ou, segundo outra medida, por mais de 4 milhões de hectares<sup>83</sup>, sendo posteriormente reduzida com a divisão em lotes coloniais, para venda às famílias menonitas, canadenses ou russas.

Na avaliação do Itamaraty, para essa como para as demais empresas argentinas, o domínio

76 “El Chaco Boreal Paraguayo – Su Incorporación a la Argentina”, s/d e s/a. AVP-AGN-A Legajo 7.4.5.10.

77 Id., Ibid.

78 Sobre a questão de limites entre a Argentina, Bolívia e Paraguai na região do Chaco vide Quesada, 1918, pp. 863 e 873.

79 Palmeiro, 1984, p. 74.

80 Circular n.º. 907, confidencial, Ministério das Relações Exteriores às Missões Diplomáticas Brasileiras, a) M.de A. (iniciais do Embaixador José Joaquim de Lima Silva Moniz de Aragão, Secretário Geral), Rio de Janeiro, 22.8.1934. AHI – Guerra do Chaco – 9(31).(43)5.

81 NOTA do REDATOR: 01 légua quadrada = 23,3 Km<sup>2</sup>; 300 léguas quadradas = aproximadamente 7.000 km<sup>2</sup> ou seja: 4 vezes e meia o espaço territorial do Município de São Paulo

82 Collor, Lindolfo – “La Facies Económica del Chaco”, La Prensa, 12.3.1933.

83 Id., Ibid. Warren, 1985, pp. 210 e 211. Seiferheld, 1983, p. 123. Palmeiro, 1984, p. 74.

sobre o território do Chaco constituía “questão de maior relevância, em virtude da diferença entre as grandes facilidades por elas ali obtidas e aquelas mais restritas, que a Bolívia lhes propiciava”.<sup>84</sup> Por este motivo, quando o conflito armado entre os dois países irrompeu, o Governo de Buenos Aires não lhes podia deixar de refletir os interesses, respaldando o Paraguai, sobretudo depois que o General Agustin P. Justo, cunhado de Carlos Casado, assumira a Presidência da Argentina (1932-1938) e nomeara como seu Ministro das Relações Exteriores, o antigo advogado daquela empresa proprietária de vasta extensão de terras no Chaco, Carlos Saavedra Lamas.<sup>85</sup>

Fatores vários e complexos entrançaram-se e concorreram, naturalmente, para a eclosão da Guerra do Chaco. A região – o Chaco Boreal ou Gran Chaco revestia-se de fundamental importância para a economia do Paraguai. Um terço da renda nacional proveio, em 1932, de seu solo, onde metade do rebanho bovino existente no país se encontrava e por onde grande parte do total de suas linhas férreas se estendia, para o transporte do quebracho até os portos de Pinasco, Casado, Sastre, Palma Chica, Puerto Maria, Guarany e Mihanovich. Com a perda do Chaco Boreal o Paraguai ficaria reduzido a uma insignificante mesopotâmia, com pouco menos de 160.000 km<sup>2</sup>.<sup>86</sup>

Muito diferente a situação que configurava para a Bolívia, que apenas alegava a condição de sucessora da Audiência de Charcas para reivindicá-lo. O Chaco não se integrava no sistema produtivo do país, bem distante estava dos seus centros econômicos e políticos, localizados no Altiplano, onde as populações se concentravam, e lá a presença da Bolívia somente se podia perceber, através de pequenas guarnições militares, algumas das quais sediadas à margem do Pilcomayo, com menos de 350 soldados, para uma população de menos de 5.000 habitantes. Na longínqua região de Chiquitos, com cerca de 10.000 habitantes, menos de 250 soldados compunham a guarnição.<sup>87</sup> Para Bolívia, como país *mediterrâneo*, o valor do Chaco consistia no fato de que, cortado pelo rio Paraguai e seus afluentes, permitiria que ela alcançasse uma saída entre a Bahia Negra e o Pilcomayo, fundamentalmente

84 Circular n°. 907, confidencial, MRE às Missões Diplomáticas Brasileiras, a) M. de A. (Moniz de Aragão), Rio de Janeiro, 28.8.1934, AHI – Guerra do Chaco – 9(31).(43)5

85 Querejazu Calvo, 1981, p. 185. Palmeiro, 1984, p. 74. “Próximo al estallido del conflicto con Bolívia, el predicamento y las influencias de la firma Carlos Casado Ltda. eran muy grandes em el Paraguai. Se trataba de la vinculación comercial de intereses más importantes entre Asunción y Buenos Aires. Desde Puerto Casado, donde se hallaban en forma intermitente los hijos del por entonces desaparecido pionero, hasta Buenos Aires, donde colaboraban abogados, yernos y otros parientes surgidos del tronco principal, se extendia un hilo de unión que tendria decisiva importancia durante el conflicto. La participación en la empresa de otros argentinos ligados a los centros del poder de la época añadia, por demás, un nuevo elemento que motivaria la simpatía y la asistencia argentinas hacia el Paraguay”.

86 Id., Ibid.

87 Osório, 1973, pp. 104 e 105. “O Chaco, e nele, particularmente, a zona marginal do rio Paraguai, acha-se muito afastado dos centros de população bolivianos, nada ou quase nada podendo a Bolívia invocar em seu benefício, a contentar-se com a posse exclusiva como base de suas reivindicações. Hoje mesmo, dispondo de recursos apreciáveis, a República do Altiplano, em toda a região, não consegue estabelecer mais do que fortins, os quais nem sempre passam de meros acampamentos”. Circular n°. 907, confidencial, MRE às Missões Diplomáticas Brasileiras, a) M.de A. (Moniz de Aragão), Rio de Janeiro, 22.8.1934, AHI – Guerra do Chaco – 9(31).(43)5.

para o Departamento de Santa Cruz de la Sierra, embora seu comércio de importação e exportação não chegasse a £ 200.000 anuais. E o que mais importava, no caso, era que a Standard Oil começara a exploração do petróleo, mas o transporte para os portos do Pacífico afigurava-se difícil e custoso, devido aos aclives dos Andes. Seu escoamento, portanto, dependia de que a Bolívia obtivesse acesso ao Atlântico, através da Bacia do Prata.

Embora a descoberta de jazidas de petróleo, na Bolívia, ocorresse antes do século XX e muitos empresários recebessem concessões para explorá-lo, a operação dos primeiros poços, na bacia do Bermejo, só realmente começou por volta da 1925, depois que a Standard Oil of New Jersey comprara as áreas adjuntas aos empresários norte-americanos Richmond Levering, de New York (1 milhão de hectares) e de William e Spruille Braden (2 milhões de hectares).<sup>88</sup> A produção, que fora de 424 m<sup>3</sup> em 1925, subira para 4.386 m<sup>3</sup>, em 1929, quando então os poços de Camiri e Sanandita em funcionamento já estavam, com a extração, respectivamente, de 942 m<sup>3</sup> e 2.690 m<sup>3</sup> de óleo.<sup>89</sup> A Standard Oil, até aquela data encontrara petróleo em 9 poços dos 21 perfurados e a Bolívia solicitou à Argentina autorização para construir em seu território dois oleodutos, um dos quais desde Mitre, à margem do Bermejo, até a estação ferroviária de Embarcación, e o outro, o principal, partindo da Yacuiba até o porto de Formosa, Santa Fé ou Campana, sobre o rio Paraná.<sup>90</sup> O Presidente Hipólito Yrigoyen não a concedeu e houve suspeita de que tal negativa se deveu à influência da Royal Dutch-Shell e dos interesses britânicos, prevaletentes em Buenos Aires. Entretanto, o que efetivamente a determinou, segundo se pode estabelecer, foi a política, que o General Enrique Mosconi, Presidente da Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF), tratava de desenvolver, visando à completa nacionalização do petróleo na Argentina.<sup>91</sup>

A atitude da Argentina, por conseguinte, deixara à Bolívia como alternativa tentar obter, pelas armas, uma saída através do Chaco, no rio Paraguai, sobretudo quando o Presidente Daniel Salamanca e as autoridades militares imaginaram que ela possuía imensas reservas de petróleo, capazes de abastecer o mundo e de fazê-la superar seu atraso econômico. Na verdade, as pesquisas pareciam assegurar a existência de extensos lençóis de petróleo junto ao lago Titicaca, em grande parte do Departamento de Cochabamba e, sobretudo, em uma curva, que desde os limites com o Peru aos 13° de latitude, seguia do Oeste ao Leste, desviando-se para o Sul até alcançar o meridiano 63,

88 Klein, 1969, pp. 77. Seiferheld. 1983, pp. 456 a 458.

89 Id., Ibid., pp. 457 e 458.

90 Id. Ibid., p. 472.

91 Id., Ibid., pp. 472 e 473. Frondizi, 1955, p. 239.



onde a formar um ângulo, tomava a direção Norte-Sul e atravessava a fronteira da Argentina.<sup>92</sup>

A leste do meridiano 63, uma zona disputada do Chaco Boreal, nada indicava, conquanto improvável não fosse, a existência de petróleo, como no Paraguai se imaginava. Mas a Standard Oil sabia que era diminuto, se realmente havia, o fundamento para tal esperança e considerava mesmo “improvável” encontrá-lo em qualquer quantidade comercial a leste da linha dos hitos (marcos), onde ela só possuía as concessões conhecidas como N°. 10, 11, 12, 118, Lagonillas, e os trabalhos foram abandonados ou materialmente reduzidos.<sup>93</sup> Cerca de 21 poços, perfurados dentro do território da Bolívia, próximos à linha de separação da área litigiosa, não produziam mais que 1.000 barris/dia e estavam tão espalhados que se tornava antieconômico os reunir em uma única localidade. A Standard Oil, de acordo com as informações prestadas pelo seu representante na Argentina, Robert Wells, a Spruille Braden, Chefe da Delegação dos EUA à Conferência de Paz em Buenos Aires, investira muitos capitais nas suas explorações, ao sudoeste da Bolívia; mas a única a apresentar rendimentos era a localizada na zona do Bermejo, onde a produção alcançava 2.000 barris/dia.<sup>94</sup> Por isto, diante de resultados tão insatisfatórios, as instruções, emitidas desde 1931, foram no sentido de cessar as perfurações, realizando-se a última em 1932. Assim, com uma produção de apenas 3.000 barris/dia, não se afigurava lucrativa a construção de pipe lines para levar o petróleo até o rio Paraguai ou mais ao sul, através da Argentina, aos mercados de Santa Fé, Rosario e Buenos Aires.<sup>95</sup>

O problema do petróleo, como fator que, em 1932, contribuiu para desencadeamento das hostilidades, merecia, no entanto, atenção, pois o Presidente Daniel Salamanca não confiava nos dados da Standard Oil, supunha que havia mais petróleo do que ela informava, e considerava que no caso das jazidas existentes, quer no Chaco quer ao longo do meridiano 63, dentro do território da Bolívia propriamente dita, as estações terminais dos oleodutos situadas deveriam ser à margem direita do rio Paraguai. O próprio Presidente Eusebio Ayala, já em 1928, propusera liquidar a questão do Chaco por meio de concessão à Bolívia de um corredor de saída com um porto em Villa Hayes, sobre o rio Paraguai.<sup>96</sup>

Conforme o Embaixador José Joaquim de Lima e Silva Moniz de Aragão, então Secretário

92 Circular n°. 907, confidencial, MRE às Missões Diplomáticas Brasileiras, a) M. de A. (Moniz de Aragão), Rio de Janeiro, 22.8.1934. AHI – Guerra do Chaco – 9(31).(43)5.

93 Despach N° 208, strictly confidential, Delegation of the USA – Peace Conference, Apruille Braden to the Secretary of State, Buenos Aires, 2.7.1936. Eclosure N°. 1 – Memorandum of conversation with Mr. Robert Wells, head of Standard Oil of New Jersey interests in Argentina and Bolívia. NA-724. 34119/521 – L/D.

94 Id., Ibid.

95 Id., Ibid.

96 Circular n°. 907, confidencial, MRE às Missões Diplomáticas Brasileiras, a) M. de A. (Moniz de Aragão), Rio de Janeiro, 22.8.1934. AHI – Guerra do Chaco – 9(31).(43)5.

Geral do Itamaraty, salientou, necessário cumpria reconhecer que aos bolivianos não eram territórios despovoados que faltavam. Desde que perderam os portos do Pacífico, sua “idéia fixa” era sair da angustiada situação, em que se achavam, de povo mediterrâneo, em meio de desertos. Saída ao mar, tal era a “preocupação constante, característica da Bolívia” – Moniz de Aragão acrescentou, mostrando que, com o que gastava na guerra ela podia custear a adequada ligação do Altiplano à Bahia de Cáceres e talvez as próprias obras de que Puerto Suares carecia para o seu desejável aproveitamento.<sup>97</sup> Mas o diplomata brasileiro Orlando Leite Ribeiro, servindo em Buenos Aires, informou ao General Pedro Aurélio de Goes Monteiro, Chefe do Estado-Maior do Exército brasileiro, que a Argentina via “com pavor” a saída da Bolívia pelo rio Paraguai, dado que inundaria o mercado com petróleo, “matando sua recente indústria de Comodoro Rivadavia”.<sup>98</sup> A observar que o “vasto lençol do subsolo petrolífero do Chaco” se estendia mais para o lado da Bolívia e o que nas proximidades do rio Paraguai existia já era argentino, ele acentuou que “A questão do petróleo é o que mais interessa à Argentina e daí o fato de que ela não tenha nunca apoiado a pretensão justa da Bolívia em obter uma saída ao rio”.<sup>99</sup>

Um documento interno do Exército brasileiro, encaminhado ao Conselho Superior de Guerra pelo General Waldomiro Castilho de Lima, Chefe da Inspeção do 1º. Grupo de Regiões militares, apoiou-se, aparentemente, nas informações transmitidas por Orlando Leite Ribeiro ao General Goes Monteiro e concluiu também que a questão do petróleo existente no Chaco, cujos lençóis se encontravam na Cordilheira Charaguá, preocupava seriamente a Argentina, que aí percebia uma concorrência comercial, capaz de destruir a produção de Comodoro Rivadavia.<sup>100</sup>

A descoberta das jazidas de petróleo, em Comodoro Rivadavia, Província de Chubut, na Patagônia, ocorrera em 1907 e o então Presidente da Argentina, José Figueroa Alcorta, transformou a área, de acordo com a Lei de Terras República de 1903, em reserva nacional, na qual proibiu concessões privadas, ao longo de 200.000 ha. Em 1909, ele decidiu dar cauteloso apoio à emergente indústria do petróleo, ao solicitar ao Congresso a aprovação de recursos, da ordem de 200.000 pesos, por modo que o Estado assumir pudesse a sua produção, porém o Senado, com a Lei 7059, de 1910, reduziu a reserva a 5.000 ha. em torno de Comodoro Rivadavia.<sup>101</sup> Então foram abertos aos

97 Id., Ibid.

98 Carta, confidencial, Orlando Leite Ribeiro ao General Goes Monteiro, Chefe do Estado-Maior do Exército, Buenos Aires, 16.1.1934. AP51 (7) – AN – APPAGM).

99 Id., Ibid.

100 “Situação do Brasil como Potencia Militar Sul-Americana” – Estudos Apresentados ao Conselho Superior de Guerra pelo General Waldomiro Castilho de Lima, Chefe da Inspeção do 1º. Grupo de Regiões Militares, Reservado, s/d, provavelmente 1934. AP51(5) – AN – APPAGM.

101 Solberg, 1979, pp. 13-14.

investimentos os 195.000 ha. da reserva de 1907 e o grande número de concessões requeridas, cerca de 109, a abrangerem Neuquén, Chubut e Santa Cruz – três dos cinco territórios que formavam a Patagônia – mostrou a necessidade de impedir que a Standard Oil e outras companhias estrangeiras se apossassem das melhores áreas.

O Presidente Roque Sáenz Peña (1910-1914), ao suceder Figueroa Alcorta, adotou uma política ainda mais rígida. Anulou as concessões pelas companhias particulares obtidas e ainda não exploradas, alargou as reservas do Estado para 160.000 ha. em Chubut, bem como criou a primeira companhia estatal de petróleo do mundo, a Dirección General de Explotación de Petroleo de Comodoro Rivadavia, cuja produção, entre 1916 e 1919, cresceu cerca de 45 %, a alcançar 188.111 m<sup>3</sup>.<sup>102</sup>

Essa companhia, ao final do Governo do Presidente Hipólito Yrigoyen (1916-1922), foi reorganizada (1922), sob o nome de Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF), e sua direção entregue ao General Enrique Mosconi, possibilitando-lhe promover “una de las más profundas campañas nacionalistas que ha visto la Argentina”<sup>103</sup>, com o objetivo de “argentinar”, na medida do possível, tanto a produção quanto a distribuição de petróleo e paralisar a penetração da Standard Oil no norte do país.<sup>104</sup>

Com efeito, a Standard Oil, que dominava, através da West India Oil Company (WICO), cerca de 80% do comércio nacional de gasolina e desfrutara, em Buenos Aires, do monopólio absoluto do mercado<sup>105</sup>, começara a adquirir, naquela época (entre 1922 e 1923), concessões nas Províncias de Salta e Jujuy, onde, por volta de 1870, explorações particulares esporadicamente se realizaram, sem maior êxito.<sup>106</sup> Mosconi manifestava opinião bastante negativa a seu respeito. Julgava que os norte-americanos, como “novos ricos”, não reconheciam limitações, para a consecução dos seus propósitos, e suas reações chegavam até “el desconocimiento y atropello de la soberania de otros pueblos”.<sup>107</sup> E procurou, conseqüentemente, contrapor-se à expansão da Standard Oil. Esta posição contou com o apoio do Presidente Marcelo T. Alves (1923-1928), que, também eleito pelo Partido Radical, fortaleceu os planos de Mosconi, mediante a implementação de política ainda mais agressivamente nacionalista, visando a consolidar e expandir a Yacimientos Petrolíferos Fiscales. Esta companhia estatal, por volta de 1929, já respondia por 234 milhões de litros de gasolina, contra

---

102 Id., Ibid., pp. 37 e 38.

103 Larra, 1957, pp. 67 e 68.

104 Id., 1957, pp. 52 e 91

105 Solberg, 1979, pp. 48 e 49.

106 Seiferheld, 1983, p. 472. Solberg, 1979, p. 7.

107 Apud Larra, 1957, pp. 67 e 68.

126 milhões produzidos pelas corporações estrangeiras, dos 700 milhões consumidos na Argentina, que já emergia como um grande mercado em expansão superando a própria França, nas importações de automóveis, que a colocaram na liderança absoluta do ranking mundial, com mais do que o dobro do Brasil, então no segundo lugar.<sup>108</sup>

Não foi, por conseguinte, devido à influência da Royal Dutch Shell e sim para defender a prevalência da YPF, enquanto empreendimento do Estado que, no seu segundo mandato, o Presidente Hipólito Yrigoyen (1929-1930) não permitiu à Bolívia construir, com financiamento da Standard Oil, os dois oleodutos atravessando seu território, até Formosa, Rosário ou Zárate (Buenos Aires), sobre o rio Paraná.

Àquele tempo, a Standard Oil of New Jersey e a Royal Dutch Shell disputavam o petróleo na Argentina, como no resto da América do Sul, interessadas, em larga medida, em assenhorear-se de reservas para o futuro. O espectro da Standard Oil, contudo, era o que mais assustava. Em face de problemas internos nos EUA, da explosão do nacionalismo no México e da difícil competição com os interesses britânicos no Oriente Médio, elas e outras companhias norte-americanas voltaram as atenções para a América do Sul, onde, durante os anos 20, seus investimentos saltaram de US\$ 67 milhões para US\$ 476 milhões.<sup>109</sup>

A participação da América do Sul no total dos investimentos dos EUA na exploração do petróleo aumentou de 17%, em 1919, para 34%, em 1929<sup>110</sup>, havendo a Standard Oil adquirido concessões na Colômbia, Venezuela, Peru, Brasil, Bolívia e Argentina.

A Royal Dutch Shell, cuja subsidiária, a Anglo-Mexican Petroleum Production Co. já estava a reduzir, no México, suas operações só obteve maior sucesso na Venezuela, ao descobrir em torno do lago Maracaibo, em 1922, grandes reservas de petróleo, que transformaram aquele país, com uma produção de 139 milhões de barris em 1929, no maior produtor mundial, superado apenas pelos EUA.<sup>111</sup>

Portanto, se tornava inevitável que, naquelas circunstâncias, os tentáculos da Standard Oil of New Jersey, principalmente, ou da Royal Dutch Shell fossem percebidos - com ou sem real fundamento - com estando por trás de vários acontecimentos políticos, a removerem obstáculos à

108 Solberg, 1979, p. 56 e 123. Em 1930, seu contributo representou 57,9 % do total da produção nacional e, embora caísse para 37,5 % em 1934, ele continuou acima dos 40 %, nos anos subsequentes, até superar os 60 %, a partir de 1940, enquanto a participação das companhias estrangeiras, da ordem de 42,1 % em 1930 subiu para 62,5 % em 1934, quando começou a declinar até cair para menos de 40 % a partir de 1940. Frondizi, 1955, p. 368.

109 Id., Ibid., p. 54.

110 Id., Ibid., p. 54.

111 Id. Ibid., p. 55. Yergin, 1993, pp. 232 e 233.

satisfação dos seus interesses.

Houveram fortes indícios de que aquelas companhias concorreram, direta ou indiretamente, para que o General José F. Uriburu, em 6 de setembro de 1930, desfechasse um golpe de Estado, derrubando o Governo do Presidente Hipólito Yrigoyen, que se dispunha a nacionalizar toda a produção de petróleo na Argentina e firmara um contrato com a firma soviética Iuyamtorg, para a compra de gasolina por preço abaixo da cotação no mercado mundial.<sup>112</sup> De qualquer modo, não restou a menor dúvida de que ele recebeu o apoio dos governadores de Salta, Joaquin Corvalán, e de Jujuy, Benjamín Villafañe, bem como de outras Províncias do interior, contrários à estatização do petróleo, por temerem a ascendência de Buenos Aires através da YPF, e interessados em fazer maiores concessões à Standard Oil, na esperança de que ela pudesse promover o progresso da região. A antiga contradição, ainda latente, entre os interesses do Estado unitário argentino, representados pela consolidação da YPF e pela política de crescente estatização do petróleo, e as tendências federalistas das Províncias, empenhadas em manter a sua autonomia e conservar o controle das concessões, uma vez mais aflorou e contribuiu para a derrocada do regime constitucional. E, como o cientista político francês Alain Rouquié observou, o problema do petróleo constituiu um dos aspectos do conflito entre Yrigoyen e a oligarquia, encontrando-se os “interesses petrolíferos amplamente representados” entre os conspiradores e no seio do Governo provisório.<sup>113</sup>

O historiador norte-americano Carl E. Solberg também constatou que muitos dos ministros de Uriburu serviam às companhias estrangeiras como consultores jurídicos e admitiu que bem podia ser verdade que elas utilizaram o suborno ou outros meios para lançar os militares contra Yrigoyen.<sup>114</sup> De fato, o primeiro Ministro do Interior no Governo Uriburu (1930-1932) foi Matias Sanchez Sorondo, consultor jurídico da Standard Oil. O Ministro da Educação Pública, Ernesto Padilha, tinha vinculações com a WICO, subsidiária da Standard Oil, e vários outros, como Ernesto Bosh (Relações Exteriores), Octavio S. Pico (Obras Públicas) e Horácio Becas Varela (Agricultura) foram ou ainda eram empregados de companhias petrolíferas da Grã-Bretanha.<sup>115</sup>

No caso da Guerra do Chaco, a versão mais difundida e generalizada foi a de que a Standard Oil of New Jersey e a Royal Dutch Shell instrumentalizaram a Bolívia e o Paraguai, para que disputassem,

112 Solberg, 1979, p. 211. Larra, 1957, pp. 124 a 133. Rouquié, 1981, p. 214.

113 Id., Ibid., p. 214.

114 Solberg, 1979, p. 154.

115 Id., Ibid., pp. 154 e 211. Rouquié, 1981, pp. 214 e 215. Frondizi, 1955, pp. 270 a 271.

pelas armas, a posse das jazidas de petróleo porventura existentes naquela região.<sup>116</sup> Em outras palavras, o que prevaleceu foi a percepção esquemática e simplista de que aquele conflito refletiu, sobretudo, a competição entre duas potências imperialistas, os EUA e a Grã-Bretanha, representadas, respectivamente, pela Standard Oil e Royal Dutch Shell.

Efetivamente, embora os EUA exercessem forte influência no Paraguai, desde a realização em Washington da Conferência de Não-Agressão de 1931, se levantaram muitas suspeitas de que os norte-americanos estariam a favorecer Bolívia, devido aos interesses e às atividades da WICO, subsidiária da Standard Oil, lá desenvolvidas.<sup>117</sup> Se afigurava evidente que, caso a Bolívia conquistasse o Chaco e obtivesse um porto sobre o rio Paraguai, a Standard Oil seria beneficiada e esta constituía, indubitavelmente, a base da inimizade e da desconfiança contra os EUA, predominantes no Paraguai.<sup>118</sup>

Segundo o diplomata britânico Tottenham-Smith, a opinião pública, no Paraguai, estava geralmente convencida de que a Standard Oil exercia pressão sobre o Governo dos EUA, a fim de obter fundos, armas e toda espécie de assistência para a Bolívia.<sup>119</sup> E o que mais contribuiu para solidificar tal convicção foi o discurso do Senador norte-americano, por Louisiana, Huye Pierce Long, pronunciado em 30 de maio de 1934 e no qual acusou a Standard Oil e outros interesses a ela associados de promover a guerra e prover fundos à Bolívia, com o propósito de arrebatá-la ao Paraguai.<sup>120</sup>

Estas alegações, entretanto, não se confirmaram. O próprio Embaixador Spruille Braden, representante dos EUA à Conferência da Paz em Buenos Aires, reconheceu que não obstante exageros ou prejuízos da Bolívia, a Standard Oil não manejara inteligentemente as relações com o seu governo, como alguns fatos evidenciaram.<sup>121</sup> Por exemplo: logo depois de iniciado o conflito, a Standard Oil começara a dismantelar uma de suas refinarias, a fim de removê-la para a Argentina, quando o Governo boliviano descobriu e a forçou a repor os equipamentos e recomeçar a refinação do petróleo. Em outro momento crítico, ela avisou o Governo boliviano que os poços cessado haviam de produzir e que não mais teria gasolina disponível. No entanto, tão pronto o Presidente Daniel Salamanca ameaçou nacionalizar seus campos e refinarias, a Standard Oil anunciou que a produção continuaria

116 Frondizi, 1955, pp. 389 a 391. Klein, 1969, p. 153.

117 Annual Report – 1931 – Doc. A3353/3353/33, confidential, Tottenham-Smith to John Simon Asunción, 30.4.1932. Paraguay – Chaco – 1933 – PRO-FO371-15852.

118 Annual Report – 1932 – 16269 Confidential, Tottenham-Smith to John Simon, Asunción, 29.3.1933 – Paraguay – Chaco, 1933 – A6093/1143/33. PRO-FO371 – 16586.

119 Ibid.

120 Vide íntegra do discurso in Seiferheld, 1983, pp. 498 a 501. Frondizi, 1955, p. 390.

121 Despatch N.º 464 – strictly confidential, Delegation os USA – Peace Conference, Spruille Braden to the Secretary of State, Buenos Aires, 22.7.1937. NA – File 724.34119.9.

tão grande como sempre. Por fim, quando a Bolívia, a concentrar sua Força Aérea em Puerto Suarez para defendê-lo de um provável ataque do Paraguai, necessitou de gasolina de aviação, a Standard Oil só se dispôs a fornecer qualquer quota, mediante pagamento à vista, por um preço duas vezes mais alto do que o de qualquer outro competidor e, mesmo assim, entregue em Corumbá, no Brasil.<sup>122</sup> Aliás, a falta de suficiente gasolina foi permanente obstáculo à mobilidade do Exército boliviano, que muitas vezes teve de abastecer-se no Peru, conforme o historiador paraguaio Alfredo M. Seiferheld constatou, assinalando que “la Standard Oil no jugó límpio con Bolívia”.<sup>123</sup>

Na verdade, durante a guerra, ela fornecera combustível, em proporções e preços equivalentes, tanto à Bolívia quanto ao Paraguai.<sup>124</sup> E pior ainda, descobriu-se, posteriormente, que também ocultara do Governo de la Paz a exploração de vários poços, a fim de sonegar impostos, bem como evitar o pagamento de royalties, e desde 1925 – 1926 até 1935, bombeara, através de um oleoduto clandestino, que cruzava o rio Bermejo, cerca de 9,1 milhões de barris de petróleo para a Argentina.<sup>125</sup> Seu comportamento foi tão contrário e hostil aos interesses da Bolívia que nem o Embaixador Spruille Braden, representante dos EUA na Conferência de Paz de Buenos Aires<sup>126</sup>, pode deixar de criticá-la, em algumas oportunidades, inclusive em ofícios do Departamento de Estado.<sup>127</sup> E a opinião pública, naquele país, voltou-se tão fortemente contra ela que tornou inevitável e irreversível o confisco de suas propriedades, como fez o Coronel David Toro, após derrubar o Presidente José Luis Tejada Sorzano (1935-1936) e assumir o poder, em 1937.

Entretanto, não só por causa do seu procedimento, que não é provável que a Standard Oil houvesse levado a Bolívia a uma guerra difícil, comprometendo vultosos capitais, seja para conquistar uma saída para a Bacia do Prata, seja com a esperança de encontrar petróleo no Chaco paraguaio, onde ela já sabia não existir em quantidade comercial, conforme os conhecimentos geológicos da época, sem antes esgotar todos os recursos políticos em Assunção.

Quanto à Royal Deutch Shell, nada se soube que comprovasse ou, ao menos, indicasse

122 Ibid. Sobre o tema vide Seiferheld, 1983, pp. 462 a 472. Klein, 1967, p. 229. Klein, 1969, p. 153. Warren, 1949, p. 294.

123 Seiferheld, 1983, p. 486.

124 Id., Ibid., pp. 464 e 465

125 Id., Ibid., pp. 466 a 470. Warren, 1949, p. 294. Klein, 1969, pp. 217 e 218.

126 Spruille Braden fora quem, juntamente com seu pai, transferira algumas das concessões de petróleo que ela explorava.  
 127 Despach N°. 464, strictly confidential – Delegation of USA – Peace Conference, Spruille Braden to the Secretary of State, Buenos Aires, 22.7.1937. NA – File 724.34119/9. – “A seu debido tiempo, el Presidente del Directorio de Standard Oil de New Jersey me invitó a almorzar con él y sus directores (...) Después de alguna conversación general mi anfitrión, con considerable profanidad se soltó contra los ‘desonestos bolivianos que habian robado sus propiedades’ (de la Standard Oil). Le respondí qie estaba totalmente equivocado y que era la propia Standard Oil quien habia estado en falta en todo el negocio. En una forma más bien beligerante me pidió que le explicara. Le proporcioné todos los hechos y quando terminé de hacerlo, él se volvió al abogado de la Standard Oil, que estaba presente e le dijo: ‘Es esto verdad?’ La confirmación del abogado de mi historia resultó en mayor profanidad, esta vez dirigida a su propia plana mayor”. Braden, 1971, pp. 26 e 27.

qualquer influência sua, quer sobre a eclosão, quer sobre o desenvolvimento do conflito no Chaco.

A acusação, amplamente difundida pela esquerda, de que ela, a disputar com a Standard Oil as jazidas de petróleo porventura existentes no Chaco Boreal, devem-se, sobretudo, à posição assumida pela Argentina, onde os interesses da Grã-Bretanha predominavam<sup>128</sup>. Esta circunstância, entretanto, não autorizava, de fato, semelhante conjectura. A Gra-Bretanha também tinha interesses da Grã-Bretanha na Bolívia, à qual a companhia Vicker Armstrong vendera armamentos e que, em 1933, solicitou a interferência do Foreign Office junto ao Governo do Chile, no sentido de que permitisse a passagem de um carregamento, no valor de £ 300.000, pelo porto de Arica.<sup>129</sup> A Grã-Bretanha, na verdade, exportara grandes quantidades de armas, munições e outros petrechos de guerra, inclusive aeroplanos, tanto para a Bolívia quanto para o Paraguai, entre 1932 e 1935.<sup>130</sup>

De modo geral, as indústrias de material bélico não só da Grã-Bretanha e dos EUA como também da Alemanha, França, Bélgica, Tchecoslovaquia, Espanha e Suíça realizaram com aqueles dois países beligerantes vultosos negócios, financiados por grandes bancos europeus e norte-americanos, entre os quais o Midland Bank, o Banque de Paris et Pays-Bas e o Chemical Bank and Trust Co..<sup>131</sup> Sem dúvida, essas industrias tiveram interesse na deflagração da Guerra do Chaco, a primeira a empregar, de forma exclusiva, a tração mecânica, a utilizar amplamente o aeroplano e a demonstrar o valor da pistola-metralhadora.<sup>132</sup>

E a Alemanha, entre as grandes potências, foi a que melhor aproveitou suas lições, ao avaliar a importância do reconhecimento aéreo, da surpresa, das manobras de limpeza, do uso maciço dos tanques, da infantaria motorizada, das unidades técnicas e do conceito de nação em armas.<sup>133</sup> O Marechal Erwin Rommel teve como precursor o General José Felix Estigarribia, que, com o retorno à manobra genuína na guerra, teve como objetivo tomar Charaguá, seguir por Lagunillas até Monteagudo, invadir o Departamento de Santa Cruz de la Sierra e, finalmente, alcançar Camiri,

128 “... Ao citar Saavedra Lamas, é evidente que Spruille Braden reconhece nele o que vale dizer na Argentina -um inimigo da Standard Oil. Isso significa que Saavedra Lamas é um agente do inimigo real: a Royal Dutch Shell, que se aliou à Argentina no apoio oferecido ao Paraguai”. Chiavenato, 1979, p. 115. Sobre o tema vide Seiferheld, 1983, pp. 458 a 462. Klein, 1969, pp. 153 e 194.

129 Despatch N°. 23, R. Noswothy to Sir John Simon, La Paz, 9.2.1933; carta de Vickey Armstrong ao Foreign Office, London, 14.2.1933. PRO-FO371-16545.

130 Despatch N°. 1362, Atherton, US Embassy, to the Secretary of State, London, 12.4.1935; Despatches N°. 223 3 224, US Legation in Asunción, 10.5.1935, Chronological Records – Chaco Dispute – April 1st., 1935 to August 1st, 1935, p. 17. NA – File 724.34119/103 1/2.

131 Letters from Midlank Bank to Foreing Office, 1.10.1932 e 19.12.1932, PRO-FO371-1580. Despatch N°. 105, R. H. Tollenham-Smith, Britsh Legation in Asunción, to H. G. Chilton, Britsh Embassy in Buenos Aires, Asunción, 22.11.1933. PRO-FO527 – 24.

132 Zook, 1962, p. 23.

133 Id., Ibid.



capturando a refinaria de petróleo, responsável pelo suprimento do combustível à Bolívia.<sup>134</sup> E, aí, o curso da guerra mudou. Conforme o diplomata brasileiro Joaquim Palmeiro salientou, quando o Presidente Eusébio Ayala e o Comandante-em-Chefe José Estigarríbia consideraram pela primeira vez a possibilidade de conquistar os campos de petróleo da Standard Oil, a Liga das Nações suspendeu o embargo de armas à Bolívia, o soldado boliviano subitamente se tornou imbatível e o exército paraguaio sofreu os primeiros reveses depois de dois anos de luta.<sup>135</sup> As tropas do Paraguai pararam.

A questão do petróleo, evidentemente, assumiu fundamental importância, como fator da Guerra do Chaco, porém mais ao nível do imaginário político do que da realidade econômica. O Presidente Daniel Salamanca, ao decidir “pisar forte” no Chaco, presumia que a Bolívia dispunha de reservas de petróleo, suficientes para abastecer o mundo e arrancá-la do subdesenvolvimento, e só necessitava do acesso ao Oceano Atlântico, através do rio Paraguai e do estuário do Prata. O Presidente Eusébio Ayala, do Paraguai, supunha, igualmente, que a Bolívia possuía 8 milhões de hectares, “de los más ricos terrenos petrolíferos”, onde a “inmensidad de la riqueza del subsuelo” faria “de la zona uno de los más grandes centros de producción del mundo”.<sup>136</sup> Sua esperança era conquistar esta zona, o que possibilitaria ao Paraguai ressarcir-se dos custos da guerra, segundo ele próprio confessou, a afirmar que “Nuestra frontera natural e histórica llega al Parapeti, cordillera Chiriguano y Pilcomayo. Si la victoria no nos asegura esta frontera, se originará un hondo malestar en el país (...) La posesión de la zona del petróleo nos servirá además para recuperar nuestras pérdidas y levantar el país de la prostración en que había de quedar”.<sup>137</sup>

Esta crença, a de que o subsolo da Bolívia, na região do rio Parapeti, lindeira do Chaco Boreal, e adjacências, escondia imensos depósitos de petróleo, influenciou também os dirigentes da Argentina e concorreu para que ela respaldasse o Paraguai, sob o disfarce do que denominou de neutralidade benévola. Este comportamento, durante o conflito e no curso da Conferência de Paz realizada em Buenos Aires (1935-1938), não obedeceu, certamente, às prováveis ambições da

134 Estigarríbia, 1950, p. 195.

135 Palmeiro, 1973, p. 76.

136 Memorandum, Eusébio Ayala a Vicente Rivali, Embaixador em Buenos Aires, Asunción, 12.9.1934; apud Pastore, 1972, p. 395. Querejazu Calvo, 1981, p. 439. “En el Paraguay ya no cabían dudas acerca de la actitud de la Standard Oil, más aún con la presunción – que los hechos posteriores demostraron errada – de que el Chaco albergaba un reservatorio fabuloso en riqueza petrolera”. Seiferheld, 1983, p. 508. “La Standard Oil sabía entre tanto lo que los bolivianos iban a descubrir solo 30 años después: que los yacimientos disputados eran escassamente importantes. En consecuencia, no mostró mayor entusiasmo com los aprestos bolivianos”. René Zavaleta Mercado – “Bolívia: Crecimiento de la Idea Nacional”, Cuadernos de la Revista Casa de las Américas, La Habana, Cuba, 1967, apud Gonzáles Quintanilla, 1977, p. 30.

137 Memorandum, Ayala a Vicente Rivarola, Asunción, 12.9.1934, apud Querejazu Calvo, 1981, p. 439. Vide também Seiferheld, 1983, p. 509.

Royal Deutch Shell, apesar de que com elas pudesse coincidir, e sim aos reais interesses da YPF, já a responder por 37,5% (835.565 m<sup>3</sup>) da produção nacional contra uma participação de 62,5% (1,4 milhão de m<sup>3</sup>), das companhias particulares, entre as quais aparecia a Standard Oil of New Jersey como sua principal concorrente.<sup>138</sup>

Ao que tudo indicava, os militares nacionalistas, que, não obstante a queda do General Mosconi, ainda influíam no Governo de Buenos Aires, temiam que a Standard Oil, com a posse de enormes reservas na Bolívia, segundo imaginavam, alcançasse a saída para o estuário do Prata, através do rio Paraguai, e terminasse por esmagar a YPF, ao ponto de excluí-la até mesmo da exploração das jazidas existentes em Salta, Jujuy, Mendoza e em outras Províncias da própria Argentina. Por esta razão, o Governo do General Agustín P. Justo, embora tratasse de assegurar os investimentos britânicos e se opusesse ao monopólio estatal do petróleo, resistiu, tanto quanto pode, à demanda de concessões da Standard Oil, escorada por poderosos políticos de Salta, como Robustiano Patrón Costas, que se tornara um dos árbitros do regime.<sup>139</sup>

Naquelas condições, portanto, à Argentina absolutamente não convinha uma vitória da Bolívia, pois desviaria do seu território as atividades relacionadas com a indústria do petróleo, se ela conquistasse um litoral apropriado. Por outro lado, em face da completa dependência e subordinação da economia do Paraguai à Argentina<sup>140</sup>, reforçada por toda a espécie de cooperação durante a guerra, inevitável tornar-se-ia a concentração de acordos, mediante os quais toda a produção de petróleo da região de Parapeti, na Bolívia, e a que ocorrer viesse no Chaco Boreal cairia em poder da YPF. Não sem razão todos perceberam, como o Coronel Francisco Barrero V., que o “objetivo estratégico” da Argentina e do Paraguai só podia ser a destruição da máquina militar da Bolívia, tendo por “meta econômica” o Chaco e o petróleo.<sup>141</sup> E, se esta questão já se tornara, durante a guerra, cada vez mais importante, ela assumiu uma significação ainda maior, como fator de negociação diplomática, após a instalação da Conferência de Paz em Buenos Aires, com a cessação das hostilidades, em junho de 1935.

A crença de que o petróleo existia, em quantidade comercial, a leste da linha de hitos, no Chaco Boreal, continuou a orientar a resistência tanto de Bolívia quanto do Paraguai à conclusão de

138 Solberg, 1979, p. 174. Seiferheld, 1983, p. 479.

139 Solberg, 1979, pp. 159 e 161.

140 Annual Report 1932 – 14249 confidential, Tottenham-Smith to John Simon, Asunción, 29.3.1933. PRO-FO16586 – Paraguay Chaco 1933 A6093/1143/33/.

141 Barrero U., 1979, p. 285.

um acordo, não obstante as informações prestadas pela Standard Oil e transmitidas pelo Embaixador norte-americano Spruille Braden, sobre os resultados negativos de suas pesquisas.<sup>142</sup>

Ainda em 1937, o Paraguai conseguiu interessar o Governo francês, que encaminhou a questão à Compagnie Française de Petrole, que, obtendo a cooperação financeira do Banque Lazare e do Banque de Paris e des Pays-Bas, organizou uma pequena missão com o objetivo de pesquisar não somente petróleo, mas também outras fontes de recursos econômicos naquele país.<sup>143</sup> A Bolívia protestou, alegando que as explorações se realizariam dentro da região do Chaco boliviano, mais próxima à linha intermediária do setor ocidental e, por conseguinte, dentro da área de separação, que os exércitos assinalaram.<sup>144</sup> E, como a opção dada à companhia francesa fora por seis meses, o Embaixador Spruille Braden desconfiou que o Paraguai estava a deixar que o prazo decorresse, pois sua intransigência e teimosia em manter a ocupação militar da linha ocidental decorriam, não da instabilidade política interna, e sim da convicção de que grande riqueza de petróleo ali existia.<sup>145</sup> Havia o perigo de que a guerra se reacendesse. A Bolívia continuava a armar-se. O Paraguai também. No início de 1937, iniciara entendimentos para comprar na Itália cerca de 40 a 50 aeroplanos, com financiamento do Banco Germânico, no valor total de US\$ 1,5 milhão, com taxa de juro de 7 ou 8 % por mês, a ser pago em dois anos.<sup>146</sup>

Porém, na opinião do Embaixador Spruille Braden, quem mais obstaculizou o processo de paz foi o Chanceler Carlos Saavedra Lamas, que tentou postergar qualquer acordo territorial até que pudesse assegurar ao máximo a influência da Argentina sobre o Paraguai e a Bolívia.<sup>147</sup> Mas não teve êxito. O acordo sobre transporte, firmado em 25 de fevereiro de 1938, entre os governos de La Paz e do Rio de Janeiro, objetivando a construção de ferrovia, ligando Santa Cruz de la Sierra (Bolívia) a Corumbá (Brasil), mediante a utilização de £ 1 milhão pendentes desde o Tratado de Petrópolis (1904), provavelmente influenciou na concertação do Tratado de Paz de 1938.<sup>148</sup> Ele proporcionaria

142 Despatch N°. 208, strictly confidential, Spruille Braden to the Secretary of State – Delegation of USA – Peace Conference – Buenos Aires, 2.7.1936. NA 724.34119/521 LD. Braden, 1971, p. 31.

143 Despatch N°. 594, strictly confidential, Braden to the Secretary of State – Delegation of USA – Peace Conference, Buenos Aires, 28.12.1937. NA-274. 34119/1158 LH.

144 Nota de Protesto de la Delegación Boliviana – Enclosure N°. 1 to Despatch N°. 607, Braden to the Secretary of State, Delegation of USA – Peace Conference, Buenos Aires, 10.1.1938. NA- 724.34119/1173 LH.

145 Despatch N°. 594, strictly confidential, Braden to the Secretary of State – Delegation of USA – Peace Conference, Buenos Aires, 28.12.1937. NA-724.34119/1158 LH.

146 Despatch N°. 458, strictly confidential, Leslie E. Reed, 1rs Secretary, to the Secretary of State, Legation of USA in Montevideo, 21.1.1937. NA-724-34119/757 LH.

147 Braden, 1971, p. 91.

148 Só em 23 de julho de 1964, com a assinatura, em La Paz, do Protocolo Adicional ao Tratado de 1938 sobre a Ligação Ferroviária, o Brasil finalmente entregou a administração da Bolívia o trecho da ferrovia Corumbá – Santa Cruz de la Sierra, situado no território boliviano, e recebeu quitação do compromisso, que assumira com o Tratado de Petrópolis e o Tratado de 25 de dezembro de 1928 modificara. Ao negociar a entrega da ferrovia, os representantes brasileiros consideraram a importância geopolítica da região por ela servida. Relatório do Ministério das Relações Exteriores,

à Bolívia melhor enlace com o rio Paraguai e abriria o mercado brasileiro ao petróleo da região do rio Parapeti e adjacências, com o que a velha aspiração de Saavedra Lamas de adquirir para a Argentina seu exclusivo controle se frustrou.<sup>149</sup>

A possibilidade de que a YPF viesse a explorar os campos petrolíferos, ao norte de Santa Cruz de la Sierra, invadindo a área da Standard Oil, chegou a entrar nos seus entendimentos com o Presidente da Bolívia, o Coronel David Toro, vinculado ao acordo para a construção, pela Argentina, da ferrovia Yacuiba-Santa Cruz de la Sierra<sup>150</sup>, concluído somente em 1941. Esta ferrovia, com visível caráter estratégico, interessava à Argentina, porque com ela esperava incorporar ao sistema econômico, e quiçá político, do rio da Prata a Bolívia, ou pelo menos, o oriente boliviano, a afastá-la do sistema do Pacífico. E o Chanceler do Paraguai, Carlos Zubizarreta, não escondeu sua desconfiança, ao ver que Saavedra Lamas o abandonava.<sup>151</sup> Ele percebera claramente, que a Bolívia lograra interessar não só a Argentina, como também o Brasil, fazendo-lhes promessas de concessões petrolíferas, que resultaram em acordos para a construção da ferrovia.<sup>152</sup> Com efeito, ambas as ferrovias – a que o Brasil construiria, de Corumbá a Santa Cruz de la Sierra, e a projetada pela Argentina, de Santa Cruz de la Sierra a Yacuiba – passariam pelos campos de petróleo, de modo que os tratados firmados pelos dois países com a Bolívia tacitamente reconheceram a legalidade da desapropriação das reservas da Standard Oil, apesar das pressões contrárias dos EUA.

Naturalmente, os interesses econômicos e, sobretudo, a questão do petróleo não constituíram o único fator a determinar o comportamento da Argentina, tanto ao favorecer o Paraguai, durante o conflito, quanto no decurso da Conferência de Paz. Outras considerações militares e geopolíticas, de ordem estratégica, contribuíram também para que ela o sustentasse a qualquer custo. Independentemente do problema dos oleodutos, a presença da Bolívia, no Chaco, ao sul da Bahia Negra, não convinha à Argentina, dentro de seu plano de operações, na hipótese de uma guerra contra o Brasil, a qual ao sudoeste de Mato Grosso se estendesse. Séria ameaça configurar-se-ia para as suas forças ter à retaguarda o território de um país, como a Bolívia, em cuja solidariedade política e militar não podia confiar.<sup>153</sup>

---

apresentado ao Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, pelo Ministro das Relações Exteriores, Vasco Leitão da Cunha – 1964 – Seção de Publicações da Divisão de Documentação do MRE, pp. 24 e 25.

149 Zook, 1962, p. 382

150 Despatch N°. 464, strictly confidential, Braden to the Secretary of State, Buenos Aires, 22.7.1937. NA-File 724.34119/9.

151 Memorandum, Carlos Zubizarreta, Paraguayan Delegate. Enclosure to the Despatch of Oct. 7th., 1937, Buenos Aires. NA-724.34119/1081 LH.

152 Id., Ibid.

153 Circular N°. 908, confidencial, MRE às Missões Diplomáticas Brasileiras, a) M. de A. (Moniz de Aragão), Secretario

Efetivamente, no seu *Plan de Operaciones Máximo*, o Estado Mayor General do Exército Argentino previa uma guerra, na qual, com efetivos da ordem de 260.000 homens, teria de enfrentar forças não só do Brasil (290.000 homens) como também do Chile (170.000 homens), Uruguai (40.000 homens), Bolívia (42.000 homens) e Paraguai (18.000 homens), um total de 560.000.<sup>154</sup>

O Chaco e as províncias de Salta e Jujuy certamente seriam o teatro de operações, onde as forças do Paraguai e da Bolívia em combinação atuariam. Não era, porém, o Brasil e sim o Chile que se configurava como o “principal inimigo” da Argentina, segundo a percepção do seu Estado Mayor General.<sup>155</sup> O Brasil não tinha necessidade de expansão territorial, nem havia na Argentina regiões “que puderam ser objetivo especial de su codicia”, salvo a Província de Misiones, cuja anexação, ao permitir-lhe o domínio de uma das portas de saída do Paraguai, possibilitar-lhe-ia aumentar consideravelmente a influência sobre este país.<sup>156</sup>

Por outro lado, embora acentuasse que uma guerra promovida pelo Brasil provavelmente não assumiria “los caracteres de odio y de tenacidad”, o Estado Mayor General, em seu Plan de Operaciones Máximo, manifestava receio quanto à influência de outros países, “con intereses más arraigados y más graves”, como era o caso do Chile “y, por sobre todos, de los EUA, que por sus incontenidas y pocas disimuladas actividades imperialistas, no han dejado en la Argentina – por su situación, sus fuentes de riquezas y su capacidad de progreso – la valla sudamericana más seria para la facil consecución de sus ambiciones, y que, para anularnos con manos ajenas no habrán de trepidar en acumular, estimular y ayudar enemigos en contra nuestra”<sup>157</sup>

Risco realmente houve de uma guerra, em que a Argentina tivesse de enfrentar simultaneamente o Chile e o Brasil. O Chile inesperadamente manifestara simpatia pela Bolívia, ajudando-a, e arrastou o Peru para semelhante posição, com o que a formação do Bloco do Pacífico se afigurou.<sup>158</sup> Conforme o General brasileiro Waldomiro Castilho de Lima, Inspetor do 1º. Grupo de Regiões Militares, reportou ao Conselho Superior de Guerra, esse “Bloco do Pacífico – Bolívia, Chile e Peru - e os interesses ali representados por vultosos capitais norte-americanos e que terão rendas fabulosas quando estiverem

Geral, Rio de Janeiro, 22.8.1934. AHI – Guerra do Chaco – 9(31).(43)5.

154 Ministério de Guerra – Estado Mayor General del Ejército – Bases para el “Plan de Operaciones Máximo” – 1933-1934, secreto, Anexo a la Orden Secreta N°. 66 – Ejemplar 1: Jefe. Plan de Operaciones Máximo – Variante A – Frontera Noreste – Zonas de Concentración – 1933-1934. a) General de Brigada Ramón Molina, Jefe del Estado Mayor del Ejército. Aprobado: General de División Tomás Martínez, Inspector General del Ejército. AN-AP51(9)-APPAGM.

155 Id., Ibid.

156 Id., Ibid.

157 Id., Ibid.

158 Ofício N°. 107, índice: “Situação do Brasil em face da Guerra do Chaco”, secreto, Cel. Francisco Gil Castelo Branco, Chefe da 2ª Seção do Estado Maior do Exército, ao General Olímpio da Silveira, Chefe do Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro. 27.11.1934. AN-AP51(7)- APPAGM.

estabelecidos os transportes convenientes para o petróleo” eram antagônicos aos do Prata e certamente ofereceriam “certas restrições à expansão argentina após a guerra”.<sup>159</sup>

Esta não constituía, ademais, a única ameaça. Àquele tempo, instável também se apresentava, internamente, a situação na Argentina. Políticos vinculados ao Partido Radical, do ex-Presidente Hipólito Yrigoyen, deposto em 1930, e alguns militares conspiravam e pediam à Bolívia que lhes fornecesse recursos e armamentos, com a promessa de apoiá-la, se vitoriosos, na guerra contra o Paraguai.<sup>160</sup> Diante de tais ameaças, tanto externas quanto internas, o Presidente Agustín P. Justo tratou de visitar oficialmente o Brasil a fim de aliviar as tensões e neutralizá-lo, evitando sua possível união com o Chile. Durante a visita ao Rio de Janeiro, onde recebeu efusivas manifestações de apreço e, inclusive, a patente de General de Exército brasileiro, ele firmou com o Presidente Getúlio Vargas vários convênios, bem como acordos e tratados, entre os quais o de Comércio e Navegação e um protocolo adicional, a solucionar o impasse em torno dos negócios de trigo e erva-mate. Do ponto de vista político, o mais significativo, a acompanhar o apelo dos dois presidentes para que o Paraguai e a Bolívia terminassem o conflito no Chaco, foi o Tratado Anti-Bélico de Não-Agressão e Conciliação, que a Argentina e o Brasil celebraram e ao qual outros quatro países – Chile (com ressalvas), México, Paraguai e Uruguai – logo aderiram.<sup>161</sup>

A manobra do Presidente Justo surtiu, assim, efeito, pois o Chile recuou, conteve seus aparentes propósitos de intervir militarmente em favor da Bolívia e reatou as relações com o Paraguai. No final de 1934, a questão do Chaco, a complicar-se cada vez mais, tomou “rumo obscuro”, segundo a expressão do Presidente Vargas, que começou a inquietar-se.<sup>162</sup> A Argentina sequer disfarçava seu apoio ao Paraguai, a provê-lo com todos os recursos, e acumulava tropas na fronteira com a Bolívia, em cujo território já ocupara alguns fortins e, conforme seu Ministro da Guerra, General Manuel Rodriguez defendia, seu propósito talvez fosse anexá-la, como parte desgarrada do Vice-Reino do Rio da Prata.<sup>163</sup>

As tropas do Paraguai, por outro lado, haviam atingido a linha Murillo-Charagua ou

159 “Situação Atual do Brasil como Potência Militar Sul-Americana”. Estudos apresentados ao Conselho Superior de Guerra pelo General de Divisão Waldomiro Castilho de Lima, Inspeção do 1º. Grupo de Regiões Militares, Reservado, s/d (provavelmente 1934-1935), AN-AP51(5) – HPPAGM.

160 Ofício N°. 237, Lafaiete de Carvalho e Silva ao Chanceler Afrânio de Melo Franco, Buenos Aires, 2.7.1933; Ofício N°.304, reservado, Embaixada do Brasil no Uruguai (s/a) ao Chanceler Melo Franco, Montevideo, 3.10.1933. AHI- Lata 164, maços 2717 a 2722.

161 Atos Internacionais firmados por ocasião da visita ao Brasil do Excelentíssimo Senhor General Agustín P. Justo, Presidente da Nação Argentina, Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Comércio, Rodrigues & Cía., 1933.

162 Carta de Getúlio Vargas a Oswaldo Aranha, Rio de Janeiro, 24.12.1934 – CPDOC – GV 34.12.24/1.

163 Id., Ibid.

Vanguardia-Salinas San José, visando a alcançar Santa Cruz de la Sierra e a cortar as ligações entre o Oriente boliviano e os centros populosos do Altiplano, através das rodovias Cochabamba-Santa Cruz de la Sierra (cerca de 700 km) e Cochabamba, à confluência dos rios Chimoré-Ichillo (247 km). Se este objetivo se concretizasse, todo o polígono compreendido pelos rios Paraguai-Pilcomayo-Mamoré-Guaporé cairia sob a influência militar e, quiçá, política e jurídica do Governo de Assunção, o que embaraçaria a execução do plano de comunicações previsto no Tratado de Natal, firmado pelo Brasil com a Bolívia, em 25 de dezembro de 1928.

Este, por certo, não constituía o único problema. Outros – e mais graves – igualmente adviriam para o Brasil. Caso chegassem a Santa Cruz de la Sierra, além de abrir o vale do Amazonas à infiltração da Argentina, as tropas do Paraguai, orientadas para objetivos econômicos, desceriam inevitavelmente o rio Mamoré e apossar-se-iam, na região de Cochabamba, das grandes reservas petrolíferas, que todos acreditavam ali existir.<sup>164</sup> O perigo maior consistia, portanto, na perspectiva de que o Paraguai intentasse então incorporar à sua soberania todo o Oriente boliviano, para o que condições favoráveis existiam.

Segundo o relatório do Capitão Aluizio Pinheiro Ferreira, Inspetor do Exército brasileiro na fronteira Mamoré-Guaporé, a população civil de Santa Cruz de la Sierra não mostrava qualquer alarme ante a possibilidade de que os paraguaios até lá avançassem.<sup>165</sup> Pelo contrário, os *cruzeños* ou bolivianos do Oriente se identificavam muito mais com eles, devido às suas origens étnicas e culturais, do que os *collas*, os bolivianos do Altiplano. Muitas vezes, já haviam se levantado em armas contra o domínio político de La Paz, pretendendo que Santa Cruz de la Sierra se incorporasse à Argentina, como uma de suas províncias. A última dessas reuniões fora abafada pelas tropas do General Hans Kundt, ex-Comandante em Chefe dos Exércitos bolivianos em operações no Chaco.<sup>166</sup> E o Paraguai naturalmente estava a aviventar os ressentimentos e estimular a tendência de Santa Cruz de La Sierra à secessão, ao acenar aos índios com a prometida propriedade das terras, que estes julgavam pertencer-lhes e “que lhes foram espoliadas pelos brancos, inclusive os brasileiros na zona fronteira, do Madeira à Bahia Negra”<sup>167</sup>.

No relatório apresentado ao Conselho Superior de Guerra, o General Waldomiro Castilho

164 Relatório – Inspetoria dos CC/EE da fronteira Mamoré-Guaporé, a) Capitão Aluizio Pinheiro Ferreira, Inspetor – Comandante da 8ª. Região Militar, 26 de janeiro de 1935. Índice: “Presta informações sobre as prováveis consequências da Guerra do Chaco nas relações brasileiro-bolivianas pela bacia amazônica”. AN-AP51(7) – APPAGM.

165 Id., Ibid.

166 Id., Ibid.

167 Id., Ibid.

de Lima, Inspetor do 1º. Grupo de Regiões Militares, a observar que tal propaganda se baseava no *aprimismo*<sup>168</sup>, “espécie de comunismo adaptado às condições daquela região”, acentuou que a independência de Santa Cruz de la Sierra e El Beni era “altamente prejudicial” ao Brasil, ao qual poderia trazer consequências fáceis de prever, dado que suas fronteiras, distantes e despovoadas, expostas estariam a toda sorte de saques e depredações, que poderiam desencadear hostilidades, motivadas pela reivindicação de territórios no Acre e de saída para o Amazonas.<sup>169</sup> Segundo ainda salientou, a independência de Santa Cruz de la Sierra e de El Beni, a desmembrarem-se da Bolívia, seria assim, sob o ponto de vista militar, “um perigo maior para a Amazônia”, porque o novo Estado “seria fatalmente” ligado ao Paraguai e, portanto, ao “principal inimigo provável” do Brasil: Argentina.<sup>170</sup>

Por isso, diante de uma perspectiva que poderia forçar o Brasil a envolver-se no conflito para enfrentar a Argentina, o Presidente Vargas, a pretexto de retribuir a visita do Presidente Justo, viajou a Buenos Aires, em 1935, no momento em que o grupo de mediadores – composto pelos representantes dos EUA, Brasil, Argentina, Chile, Peru e Uruguai – lá se reunia, visando a encontrar solução para a guerra no Chaco. Casual não foi a coincidência.

O que Vargas pretendeu foi intervir energicamente nas negociações e, mediante entendimento direto com Justo, compeliu o Paraguai e a Bolívia a cessarem as hostilidades, retirando-lhes qualquer respaldo. Sem dúvida alguma, a concertação entre os dois presidentes e sua interferência nas negociações concorreram, decisivamente, para que os dois beligerantes, já exaustos e em situação desastrosa depois de dois anos de guerra, concordassem com a assinatura do protocolo de 12 de junho de 1935, que determinou o imediato cessar-fogo e convocou a Conferência de Paz, instalada em Buenos Aires.

A ameaça de que o conflito armado se reacendesse no Chaco e, aí, levasse a Argentina e o Brasil a um confronto direto diminuiu, porém não desapareceu.

Vargas continuou a empenhar-se na aquisição de armamentos e conversou, pessoalmente, com o Presidente dos EUA, Franklin D. Roosevelt, quando este visitou o Brasil em 1936. A Argentina, informada, então, de que o Governo norte-americano arrendaria seis destroyers, protestou, fortemente, e tratou de evitar que a operação se concretizasse, a fim de manter a superioridade naval sobre o Brasil.

168 Referência à Aliança Popular Revolucionária Americana -APRA, movimento de esquerda liderado no Peru por Victor Haya de la Torre.

169 “Situação Atual do Brasil como Potência Militar Sul-Americana” – Estudos apresentados ao Conselho Superior de Guerra pelo General de Divisão Waldomiro Castilho de Lima, Inspetor do 1º. Grupo de Regiões Militares, Reservado, s/d (provavelmente 1934-1935). ANAP51(5)APPAGM.

170 Id., Ibid.



Vargas ressentiu-se e as desconfianças quanto à futura política exterior daquele país se reanimaram, sobretudo porque, àquela mesma época, o Governo de Buenos Aires encomendara a Grã-Bretanha a construção de varias unidades para sua Marinha de Guerra.<sup>171</sup>

Os Estados-Maiores do Exército e da Marinha, no Brasil, demonstraram então desassossego e tomaram várias medidas de alerta e de defesa nas fronteiras do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso. Entretanto, na Conferência de Paz de Buenos Aires, o Chanceler da Argentina, Carlos Saavedra Lamas, obstaculizava de tal modo as negociações que o Embaixador brasileiro José de Paula Rodriguez Alves, Chefe da Delegação do Brasil, ironizou, ao dizer que ele incentivara as hostilidades para obter o Prêmio Nobel da Paz, que lhe fora conferido.

Ao que tudo indicava, segundo a opinião do Embaixador dos EUA, Spruille Braden, Saavedra Lamas procurava aproveitar sua influência na Conferência de Paz, por modo que o Paraguai obtivesse com a redação do Tratado o que suas tropas não conseguiram na batalha: a zona de Bolívia onde comprovadamente petróleo existia. Aliás, ele propusera, inclusive, um plano para o desmembramento daquele país<sup>172</sup> e suspeita houve de que influenciara o confisco das propriedades da Standard Oil, em 1937, pelo Governo do Coronel David Toro (1936-1937), o que naturalmente possibilitara a conclusão de um acordo com a Argentina<sup>173</sup>, vinculado à exploração do petróleo boliviano, para a construção de uma ferrovia entre Santa Cruz de la Sierra e Yacuiba, na Argentina. Este constituía o fundo da questão. O Brasil contra-atacou, ao propor a construção de outra ferrovia, ligando Santa Cruz de la Sierra a Corumbá, no Estado de Mato Grosso. Mas receava que o controle pela Argentina das comunicações entre Santa Cruz de la Sierra e Yacuiba, ao mesmo tempo em que o Paraguai se propunha a construir também uma ferrovia na direção do ocidente, prendesse a Bolívia de tal forma que mais cedo ou mais tarde provocasse a secessão do Oriente boliviano. E a tal o Brasil opor-se-ia, indo até mesmo à guerra, se necessário<sup>174</sup>. Seria, para ele *casus belli*; pois não permitiria o desmembramento de qualquer parte

171 Despatch N°. 372, Subject: Rumor regarding supposed intention of Argentina to attack Brazil. R. M. Scotten, Counselor of Embassy, to the Secretary of State. Rio de Janeiro, 3.4.1938. NA- 732.35/59 L/JPS.

172 I- Estados Unidos y la Paz del Chaco – II- EE.UU y la Carta de Belmonte (Memórias del Jefe de la Delegación Americana Spruille Braden. Capítulos XIX, XX y XXV. Tradução, Introdução y Comentarios de Victor Andrade V., Cuadernos de Hoy, n°. 6, La Paz, 1982, p. 43.

173 Braden, Spruille – “Diplomáticos y Demagogos” – Memorias sobre la Conferencia de Paz del Chaco (Versión castellana de los principales capítulos), New York, 1971, p. 21. “El Gobierno norte-americano tenia razones para creer que la Argentina habia jugado un papel importante en la expropiación de los bienes de la Standard Oil llevado a cabo por el Gobierno boliviano el 13 de marzo de 1937... Después de la guerra, se celebraron negociaciones en Buenos Aires para una concesión petrolífera. Como contrapartida, la Argentina protegeria a Bolívia del Paraguay. La expropiación a la Standard Oil tuvo lugar no mucho después y luego breve lapso se firmó un acuerdo entre la Argentina y Bolívia que preveia la participación argentina en el desarrollo de los yacimientos bolivianos, como asi mismo la exportación de petróleo boliviano a la Argentina. (Cordell) Hull y Summer Welles estaban enfurecidos, particularmente no mucho antes el canciller boliviano Enrique Finot habia dicho al ministro norte-americano R. Heenry Norwel que ‘Bolívia debe hacerle el juego al imperialismo argentino para obter un arreglo aceptable en el Chaco’”. Escudé, 1992, pp. 246 e 247.

174 Despatch N°. 464, strictly confidential, Delegation of USA – Peace Conference, Spruille Braden to the Secretary of

da Bolívia, cujo estatuto territorial considerava “definitivo e não passível de quaisquer modificações”, na parte em que estava jurídica e formalmente definido, admitido ou reconhecido.<sup>175</sup>

Em documento secreto, dirigido ao Ministro da Guerra, o General Pedro Aurélio de Goes Monteiro, Chefe do Estado-Maior do Exército brasileiro, ressaltou, aliás, que era de “capital importância” para o Brasil, que, “em hipótese alguma”, os limites territoriais do Paraguai, no Chaco, ultrapassassem o rio Negro ou Otuquis para o norte, a fim de não envolver a parte da margem direita do rio Paraguai, pertencente ao Estado de Mato Grosso.<sup>176</sup>

Não sem razão, ele julgou que os fortins erigidos ao nordeste do rio Negro ou Otuquis poderiam constituir, em futuro próximo, novo limite “insidiosamente preparado pelo Paraguai para reivindicações do território por ele abrangido, como se atingido fosse no período de operações ofensivas”.<sup>177</sup> E o Embaixador José de Paula Rodrigues Alves, Chefe da Delegação do Brasil à Conferência de Paz, reagiu, energicamente, quando o Chefe da Delegação do Paraguai, Gerónimo Zubizarreta, propôs a anexação ao seu território do triângulo de terra, que, situado à margem do rio Paraguai, que o Brasil cedera à Bolívia, em 1904, e constituía, segundo o então Chanceler Oswaldo Aranha “a única alegação nossa para justificar a incorporação do Acre, sempre apontada como ato de imperialismo do Brasil”.<sup>178</sup>

Com efeito, essa proposta, se aceita e a cessão se concretizasse, invalidaria o Tratado de Petrópolis e por esta razão Aranha percebeu que se tratava de manobra, possivelmente insinuada por Saavedra Lamas, com o propósito de separar o Brasil da Bolívia, onde uma tendência em favor da recuperação do Acre ressurgia e propiciava as bases para uma aproximação da Argentina.<sup>179</sup> Saavedra Lamas, no entanto, não resistiu às pressões contrárias à sua presença como Ministro das Relações Exteriores da Argentina e Presidente da Conferência de Paz, realizada em Buenos Aires. O novo Presidente da Argentina, Roberto Ortiz (1938-1940)<sup>180</sup>, substituiu-o por José Luis Cantilo. E a Conferência de Paz, que, na opinião de Aranha, até então não passara de uma “querela pessoal”, uma

---

State, Buenos Aires, 22.7.1937. NA – File 724. 34119/9.

175 Nota n.º. 11, Embaixador Mario de Pimentel Brandão, Secretário Geral, a Alberto Ostria Gutierrez, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Bolívia, Rio de Janeiro, 25.2.1938. AHI – Guerra do Chaco – Conferência de Paz.

176 Ofício n.º. 49, secreto 2.ª. Seção, General de Divisão Pedro Aurélio de Goes Monteiro, Chefe do Estado-Maior do Exército, ao Ministro da Guerra, Rio de Janeiro, 4.6.1938. AHI – Guerra do Chaco – Conferência de Paz.

177 Id., Ibid.

178 Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas, abril de 1938, CPDOC – FGV – 04 380405/2.

179 Id., Ibid.

180 O Presidente Ortiz, em 1940, licenciou-se, por motivo de doença, sendo substituído à frente do Governo pelo Vice-Presidente, Ramón S. Castillo. Em 1942, impossibilitado de reassumir, renunciou e, em 1943, os militares derrubaram o Presidente com um golpe de Estado.

competição de chanceleres, mais do que um esforço real para a terminação da contenda do Chaco, alcançou, finalmente, um desfecho, com o Tratado de Paz, Amizade e Limites, que o Paraguai e a Bolívia assinaram em 21 de julho de 1938. Contudo, nenhum dos dois países realizou, efetivamente, seus objetivos. Nem o Paraguai conseguiu capturar a zona do petróleo, no rio Parapeti e adjacências, nem a Bolívia pôde expandir seu território até às margens do rio Paraguai, onde obteve apenas um porto franco e o livre trânsito para suas mercadorias. Assim, os grandes vencedores, na guerra entre o Paraguai e a Bolívia, foram o Brasil e a Argentina. Ao firmarem os tratados de vinculação ferroviária, Santa Cruz de la Sierra-Corumbá e Santa Cruz de la Sierra-Yacuiba, estes dois países receberam enormes concessões para explorar um petróleo, que, conforme se comprovou, jamais em grande quantidade comercial apareceu.



## A JORNADA DOS PRACINHAS: UMA ANÁLISE INTRODUTÓRIA DA CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA PÚBLICA SOBRE A FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA

Daniel Albino<sup>1</sup>

Na entrevista final com os veteranos da *Easy Company*, que fechou o último episódio da série *Band of Brothers*, o Capitão Richard “Dick” Winters menciona uma carta de um de seus subalternos, em que este relata uma conversa com seu neto: “Vô, o senhor foi um herói na guerra?”, ao que avô responde: “Não, mas eu servi em uma companhia de heróis”. Este tipo de sentimento de orgulho puro, sem nenhum arrependimento ou dúvida, pode ser encontrado universalmente nos soldados que lutaram na Segunda Guerra Mundial (de ambos os lados, vale notar), e já não é tão comum nos conflitos posteriores (com a exceção, talvez, com as Guerras do Afeganistão e Iraque, já no século XXI).

A Segunda Guerra Mundial, no imaginário popular, pode ser considerada a “última guerra romântica”, onde um modelo narrativo como a jornada heroica de Joseph Campbell<sup>2</sup> pode ser aplicado com relativa facilidade: os “heróis” relutantes (as nações democráticas) são arrastados à guerra por um grupo de “vilões” ambiciosos e cruéis (Alemanha e Japão) que ameaçam os povos livres do mundo com sua tirania. Após muitos sacrifícios e desafios, os heróis vencem a “sombra”, e retornam para a casa com a recompensa (a democracia e a liberdade, segundo os mais românticos; a hegemonia mundial dos EUA e URSS sobre suas respectivas esferas de influência, numa perspectiva mais realista). Mesmo em uma análise mais racional do que foi a Segunda Guerra Mundial, é difícil afastar o pensamento de que os Aliados tinham um elemento de justificativa, de “justiça”, mesmo nos piores atos cometidos contra os países do Eixo. Excetuando-se os partidários do nazismo, por razões óbvias, para a maioria das pessoas é muito difícil sentir simpatia pela destruição que os bombardeios Aliados causaram na Alemanha quando se lembram dos horrores dos campos de concentração; e

<sup>1</sup> Mestre em História Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Especialista em História Militar Brasileira pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Sócio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Diretor Editorial e Pesquisador filiado ao Instituto de Pesquisa Histórica e Ambiental Regional. Mais informações: <https://about.me/danielalbino>. Contato: [daniel.albino.historia@gmail.com](mailto:daniel.albino.historia@gmail.com).

<sup>2</sup> A jornada do herói (ou monomito), descrita por Campbell em seu *O Herói de Mil Faces (The Hero With a Thousand Faces, 1949)* é um padrão básico de narrativa que Campbell descobriu ao analisar em um número de narrativas de diferentes culturas e épocas. Campbell resume a Jornada da seguinte forma: Um herói parte do mundo comum do dia-a-dia para uma região de maravilhas sobrenaturais; forças fabulosas são lá encontradas e uma vitória decisiva é ganha; o herói volta desta misteriosa aventura com o poder de conceder bênçãos sobre aos companheiros.

o bombardeio atômico de Hiroshima e Nagasaki perde parte de seu impacto quando colocadas em contexto com atrocidades japonesas como o Massacre de Nanking<sup>3</sup>, o brutal tratamento dados aos prisioneiros de guerra, e os experimentos humanos na Unidade 731<sup>4</sup>.

Não é de se surpreender, portanto, que a campanha dos pracinhas brasileiros nas montanhas da Itália, entre 1944 e 1945, acabe assumindo o tom de jornada, de saga, de épico, ajudada pela publicação, ao longo dos anos, de um grande número de memórias pessoais dos participantes, ou escritas por amigos e familiares, além dos trabalhos acadêmicos. Os próprios veteranos, que nas décadas que se seguiram ao conflito se organizaram em associações, para preservar e transmitir suas experiências, se converteram em fonte de relatos e informações para os estudiosos. Ao longo dos anos, esses livros, relatos, depoimentos e estudos formaram o que podemos chamar de “Mitologia da FEB”: informações que são citadas e repetidas como fatos, mas que em verdade nunca passaram pelo processo de verificação científica da historiografia. Algumas são meras curiosidades: por exemplo, o porquê dos pracinhas chamarem a metralhadora alemã MG-42 de “Lurdinha”<sup>5</sup>. Outras já tem maior peso na forma como estudamos o episódio histórico da Força Expedicionária Brasileira: por exemplo, a chamada genialidade do General Mascarenhas de Moraes na manobra de perseguição no Vale do Rio Pó<sup>6</sup>; ou as diversas explicações para a FEB ter sido dissolvida ao retornar ao Brasil, por exemplo.

Esse processo foi o resultado da ação de indivíduos e instituições ao longo das sete décadas que sucederam a campanha nas montanhas da Itália, buscando não apenas preservar a memória das suas experiências em tempos de guerra, mas marcar esse episódio na consciência histórica do público. E estes agentes têm métodos e objetivos próprios, que vão além do interesse historiográfico na preservação da memória.

Este artigo objetiva fazer um estudo inicial do processo da construção da história pública da Força Expedicionária Brasileira. Além da produção em si, objetivamos analisar os agentes envolvidos nesse processo, buscando perceber seus antecedentes e propósitos, e como estes influenciam sua

3 O Massacre de Nanking ocorreu entre dezembro de 1936 e janeiro de 1937. As tropas japonesas tomaram a cidade de Nanking, na época capital da República da China, e durante as seis semanas seguintes, realizaram saques, massacres e estupros em massa. O número exato de vítimas é tópico de discussão entre os estudiosos, com estimativas indo de 40.000 até 300.000 habitantes.

4 A Unidade 731 (no japonês *Nan-san-ichi butai*) foi uma unidade secreta do Exército Imperial Japonês na China ocupada. Entre 1935 e 1945, realizaram experimentos com armas químicas e biológicas e experimentos médicos em geral em prisioneiros de guerra e civis chineses, incluindo mulheres e crianças. Estima-se que entre 3.000 e 12.000 pessoas morreram nesses experimentos.

5 A explicação mais conhecida é de que o som da metralhadora disparando seria parecido ao de uma máquina de costurar, o que levou ao apelido de “Lurdinha”, nome da namorada de um dos pracinhas, que era costureira.

6 Durante a Campanha de Primavera (abril de 1945), o General Mascarenhas, para dar perseguição aos alemães que recuavam pelo vale do Rio Pó, ordenou que todos os veículos disponíveis, incluindo os da Artilharia Divisionária, fossem liberados para transportar os regimentos de infantaria.

produção. Sobre sua produção, realizaremos um levantamento geral, buscaremos perceber suas similaridades, características comuns a todas elas, e teorizaremos acerca das motivações para essa homogeneidade.

## 1. A “Diáspora” da FEB

Para fundear nossa análise, faz-se necessário uma pequena síntese factual do que foi a Força Expedicionária Brasileira, e dos momentos imediatamente após o final da guerra e do retorno dos pracinhas ao Brasil.

A Força Expedicionária Brasileira foi organizada entre 1943 e 1944, e se compôs da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª D.I.E.), e do 1º Grupamento de Aviação de Caça (1º GAvCA). À partir de setembro de 1944, até o final da guerra, em maio de 1945<sup>7</sup>, as duas unidades operaram continuamente durante a chamada Campanha da Itália, no norte deste país. O efetivo total da 1ª D.I.E. foi de 25.334 soldados, dos quais 15.069 em unidades de combate, o restante servindo no chamado Depósito de Pessoal, que supria as eventuais necessidades de efetivo das unidades divisionárias. Já o 1º GAvCa levou 49 pilotos e 417 homens de apoio. O total de baixas (feridos em combate e acidentes, e baixados a hospitais por razões diversas) somam 12.306 homens; 465 soldados brasileiros, incluindo 8 oficiais do 1º GAvCA, morreram durante a campanha<sup>8</sup>. Como mostraremos a seguir, milhares de páginas já foram escritas glorificando os feitos da FEB como algo excepcional e decisivo para a Campanha da Itália, e pelo menos algumas centenas desmerecendo-as. Não cabe a esse trabalho discutir à fundo os argumentos de ambos os lados, mas apenas citá-los para que possamos perceber as motivações dos agentes da produção da história pública febianana.

Após o fim da guerra, em julho de 1945, com a FEB cumprindo o papel de força de ocupação no norte da Itália, deu-se início ao processo de desmobilização da 1ª D.I.E.<sup>9</sup>. Entre 6 e 26 de julho, os pracinhas retornaram ao Brasil em sete escalões, com o último transporte chegando ao Rio de Janeiro no dia 13 de agosto. Também no dia 6 de julho, foi emitido o Aviso Ministerial nº 217-185, dissolvendo a FEB e retornando seus componentes para seus comandos de origem. O mesmo Aviso

<sup>7</sup> Para o interesse da precisão: a primeira unidade brasileira a entrar em ação foi a 1ª Companhia do 9º Batalhão de Engenharia de Combate, em 6 de setembro de 1944. O restante da 1ª D.I.E. entrou em ação no dia 31 de setembro, e o 1º GAvCA, no dia 31 de outubro de 1944.

<sup>8</sup> SILVEIRA, Joaquim Xavier. **A FEB por um soldado**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2000. p. 336.

<sup>9</sup> Embora trataremos do 1º GAvCA neste trabalho, é importante salientar que ele não passou pelo processo de desmobilização e diáspora da 1ª D.I.E, mas sim formou a base da aviação de caça da recém-fundada Força Aérea Brasileira.

determinava que as unidades deveriam ter seu efetivo reduzido ao mínimo necessário, dispensando os soldados conscritos por ocasião da guerra. Portanto, antes mesmo de chegar ao país, as unidades da FEB já estavam oficialmente espalhadas pelas regiões militares brasileiras, assim como seus oficiais, que em alguns casos foram individualmente transferidos para outras unidades, sem qualquer explicação. Silveira diz que

Os militares de carreira, que permaneciam nas fileiras, tiveram um choque, ao verificar a maneira rápida com que foram tomadas as providências de ordem administrativa para a imediata desmobilização. No início a surpresa gerou perplexidade; depois, uma grande frustração. Isso levou muitos oficiais a passar para a reserva prematuramente, anulando suas carreiras militares.<sup>10</sup>

Esse Aviso Ministerial, emitido com a 1ª D.I.E. ainda em solo Italiano, marca o que os inúmeros autores febianos chamam a “diáspora da FEB”, o processo de abandono e esquecimento por parte do governo e da população. Os motivos dessa desmobilização feita às pressas também são tópico de debates entre os historiadores do tema. Silveira, por exemplo, afirma que

A iniciativa de uma desmobilização rápida pode ser defendida com inúmeros argumentos – economia, impossibilidade de manter alojada uma grande unidade no mesmo local, necessidade de fazer retornar à vida civil os convocados, entre muitos outros, mas o que ninguém aceitou foi a forma adotada para a execução. A FEB não tinha que ser dissolvida como foi, antes mesmo de chegar ao Brasil. Uma pesquisa futura poderá apresentar melhores esclarecimentos, mas até o momento, com base em documentação e depoimentos, a conclusão é uma só: a dissolução precipitada da FEB foi um ato político que se sobrepôs a qualquer consideração.<sup>11</sup>

A princípio, “um ato político” dá a entender que a iniciativa veio do governo de Getúlio Vargas, e de fato essa é a versão historiográfica mais difundida publicamente, inclusive nos livros didáticos, e adotada pela maioria dos estudiosos do tema:

Quando a vitória estava assegurada, no final de abril, alguns oficiais e praças já se preocupavam com o retorno ao país. Mas nem todas as preocupações eram iguais. Para muitos oficiais do Estado-maior da Divisão Expedicionária, a FEB teria importância política determinante, ainda porque as notícias que recebiam indicavam que o Estado Novo agonizava e que haveria eleições para a sucessão de Vargas. Apenas uns poucos, como o comandante da FEB, general Mascarenhas de Moraes, preferiam ficar à margem de tais conjecturas. A imprensa brasileira, cada vez mais liberada da censura do regime, propagava a FEB como símbolo das “tropas da

10 SILVEIRA, Joaquim Xavier. Op Cit. p. 231.

11 Ibidem.

democracia” e sublinhava a incompatibilidade entre uma tropa que “derrotou o fascismo” e a ditadura doméstica. Criava-se, assim, grande expectativa para o retorno dos expedicionários ao país, especialmente os oficiais, na maioria opositores do regime.<sup>12</sup>

Portanto, a FEB, com seus pracinhas e oficiais “contaminados” pelas ideias democráticas dos norte-americanos, representavam uma ameaça ao regime de Vargas. Convinha então ao governo neutralizar esta ameaça da forma mais rápida possível, dissolvendo a 1ª D.I.E., dispensando a maior parte dos soldados e oficiais da reserva, e espalhando os outros pelos mais diversos pontos do país. Contudo, existe uma outra corrente de pensamento, que defende que a dissolução da FEB foi um ato político, mas partindo dos próprios militares, encabeçados pelo Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, que viam nos praças e oficiais da 1ª D.I.E. uma ameaça à sua posição dentro das Forças Armadas, por sua experiência e reputação obtidas nos campos de batalha da Europa<sup>13</sup>.

Discursões historiográficas à parte, é fato que os febianos se viram imediatamente ostracizados pelas forças armadas, pelo governo e, eventualmente, pela população. Ao contrário das outras nações envolvidas na guerra, não houve qualquer esforço estruturado da parte do governo brasileiro no sentido de reintegrar os ex-combatentes à sociedade. Aqueles que tinham empregos antes da convocação ou descobriam que suas vagas já haviam sido ocupadas, apesar de existir lei proibindo tal coisa, ou eram reintegrados, mas rapidamente demitidos no primeiro conflito no local de trabalho, sob alegações de “neuroses de guerra” e outras dificuldades de readaptação. Outros já tinham passado da idade tradicional de se aprender um ofício, e se viam com muitas dificuldades de obter um emprego. O governo, apesar de anunciar toda uma série de benefícios e compensações para os veteranos, nada fez na realidade. Não houve uma estrutura de apoio físico e psiquiátrico ao pracinha, como os norte-americanos, britânicos, e até mesmo os alemães souberam fazer com seus respectivos veteranos<sup>14</sup>, e tampouco houve um preparo da população civil para receber aqueles homens que, expostos à mais extrema das situações, voltaram alterados por suas experiências. Em pouco tempo começou a circular boatos entre a população e na imprensa, de que os febianos na verdade tinham tido “vida boa” no front, estimulados pelo caráter secundário, de front menor e tranquilo, atribuído à Campanha da Itália

12 FERRAZ, Francisco César Alves. Os veteranos da FEB e a sociedade brasileira. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vítor; KRAAY, Hendrik (Orgs.). **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004. p. 371.

13 ALBINO, Daniel. O Campo Militar: reflexões acerca das instituições e atividades militares segundo as teorias de Pierre Bourdieu. **Revista Brasileira de História Militar**. Rio de Janeiro, ano V, nº 13, abril de 2014. Disponível em: <http://www.historiamilitar.com.br/artigo4RBHM13.pdf>. Acessado em: 05/10/14. p. 64-74.

14 Apenas para ficar no exemplo norte-americano, que já desde 1930 contava com o *U.S. Department of Veteran Affairs* (Departamento dos Estados Unidos para Assuntos dos Veteranos) para administrar e garantir os direitos dos seus veteranos, incluindo tratamento gratuito em uma rede de hospitais especializados.



na imprensa, e até mesmo pelo fato de que os pracinhas, bem cuidados e alimentados pela máquina de guerra norte-americana, tinham voltado em condições de saúde até melhores de quando tinham saído<sup>15</sup>.

No campo do amparo legal, a situação é pouco melhor. Ironicamente, não se pode dizer que não houve legislação à respeito dos direitos dos veteranos. Numa contagem feita de todos os documentos legais (Leis, Decretos, Portarias, etc.) entre 1945 e 1978, figuram 288 atos legislativos envolvendo direitos de veteranos da FEB<sup>16</sup>. O problema não era a inexistência, mas a aplicação: como não havia uma legislação unificada, e esses atos legais se encontravam difusos, e muitos deles nem eram especificamente direcionados à FEB, os que dele se beneficiariam em grande parte ignoravam sua existência. Uma legislação unificada foi um busca contínua dos veteranos e suas associações, que só seria atingida em 1988, com a nova Constituição.

## 2. Os Agentes da História Pública Febiana

Portanto, desde o início de sua desmobilização, os febianos se viram desamparados por um governo que na melhor das hipóteses era omissivo, e na pior, abertamente avesso aos seus interesses; e ostracizados pela sociedade brasileira, que não compreendia suas dificuldades de adaptação, o impacto de suas experiências em suas vidas, e que rapidamente não apenas perdeu o interesse em suas histórias da guerra, mas passaram a duvidar delas. Mesmo os oficiais de carreira, que permaneceram nas forças armadas, se sentiram hostilizados por seus colegas que não haviam participado da guerra. Logo, desde o início houve a preocupação, a movimentação dos veteranos no sentido de se unirem, organizarem, e protegerem os seus direitos. Já em outubro de 1945 é fundada a Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, que reuniu não só os febianos, mas também os veteranos da Marinha de Guerra e da Marinha Mercante. Uma longa série de insatisfações e conflitos com o direcionamento ideológico (seus fundadores eram de orientação esquerdista, e criaram a associação tendo como objetivo se tornar um partido na política nacional) da organização, e também o caráter amplo de sua filiação<sup>17</sup> (que tornava os febianos minoria em sua própria organização), levou um grupo de mais de uma centena de ex-combatentes à formar, em julho de 1963, o Clube dos Veteranos da

<sup>15</sup> Ignorando, como bem faz a opinião pública e a imprensa, os mortos, os mutilados, e aquele sofrendo de neuroses de guerra. FERRAZ, Francisco César Alves. Op cit. p. 376.

<sup>16</sup> SILVEIRA, Joaquim Xavier. Op Cit. p. 239.

<sup>17</sup> A Associação de Ex-combatentes aceitava como sócios não apenas os soldados da FEB, mas também os veteranos das Marinha de Guerra e Marinha Mercante.

Campanha da Itália. O Clube passou por duas grandes reformulações, e em 1972 assume seu nome atual, Associação dos Veteranos da FEB (ANVFEB), sediado no prédio da Rua das Marrecas, 35, endereço que ocupa até hoje. Apesar do início conflituoso, as duas associações atualmente convivem em harmonia, e a única coisa que as distingue é a cor das boinas dos seus associados (verdes para a Associação de Ex-Combatentes, azul para a de Veteranos da FEB). Em comum, as duas se ocuparam na defesa dos direitos dos veteranos e na preservação da memória da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, através da organização de museus, acervo documental, participação em eventos, palestras, etc.

Além das associações, os veteranos individualmente contribuíram para a história pública da FEB, publicando suas memórias, diários, correspondências, ao longo dos anos. E mais recentemente, nas últimas décadas, outros agentes tem feito o mesmo, sejam eles estudiosos, acadêmicos ou amadores, com relação direta (filhos, netos) ou não com os veteranos. Além de livros, o fim da década de 1990 e início dos anos 2000 viram a produção de documentários sobre a FEB, que incluíam entrevistas com os veteranos, e visitas aos locais dos combates na Itália. A seguir, faremos uma análise dessa produção, focando em alguns títulos principais.

### 3. A produção bibliográfica

Analisar cada obra já lançada sobre a FEB, que numa contagem recente figura em mais de uma centena<sup>18</sup>, foge ao escopo e objetivos deste trabalho. Uma pequena seleção das obras mais conhecidas, porém, servirá à nossa análise introdutória.

*A FEB por seu Comandante* (primeira edição lançada em 1947) foi a primeira síntese sobre a participação brasileira na guerra, escrita pelo próprio general Mascarenhas de Moraes, e tornou-se a primeira, e ainda maior, grande referência no estudo do tema. Toda a bibliografia sobre a FEB vai citá-la como fonte, ou criticá-la, então encontraremos seu eco nas palavras de todos os autores aqui citados. Duas características dessa obra merecem destaque: a primeira é que, embora seu nome figure como autoria, este livro foi escrito pelo general Mascarenhas de Moraes e um grupo de oficiais, que lhe serviram de pesquisadores e redatores. O segundo é que este livro, em verdade, é um cópia quase

<sup>18</sup> Rigoni usa como referência um levantamento feito em 1994, pelo pesquisador João Evangelista de Souza, patrocinado pelo Clube Militar do Rio de Janeiro, e fala em “mais de cem títulos (entre livros, ensaios, poemas e crônicas)”. Ver RIGONE, Carmen Lúcia. *Nas trilhas da 2ª Guerra Mundial*. Curitiba: Editora Torre de Papel, 2001. p.9.

idêntica do “Relatório Secreto da Força Expedicionária Brasileira”, documento em três volumes redigido nos meses finais de 1945, e entregue ao Ministério da Guerra em 1946<sup>19</sup>.

O livro de Joaquim Xavier da Silveira, *A FEB por um soldado*, de 1989, exemplifica muito bem as raízes narrativas plantadas pela obra de Mascarenhas. Silveira se concentra nas dificuldades políticas, como por exemplo o antagonismo de autoridades brasileiras à criação da FEB, além das dificuldades técnicas e materiais, citando o Marechal Mascarenhas à todo momento. Silveira, que serviu à FEB como pracinha, escreveu seu livro baseado não apenas nas suas memórias, mas também em extensa pesquisa bibliográfica e documental, com o conforto historiográfico de estar escrevendo quase quarenta anos depois dos fatos. *A FEB por um Soldado*, como o título sugere, foi escrito para ser o complemento ou continuação do *A FEB por seu Comandante*, e se tornou a segunda síntese mais conhecida sobre o tema.

Além desses livros, cujos autores buscaram sintetizar o tema extenso que é a Força Expedicionária Brasileira, existem inúmeras memórias, de oficiais e praças, de praticamente todas as unidades e serviços que compuseram a FEB. Seus autores tinham a limitação de escopo, pois escreviam da sua restrita experiência pessoal, dentro de suas unidades. Porém, o que falta em “visão global” é compensado pela profundidade de suas reflexões sobre atividades do dia-a-dia da guerra e das dificuldades práticas enfrentadas pela FEB, fazendo um contraponto à “visão de alto-nível” das sínteses. São inúmeros, então citemos alguns, consultados para este trabalho: *Montese: Marco Glorioso de uma trajetória*, do Coronel Adhemar Rivermar de Almeida (1985); *Quebra-canela: A Engenharia Brasileira na Campanha da Itália*, de Raul da Cruz Lima Júnior (1982); *Senta a Pua!*, do Brigadeiro Rui Moreira Lima (1980) e *A Luta dos Pracinhas*, dos correspondentes de guerra Joel Silveira e Thassilo Mitke (1983).

Além disso, existe a extensa coleção *História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial*, organizada pelo Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (Cephimex) e publicada pela Biblioteca do Exército Editora (Bibliex).

Em comum, todos esses títulos possuem similaridades narrativas, pontos em comum que demonstram estar seguindo uma ideia-guia principal, que discutiremos mais à frente. No interesse de uma análise ampla, contudo, convém mencionar algumas obras que destoam do tom das até agora

<sup>19</sup> Fica a curiosidade de como o Marechal pode publicar o que essencialmente é a cópia de um documento sigiloso em menos de um ano da sua produção e arquivamento sem sofrer nenhuma represália. Talvez esse detalhe, mais do que qualquer outro, demonstre o descaso do governo em todos os assuntos relacionados à FEB neste período inicial.

apresentadas.

O Marechal Floriano de Lima Brayner, que serviu como Chefe de Estado-Maior da FEB, lançou em 1968 o seu *A Verdade sobre a FEB*, livro-denúncia com reputação de “maldito”, repudiado nos círculos militares. Provavelmente por sua relação conturbada com Mascarenhas durante a guerra<sup>20</sup>, Brayner decide ir contra a linha geral dos outros livros aqui citados, realizando críticas diretas e citando responsáveis nominalmente, pintando um quadro de conflitos internos dentro do estado-maior da FEB, e deste com seu comandante, que Mascarenhas e a maioria dos autores ignorou ou citou apenas de maneira superficial e indireta. Não à toa, seu livro foi tido como maldito, e nunca reeditado.

Mais raro e mais crítico é o livro *Depoimentos dos Oficiais da Reserva sob a FEB*, lançado em 1949. Como o título indica, reúne o depoimento de oficiais conscritos para atuarem na FEB, e fez críticas ainda mais contundentes a todos os aspectos da Força Expedicionária Brasileira, em especial aos oficiais superiores, em sua grande maioria oficiais de carreira do Exército Brasileiro. Por exemplo, o depoimento de Demócrito Cavalcanti de Arruda, que serviu como 1º Tenente do Pelotão de Petrechos da 4ª Companhia do 6º Regimento de Infantaria:

Sob o aspecto humano, foi de penosa mediocridade a impressão que nos deixou o nosso Comando da FEB. Faltou-lhe qualquer sopro de grandeza, principalmente de grandeza humana. Nossos chefes, de modo geral, se apegam mais à letra de um regulamento de disciplina, por exemplo, que proíbe o inferior de fumar na presença do superior, ou não retirar a mão da pala, na continência, enquanto não receber autorização, do que à conquista da confiança dos homens pela tolerância, pelo tato, pela compreensão e interesse dos sentimentos dos subordinados. A consequência é em que em lugar da cordialidade, existe nas fileiras uma surda hostilidade; a má vontade, em vez de uma solícita cooperação; direi mesmo uma atmosfera de temor que se exprime na desconfiança com que o nosso pracinha se aproxima da maioria dos nossos Generais, ou oficiais superiores. Porque, a maioria das vezes em que um soldado encontra o seu superior é dentro da rigidez protocolar do serviço e de uma calculada austeridade que só deixam raiva e decepção nos homens. Cria-se uma atmosfera de constrangimento para estes que, até em licença, preferem desviar-se do caminho a ter contato com os seus Chefes.<sup>21</sup>

Além da insistência pela ritualística marcial que para os pracinhas e oficiais subalternos

<sup>20</sup> Entre outros pontos de discordância, Brayner particularmente se ofendia, com alguma razão, com o modo pragmático de Mascarenhas, que o levava a ignorar o chefe do estado-maior, Brayner, e tratar diretamente com os outros oficiais do estado-maior ou das unidades da FEB.

<sup>21</sup> MORAES, Berta. Et al. *Depoimentos dos Oficiais de Reserva sobre a FEB*. 2 ed. São Paulo: Sem Editora, 1950. p. 56.

era de todo irrelevante e secundária em relação à realidade da guerra, o estranhamento entre oficiais superiores e seus comandados também pode ser consequência do distanciamento entre os dois grupos. Distanciamento esse praticado pelos oficiais superiores, que, indicam as fontes do *Depoimentos...*, evitavam a todo custo interação direta com seus comandados. Por exemplo, continua o depoimento do Tenente Demócrito:

Em meu diário de tenente de uma companhia de fuzileiros, registrei, em sete meses e meio de campanha, uma única visita do comandante do Regimento e outra do Comandante-Chefe, confinada, esta, ao comando da Companhia, numa época de dias inteiros de pasmaceira, e não é do meu conhecimento que ele tenha estado mais vezes em nosso batalhão.<sup>22</sup>

De fato, a problemática da relação social entre os diversos indivíduos integrantes da FEB, e na verdade de todo aquele microcosmo social, permanece um campo ainda aberto a exploração. Os trabalhos que existem sob o tema seguem as linhas narrativas gerais de que falaremos a seguir.<sup>23</sup>

Para completar o tema de livros-denúncia, devemos citar o livro *As Duas Faces da Glória*, do jornalista William Waack. Lançado em 1985, o livro é inovador, e quase único no universo das obras que tratam a FEB, por se basear principalmente, em depoimentos e documentos norte-americanos e alemães. Waack declara que seu objetivo é desmistificar os homens “no outro lado da colina”, o inimigo alemão, do qual pouco se fala na bibliografia febian<sup>24</sup>, e também apresentar a opinião tanto dos alemães, quanto dos norte-americanos, sobre a FEB. Porém, *As Duas Faces da Glória* é extremamente criticado, e em grande parte ignorado, pelas historiadores, por uma série de equívocos metodológicos<sup>25</sup>, e também pelo teor revanchista do livro, lançado no ano final do regime militar brasileiro, e que em sua introdução pode-se ler: “Pertencço à geração que nasceu vários anos depois do conflito, quase nada aprendeu sobre ele na escola e nunca votou para Presidente. Esse último fato pode ser atribuído em boa medida a alguns dos oficiais que estiveram na FEB”<sup>26</sup>.

22 Ibidem, p. 64.

23 Para uma breve análise inicial do tema, ver ALBINO, Daniel. **A Dialética de Doutrinas Francesa e Norte-Americana no Exército Brasileiro: o caso da Força Expedicionária Brasileira**. 2015. 205 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2015. pp. 172-182.

24 Na verdade, além dos números de unidades alemãs na região em que a FEB combateu, e informações genéricas sobre força e habilidades destas unidades, nada mais é mencionado nem na bibliografia citada, e mesmo na produção recente. O outro lado da colina é uma lacuna enorme na historiografia da FEB.

25 Do qual o mais óbvio é o fato de que a maioria das suas fontes alemães, depoimentos de oficiais que lutaram na Itália, não poder ser verificada, além de apresentar apenas aqueles fatos que comprovassem sua teoria e ignorar outros, muito bem documentados e públicos.

26 WAACK, William. **As Duas Faces da Glória**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 11.

#### 4. A FEB em Película

Embora exista pelo menos um documentário sobre a FEB produzido no período anterior aos anos 1990<sup>27</sup> é certo afirmar que a produção constante de obras cinemáticas sobre a FEB tem início ao final desta década. O primeiro filme de alcance nacional e tratamento profissional foi *Senta a Pua!*, lançado em 1999. Dirigido e produzido pelo cineasta Erick de Castro, o documentário se foca no 1º GAvCA. O grande sucesso e os inúmeros prêmios<sup>28</sup> inspiraram Castro a continuar a explorar o tema, lançando em 2002 *A Cobra Fumou*, dessa vez se focando na 1ºD.I.E., e finalmente, em 2012, *O Brasil na Batalha do Atlântico*, para falar da participação da Marinha de Guerra brasileira, especialmente na guerra antissubmarino nas costas brasileira e africana.

Em 2007 foi lançado *O Lapa Azul*, apelido do III Batalhão do 11º Regimento de Infantaria. Produzido e dirigido por Durval Jr., segue a trajetória desse batalhão, composto por jovens agricultores e pequenos comerciantes, pelas montanhas da Itália.

Em comum, esses documentários tem a construção do roteiro, em que os depoimentos dos veteranos são o guia da narrativa, intercalada com imagens, vídeos e mapas, para ilustrar o depoimento. Portanto, possuem um nível de subjetividade que os difere dos documentários históricos tradicionais, calcados em pesquisa documental. Segundo Comparato,

O documentário, tal como os materiais para os programas informativos, tem a finalidade de reproduzir um fato tal como é, evitando interpretações subjetivas e pontos de vista puramente pessoais, embora também exista a possibilidade de escrever um documentário de um ponto de vista pessoal, indicando que assim foi feito.<sup>29</sup>

Podemos então dizer que esses documentários buscam fazer uma “história oral visual”, nas memórias, experiências e percepções dos veteranos. Seguindo a divisão proposta por Comparato, se encaixam na categoria “documentários sobre grupos”, que focam na “Visão sociológica de grupos humanos: Cidades, etnias, perseguidos, imigrantes (...), terroristas, **um fato**, etc. Composição social”.<sup>30</sup>

27 Há referências sobre pelo menos um filme, na década de 1960. Infelizmente, o filme se perdeu, e existem apenas pequenos trechos. Recentemente, uma tentativa de restauração foi feita com os trechos restantes, e o resultado foi anexado ao livro-compilação: MORAES, Roberto Mascarenhas de (Org.). **O Cruzeiro do Sul: Coleção completa do Órgão Especial da FEB na Itália**. 2ed. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, Biblioteca do Exército, 2011.

28 Melhor filme de 2001 pelo site voto popular no site da GloboNews; melhor filme e melhor montagem no XII Festival de Cinema de Natal; melhor filme (júris popular e oficial), no I Festival de Cinema e Vídeo da Amazônia; Melhor documentário no 53º Festival de Cinema de Salerno, na Itália; Troféu Brasília 40 anos, concedido pela Câmara Legislativa do Distrito Federal; menção por “Excelência Criativa”, no 33º Festival de Cinema e Vídeo dos Estados Unidos, em Chicago. Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Erik\\_de\\_Castro](http://pt.wikipedia.org/wiki/Erik_de_Castro) Acessado em: 12/10/14.

29 COMPARATO, Doc. **Da Criação ao Roteiro: Teoria e Prática**. 2 Ed. São Paulo: Summus, 2009. p. 328.

30 Ibidem, p. 329, grifo nosso.

Já em 2014, é exibido no canal *History* o documentário *O Caminho dos Heróis*. Uma produção do músico e historiador da FEB João Barone<sup>31</sup>, *O Caminho dos Heróis* possui um formato diferente, estruturando sua narrativa na viagem de Barone e o Grupo Histórico FEB 6º Escalão aos locais dos combates da FEB na Itália. Além dos obrigatórios depoimentos de veteranos e especialistas, Barone também coletou os depoimentos dos habitantes italianos que travaram conhecimento com os pracinhas durante a guerra.

## 5. A Jornada do Pracinha

A análise da produção de história pública da FEB não pode deixar de considerar o acima exposto, sobre a trajetória do pracinha no pós-guerra. Ao contrário dos veteranos norte-americanos, por exemplo, os brasileiros tiveram que lidar, nas décadas seguintes à guerra, com o abandono do governo, e o descaso e a descrença da população civil. Portanto, há um interesse claro, em toda memória, em todo livro lançado por um febianos, e mais, tarde por seus parentes/amigos, em solidificar a reputação profissional de força combatente da FEB, e anular os rumores e boatos que circulavam sobre a Campanha da Itália, como por exemplo ter sido uma campanha “fácil”, quase férias para os soldados que dela participaram. Sobre esse interesse nem tão velado, Albiere afirma:

Vale notar que, nesses casos, a publicação não é de interesse apenas para o trabalho historiográfico, mas, com frequência, é reivindicada em meio à discussão de direitos políticos e civis. O interesse histórico mistura-se à agenda de movimentos sociais, e a manifestação desse interesse vem por vezes impregnada das paixões que mobilizam os grupos que reivindicam a publicação.<sup>32</sup>

Além disso, devemos ter em mente um tipo específico de preocupação com as fontes, próprio do estudo dos assuntos militares, e que não deixou de se refletir na produção historiográfica sobre a FEB, acadêmica e pública, para a qual Keegan nos alerta, quando diz que

o perigo de reconstruirmos acontecimentos única ou largamente a partir dos dados fornecidos por aqueles cujas reputações possam ganhar ou perder consoante a descrição que fazem: se sentir que sua autoestima pode estar em jogo, o combatente é muito capaz de ampliar os seus feitos — o que dá aquilo que podíamos chamar o “efeito da rã transformada em boi” — e

31 Barone também já lançou dois livros direcionados ao público leigo sobre o tema, *1942* e *A Minha Segunda Guerra Mundial*.

32 ALBIERE, Sara. História Pública e Consciência Histórica. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Editora Letra e Voz, 2011. p. 19.

os velhos combatentes, sobretudo se acompanhados por antigos camaradas de armas, que apoiarão as histórias uns dos outros, têm uma tendência notória para o fazer.<sup>33</sup>

Não é necessariamente o caso, como fez Waack, de se acusar os pracinhas de no mínimo aumentar ou inventar seus feitos. Trata-se de não apenas perceber, em um parágrafo de um capítulo ou em um depoimento em uma cena de documentário, a existência ou não de um discurso pré-existente, de um fio narrativo em comum com outros autores/depoentes; mas também analisar os porquês daquele discurso. Também se trata de perceber o ausente, o que deixa de ser dito, os significados dessa omissão, e a sua legitimidade:

Quando a memória pessoal se entrelaça com aquela da vida pública, põe-se a questão do direito de alguém selecionar o que poderá ou não vir a público, por exemplo, para preservar a integridade de uma reputação, ou de uma versão historiográfica já publicada, ou mesmo para evitar o comprometimento de outras pessoas, vivas ou mortas, relacionadas ao caso sob escrutínio. Até que ponto é legítimo que indivíduos ou grupos reivindiquem posse ou controle sobre o que pode ou não ser publicado, ou mesmo sobre o modo como será apresentado ao público? Aqui, a investigação histórica levanta a questão dos limites entre público e privado.<sup>34</sup>

Na bibliografia Febiana, podemos perceber esse fio condutor, com algumas características em comum, cujo início podemos fixar com alguma segurança nas páginas de *A FEB por seu Comandante*, e reforçada pela situação político-social dos veteranos:

Em primeiro lugar, podemos perceber o *discurso heroico*, universalmente presente nas obras analisadas. As experiências dos pracinhas na Itália são sempre apresentadas com as cores da aventura, da jornada. Seus protagonistas, ainda que pacíficos, atendem ao chamado do dever para com a liberdade e contra a tirania do Eixo, e se lançam à uma busca cheia de dificuldades e desafios; mesmo despreparados, e sempre em desvantagem em relação ao experiente e mortal inimigo alemão, os heróis triunfam, encontram aliados e amigos pelo caminho, vencem a sombra, e retornam para casa, trazendo o elixir duplo da paz e do respeito das nações aliadas. Interessante notar que, mesmo nas obras críticas da FEB listadas anteriormente, o discurso se mantém, mas dando ênfase ao heroísmo do pracinha, do soldado raso, homem comum, jogado contra sua vontade em uma guerra mundial e que, a despeito do descaso e da incompetência de seus superiores e do seu governo, cumpre sua missão.

33 KEEGAN, John. **A Face da Batalha**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000. p. 34.

34 ALBIERE, Sara. História Pública e Consciência Histórica. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Editora Letra e Voz, 2011. p. 20.



A presença do discurso heroico era esperado, não pela especificidade do caso da FEB, mas sim por refletir uma estrutura narrativa universal, codificada por Campbell no monomito, também apropriadamente chamada a *Jornada do Herói*:

O modelo da Jornada do Heróis é universal, ocorrendo em todas as culturas, em todas as épocas. Suas variantes são infinitas, como os membros da própria espécie humana, mas sua forma básica permanece constante. A Jornada do Herói é um conjunto de elementos extremamente persistente, que jorra sem cessar das mais profundas camadas da mente humana. Seus detalhes são diferentes em cada cultura, mas são fundamentalmente sempre iguais.<sup>35</sup>

Portanto, encontramos o discurso heroico em todas as grandes narrativas humanas, ficcionais ou não: tanto no *Épico de Gilgamesh*, quanto na *História da Guerra do Peloponeso*; tanto em *O Senhor dos Anéis*, quanto em *O Mais Longo dos Dias*, *Band of Brothers*, e nas memórias dos pracinhas.

Além do discurso heroico, percebemos na bibliografia analisada a *preocupação com a reputação da FEB*, em desmistificar as concepções errôneas, e alguns casos maldosas, de seus conterrâneos. A principal delas sendo a de que a Campanha da Itália foi um “passeio”, por se tratar de front secundário. As narrativas dos pracinhas se ocupam de mostrar, com os detalhes da experiência, a violência dos combates no norte da Itália, e seus narradores colocam ênfase no ferocidade e excelência tática do inimigo, e nas difíceis condições que os soldados brasileiros enfrentaram. Por exemplo, Silveira, com seu olhar de síntese, enumera, logo na Introdução do seu *A FEB por um Soldado*:

*A guerra na Itália neutralizou um milhão de homens (800.000 alemães e 200.000 italianos) que poderia ter sido empregados pelo inimigo nas frentes aliadas da França e Rússia. Sob o ponto de vista do soldado que está embaixo do fogo de metralha, sujeito aos bombardeiros e ao terror do campo minado, aquela é a frente principal. (...) Para esses brasileiros não havia preocupação se iam para uma frente principal ou secundária. Os riscos eram bem reais em face ao inimigo, estivesse ele sob o mar na Itália, na França ou nas Ilhas do Pacífico.*<sup>36</sup>

Uma consequência desta preocupação com a reputação da FEB é o teor laudatório que a produção sobre a jornada dos pracinhas acaba tendo. Não há um exemplo mais direto do que lembrar o título do livro que narra as experiências do 1º Batalhão do 11º Regimento de Infantaria: *Montese, Marco Glorioso de Uma Trajetória*. Mesmo na produção voltada para a Academia, podemos ver esse

35 VOGLER, Christopher. **A Jornada do Escritor: estruturas míticas para escritores**. 2 Ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2006. p. 48.

36 SILVEIRA, Joaquim Xavier da. Op. Cit. 17.

tom laudatório, como podemos ler no resumo de um artigo sobre a FEB recentemente publicado na *Revista de História Militar Brasileira*: “Secundariamente são, rememorados, de forma sumarizada, os feitos e o valor dos militares brasileiros que combateram na Itália e escreveram uma das mais belas páginas dos anais militares da nação brasileira”.<sup>37</sup>

## 6. Conclusão

Concluindo, afirmamos que este artigo é uma análise breve, um primeiro olhar do autor sobre este tema, a produção da história pública da Força Expedicionária Brasileira. Esperamos ter demonstrado como essa produção teve uma série de interesses além do interesse historiográfico e a preservação da memória, mas esteve diretamente ligado à uma formação e proteção de identidade, a dos pracinhas da FEB. E também demonstrar as possibilidades desse campo, o da análise da produção desse episódio específico, que é quase que inexplorado no Brasil.

## Bibliografia

- **A COBRA Fumou.** Direção: Vinicius Reis. Produção: Erik de Castro. Rio de Janeiro: BSB Cinema, 2002. 1 DVD (94 min).
- ALBIERE, Sara. História Pública e Consciência Histórica. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública.** São Paulo: Editora Letra e Voz, 2011.
- ALBINO, Daniel. **A Dialética de Doutrinas Francesa e Norte-Americana no Exército Brasileiro: o caso da Força Expedicionária Brasileira.** 2015. 205 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2015. pp. 172-182.
- ALBINO, Daniel. O Campo Militar: reflexões acerca das instituições e atividades militares segundo as teorias de Pierre Bourdieu. **Revista Brasileira de História Militar.** Rio de Janeiro, ano V, nº 13, abril de 2014. Disponível em: <http://www.historiamilitar.com.br/>

37 SILVA, Marcos Valle Machado da; FOLY, Fernanda Martins. Força Expedicionária Brasileira: 70 Anos. Uma Análise Política do Processo de Negociação, Criação e Dissolução. **Revista Brasileira de História Militar.** Rio de Janeiro, ano IV, nº 11, agosto de 2013. Disponível em: <http://www.historiamilitar.com.br/artigo2RBHM11.pdf>. Acessado em: 05/10/14. p. 11.

[artigo4RBHM13.pdf](#). Acessado em: 05/10/14. p. 64-74.

- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Editora Letra e Voz, 2011.
- COMPARATO, Doc. **Da Criação ao Roteiro: Teoria e Prática**. 2 Ed. São Paulo: Summus, 2009.
- FERRAZ, Francisco César Alves. Os veteranos da FEB e a sociedade brasileira. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Orgs.). **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.
- KEEGAN, John. **A Face da Batalha**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000.
- LIDDINGTON, Jill. O que é História Pública? Os públicos e seus passados. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Editora Letra e Voz, 2011.
- MORAES, João Baptista Mascarenhas de. **A FEB pelo seu comandante**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2005.
- MORAES, Roberto Mascarenhas de (Org.). **O Cruzeiro do Sul: Coleção completa do Órgão Especial da FEB na Itália**. 2 ed. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, Biblioteca do Exército, 2001.
- **O Brasil na Batalha do Atlântico**. Direção: Erick Castro. Produção: Erick Castro. Rio de Janeiro: BSB Cinema, 2012. 1 DVD (82 min).
- **O Caminho dos Heróis**. Direção: João Barone. Produção: Eliza Fernandes. Rio de Janeiro: Canal History, 2014. Programa de TV (45 min).
- **O Lapa Azul**. Direção: Durval Jr. Produção: Durval Jr. Belo Horizonte: Insight Vídeo, 2007. 1 DVD (60 min).
- RIGONE, Carmen Lúcia. **Nas trilhas da 2ª Guerra Mundial**. Curitiba: Editora Torre de Papel, 2001.
- **SENTA A Pua!** Direção: Erick de Castro. Produção: Erik de Castro. Rio de Janeiro: BSB Cinema, 1999. 1 DVD (112 min).
- SILVA, Marcos Valle Machado da; FOLY, Fernanda Martins. Força Expedicionária Brasileira: 70 Anos. Uma Análise Política do Processo de Negociação, Criação e Dissolução. **Revista Brasileira de História Militar**. Rio de Janeiro, ano IV, nº 11, agosto de 2013.

Disponível em: <http://www.historiamilitar.com.br/artigo2RBHM11.pdf>. Acessado em:  
05/10/14.

- SILVEIRA, Joaquim Xavier. **A FEB por um soldado**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2000.
- VOGLER, Christopher. **A Jornada do Escritor: estruturas míticas para escritores**. 2 Ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2006.
- WAACK, William. **As Duas Faces da Glória**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.



## AGRADE GUERRANOS RELATÓRIOS DO MINISTRO ALEXANDRINO DE ALENCAR À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (1913, 1914, 1915 E 1917)

Thiago Janeiro Sarro<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente artigo refere-se à presença de referências sobre Primeira Guerra Mundial nos Relatórios Ministeriais da Marinha do Brasil nos anos de 1913, 1914, 1915 e 1917. Tendo como metodologia a revisão de documentos oficiais, a pesquisa teve como objetivo investigar de que modo a Primeira Guerra foi reportada nos referidos relatórios encaminhados ao Presidente da República. Como resultados, verificou-se que a Primeira Guerra Mundial não foi apresentada como prioridade nos relatórios até o ano de 1917, e que cada ano estudado apresentou características particulares, entretanto, quase sempre ligadas pelas concepções mahanianas sobre Poder Marítimo do ministro Alexandrino de Alencar.

**Palavras-chave:** Primeira Guerra Mundial; Relatórios Ministeriais da Marinha do Brasil; Alexandrino Faria de Alencar.

### ABSTRACT

This article refers to the presence of references to First World War in Ministerial Reports of the Brazilian Navy in the years 1913, 1914, 1915 e 1917. Having such a methodology review of official documents, the research aimed to investigate how the War was reported in those reports submitted to the President. As a result, it was found that the First World War was not given priority in reports by the year 1917, and each year studied showed particular characteristics, however, almost always tied by mahanianas conceptions about Sea Power of Minister Alexandrino de Alencar.

**Keywords:** World War I; Ministerial Reports of the Brazilian Navy; Alexandrino Faria de Alencar

### Introdução

O artigo que se segue, tem por propósito apresentar os resultados de pesquisas realizadas nos Relatórios Ministeriais da Marinha, encaminhados obrigatoriamente, por força da Constituição,

<sup>1</sup> Graduado em História, atualmente é mestrando do Programa de Pós Graduação em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval e pesquisador associado ao Laboratório de Simulações e Cenários.

ao Presidente da República, no qual se investigou as referências sobre a Primeira Guerra Mundial. A pesquisa analisou quatro relatórios: o de 1913, ano imediatamente anterior à guerra, onde é possível perceber as condições pré-guerra, o 1914, ano de início da guerra, o de 1915 e o de 1917, ano em que o Brasil declara guerra ao Império Alemão. Cumpre mencionar que o relatório de 1916 não estava disponível para consulta durante o desenvolvimento da pesquisa e que o de 1918 apresenta uma dinâmica diferente, pois ali já existe a atuação da Divisão Naval de Operações de Guerra e já não era mais o ministro Alexandrino a frente da pasta.

Cumpre mencionar também nessa introdução, que apesar do esforço de pesquisa ter sido sobre documentos oficiais, a proposta historiográfica está longe de ser uma proposta positivista. Ao investigar a Primeira Guerra nos relatórios da Marinha, buscou-se responder uma série de questões referentes ao tema. É plausível considerar que junto aos documentos do Ministério da Guerra e dos homens da diplomacia, os relatórios da Marinha compusessem parte importante da leitura oficial acerca da guerra que se desenrolava na Europa.

Ao analisar detalhadamente os referidos relatórios, buscou-se responder algumas questões, como; Houve alguma predileção oficial por algum dos lados contendores? Os relatórios trazem informações acerca do desenvolvimento da guerra ou esta foi negligenciada? É possível perceber se a Grande Guerra foi instrumentalizada para algum propósito político? A neutralidade brasileira foi respeitada em seu aspecto naval? E, principalmente, é possível fazer novas avaliações de conjuntura a partir do que é reportado nos relatórios?

Adotando uma metodologia de revisão bibliográfica, a pesquisa buscou responder, na medida do possível, as questões levantadas. Além é claro de trazer ao leitor uma reprodução do conteúdo dos relatórios que, engrossando as fileiras da produção historiográfica acerca do tema, pode vir a servir de base para outras pesquisas.

Outra questão relevante, dista sobre a figura do ministro Alexandrino Faria de Alencar, titular da pasta durante todo período analisado, sendo também uma emblemática figura da Marinha do Brasil. Sendo ele o autor de todos os relatórios, a pesquisa oferece ao leitor aspectos inerentes a personalidade do ministro. Podemos destacar o seu comportamento político, seus pensamentos estratégicos acerca da Marinha e da força naval, e, por conseguinte, os princípios que vieram a governar as concepções estratégicas da Marinha do Brasil.

### Breve Contextualização

Após um século de relativa paz mundial, com apenas alguns conflitos locais que pouco influenciaram no ordenamento mundial daquele tempo e, como observa o historiador Alves de Almeida, nada que pudesse levar a uma guerra generalizada (ALVES DE ALMEIDA, 2013, p. 337), o século XX chega com alguma tensão no horizonte. As tensões, principalmente entre Alemanha e França, por causa da tomada de Alsácia e Lorena pela Alemanha, entre o Reino Unido e o então ascendente Império Alemão, pela orientação da *weltpolitik* alemã e pela atuante diplomacia secreta de alianças, levaram o continente à guerra após um fato que, em outro momento, poderia ser considerado insignificante, que foi o assassinato de Francisco Ferdinando em Sarajevo, em 1914. Tal assassinato levou a uma reação em cadeia, com a Áustria - Hungria e a Alemanha declarando guerra à Servia. A Rússia, envolvida em uma aliança militar com a França, recebeu um ultimato alemão que, não atendido, levou a Alemanha a declarar guerra a ela e, conseqüentemente, poucos dias depois, a França. O Reino Unido foi à guerra depois da invasão da Bélgica, até então, neutra no conflito. E, por fim, outros Estados entraram no conflito com o desenrolar da guerra. Destaca-se que segundo Hobsbawm, a Itália era considerada uma “grande nação” apenas por uma questão de cortesia e pouco colaborou no esforço da “Tríplice Aliança”. (HOBSBAWM, 1988, p. 476) Dessa forma, ao início da guerra havia dois grupos distintos de força, a *Entente*<sup>2</sup>, formada por Rússia, Grã-Bretanha e França e a *Tríplice Aliança* composta pela Alemanha, pela Áustria-Hungria e pela Itália.

Iniciada a guerra na Europa, o Brasil adotou uma posição de neutralidade. Porém, no período anterior a ruptura com o Império Alemão, a sociedade brasileira mergulhou em um intenso debate interno com alas pró-germanófilas e pró-aliados (CERVO; BUENO, 2010, p. 208). A ruptura de relações com o Império Alemão ocorre somente em 1917 com o torpedeamento do paquete brasileiro *Paraná*, na noite do dia 03 de abril daquele ano, próximo à França. Colaborou para a ruptura o fato do submarino alemão não ter prestado nenhum socorro às vítimas. A reação da opinião pública foi imediata, com grandes multidões protestando nas ruas do Rio de Janeiro e atacando estabelecimentos comerciais alemães no Brasil (ALVES DE ALMEIDA, 2013, p. 362). Oficialmente, a ruptura ocorreu em 11 de abril de 1917, por nota do governo brasileiro assinada pelo ministro Lauro Miller. Em 1 de junho de 1917 o Brasil revogou sua posição de neutralidade em relação ao Estados Unidos da América e logo depois, no dia 28 do mesmo mês, revogou sua neutralidade em relação à França, à

<sup>2</sup> Entente significa entendimento, pacto ou aliança, especialmente no plano diplomático-político, e pode se referir a uma série de acordos.

Rússia, ao Reino Unido, ao Japão, a Portugal e a Itália (CERVO; BUENO, 2010, p. 208).

Apesar da ruptura de relações com o Império alemão em abril e a revogação da neutralidade em junho, a declaração do Estado de Guerra contra a Alemanha ocorre apenas em outubro de 1917, depois do torpedeamento e prisão do comandante do vapor mercante *Macau*. Alves de Almeida destaca que juntamente ao capitão, de nome Furtado de Mendonça, foi preso pelos alemães também o seu despenseiro, e não se houve mais notícia dos dois (ALVES DE ALMEIDA, 2013, P. 367). Aquele fora o quarto navio brasileiro torpedeado por submarinos imperiais. No dia 25 de outubro o presidente comunicou o ocorrido ao Congresso Nacional que, no dia seguinte, votou e aprovou o Estado de Guerra e Wenceslau Brás sancionou a lei no mesmo dia.

Em dezembro de 1917 o governo brasileiro comunicou ao governo do Reino Unido a intenção nacional de dar “expressão prática” a sua colaboração com os aliados. (CERVO; BUENO, 2010, P. 209) Isso posto, o Brasil enviou 13 oficiais aviadores que foram incorporados ao 16º grupo da RAF e uma missão com 100 médicos cirurgiões à França, com um grupo de estudantes e soldados para guarnecerem o Hospital Brasil. Entretanto, a maior expressão brasileira na guerra deu-se através da Divisão Naval de Operações de Guerra (DNOG) (CERVO; BUENO, 2010, P. 210), comandada pelo contra-almirante Pedro Max Fernando Frontin e formada pelos cruzadores *Bahia* e *Rio grande do Sul*, pelos contratorpedeiros *Piauí*, *Rio Grande do Norte*, *Paraíba* e *Santa Catarina*, pelo navio de reparos *Belmonte* e pelo rebocador *Laurindo Pita*. (MARTINS, 1997, p.264-265)

Esta breve introdução foi apenas para contextualizar o trabalho. Esta introdução serviu como pano de fundo para que possamos acompanhar o desenvolvimento da consciência situacional da Grande Guerra exposta nos relatórios anuais enviados pelo Ministério da Marinha à Presidência da República.

### **Natureza da Fonte**

Para que a pesquisa seja levada a bom termo, é preciso situar o leitor acerca da natureza das fontes elencadas à pesquisa. Para isso, elegemos a proposta de José D’Assunção Barros no que tange ao trato das fontes (BARROS, 2008). Utilizamos para a pesquisa documentos oficiais de Estado como fonte histórica textual primária. Para apresentar as fontes ao leitor, seguiremos parte do roteiro proposto pelo próprio José D’assunção, que compreende as seguintes etapas de esclarecimento: descrição das fontes, contexto, polifonia das fontes e dialogismos, crítica da veracidade dos mediadores e rede de



poderes.

*Descrição das fontes:*

Trata-se de relatórios de governo enviados anualmente pelo Ministério da Marinha à Presidência da República, apresentado nos termos do Artigo 51 da Constituição daquele tempo. Utilizaremos como fonte de pesquisa o conteúdo dos relatórios de 1913, 1914, 1915 e 1917. Verificou-se que a entrega do relatório ocorre entre abril e maio do ano subsequente ao ano base do relatório. Essa informação é importante, pois, utilizaremos na referência, para facilitar a compreensão, o ano base do relatório. A consulta aos referidos relatórios pode ser feita através da Diretoria de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.

*Contexto:*

Os relatórios elencados a pesquisa compreendem o período imediatamente anterior a Primeira Guerra Mundial e o de seu transcorrer até a declaração do Estado de Guerra. Os documentos governamentais estão inseridos no contexto da Primeira República do Brasil (1889 – 1930) de forma que é interessante que o leitor tenha em mente as características históricas do período, comumente chamado de *República do Café com Leite*<sup>3</sup>.

*Polifonia das fontes e dialogismo:*

Aqui, abordam-se as vozes presentes nas fontes, ou seja, seus atores. Conforme visto na descrição da fonte, os relatórios são enviados pelo Ministério da Marinha para a Presidência da República. Dessa forma, seu conteúdo, mesmo que não redigido na íntegra pelo ministro, teve sua chancela no momento de sua publicação. Verificou-se também o predomínio da linguagem em primeira ou terceira pessoa do interlocutor e em segunda pessoa para o receptor. Isso posto, conclui-se que de uma forma ou de outra, trata-se da fala do ministro ao Presidente da República. Os agentes envolvidos na documentação são os seguintes: 1913 – do ministro Alexandrino Faria de Alencar para o presidente Hermes da Fonseca; 1914 – do ministro Alexandrino Faria de Alencar para o presidente Wenceslau Braz; 1915 - do ministro Alexandrino Faria de Alencar para o presidente Wenceslau Braz; e 1917 – do ministro Alexandrino Faria de Alencar para o presidente Wenceslau Braz.

*Crítica da veracidade dos mediadores:*

A pesquisa desenvolveu-se através de fontes textuais primárias, analisando diretamente os

<sup>3</sup> Política do café com leite foi uma política que visava à predominância do poder nacional por parte das oligarquias paulista e mineira, executada na República Oligárquica entre 1894 e 1930.

relatórios de governo, de modo que não há mediadores entre a fonte e a pesquisa. Entretanto, cabe ressaltar que levando em conta a datação dos documentos (1913 até 1917) houve algumas alterações na língua portuguesa nesse espaço de tempo. De modo que as palavras, na medida do possível, tiveram sua grafia alterada para as regras do português contemporâneo. Porém, a estrutura das frases foi mantida. Assim foi possível facilitar a leitura das citações sem comprometer o sentido das mesmas.

*Rede de poderes:*

Tratamos aqui as subordinações das vozes presentes nas fontes. Conforme visto anteriormente, o relatório é uma obrigação do Ministério da Marinha com a Presidência da República, estando o ministro sempre subordinado ao presidente em exercício. Verifica-se, ao longo dos relatórios, linguagem *mui* respeitosa à presidência, bem como exacerbado cuidado com as críticas, com os pedidos e com as queixas.

### **Relatório de 1913**

A Marinha de Guerra é talvez o atestado mais conciso e expressivo do valor moral e material de um país. Ela traduz pela sua força, a grandeza dos interesses nacionais; ela reflete pela lei de seu desenvolvimento progressivo, a estabilidade da orientação governamental; ela exprime pela procedência de seu material, os recursos e os progressos materiais; ela indica pela história de seu passado, a diretriz da política exterior; ela mostra pela sua disciplina e pela sua coesão, a capacidade do povo para a vida coletiva; ela sintetiza pelo brilho de suas guarnições, o nível intelectual e a civilização. (BRASIL, 1913, p. 01)

Na ocasião, o ministro Alexandrino dedica-se a justificar à presidência da república a necessidade de se manter as forças navais com elevados padrões, aptas para a operação e com um constante programa de modernização, manutenção e, principalmente, construção e aquisição de novos meios. Além de defender a primazia da Marinha, o ministro manifesta sua insatisfação com as alterações feitas no projeto do encouraçado “Rio de Janeiro”. O ministro, que defendia um volume menor de tiros em detrimento de calibres maiores, via-se contrariado pela decisão de mudar o projeto para uma maior quantidade de canhões, porém, com calibre menor, tornando, sob seu entendimento, o navio completamente inútil.

Alexandrino destaca a importância do Poder Marítimo<sup>4</sup> “os povos mais ricos e mais enérgicos são também os mais poderosos no mar, pois a grandeza e a decadência das nações coincidem com

<sup>4</sup> Segundo o professor Geoffrey Till, Poder Marítimo é a capacidade de um Estado influenciar o comportamento de outro Estado através daquilo que ele é capaz de fazer no mar.

a grandeza e a decadência marítima” (BRASIL, 1913, p. 40) e segue dando o exemplo alemão: “o chanceler alemão Von Bulow” lançou há pouco um axioma verdadeiro e fatal “no século XX, as nações que não forem fortes no mar, serão como figurantes do último plano da cena.” (BRASIL, 1913, p. 40) e continua, “na Alemanha, onde a esquadra surgiu e prospera assombrosamente, essa frase resume um imenso programa: mas não é só um lema para o futuro, e sim, também um eco do passado.” (BRASIL, 1913, p. 40).

Verificamos que no intuito de justificar sua visão acerca da necessidade do Poder Marítimo, Alexandrino traça um quadro detalhado do pré-guerra, tecendo críticas e comparações com as principais marinhas do mundo. Suas reflexões apresentam-se hoje como uma valiosa fonte de informações norteada principalmente pelas questões referentes à conjuntura daquele tempo. Quanto à importância da marinha para o Reino Unido, segundo Alexandrino “ainda é na força da *homefleet*, que a Inglaterra apoia o seu vasto poder” (BRASIL, 1913, p. 40), porém, constata que “o Japão, os Estados Unidos e a Alemanha surgem na cena do mundo, fartamente escudados pela grandeza marítima.” (BRASIL, 1913, p. 40) e, por fim, conclui que com o declínio de sua marinha mercante, “a marinha francesa, por exemplo, decaiu a tal ponto, que a *entende cordiale* foi a condição *sine qua non*<sup>5</sup> da salvação do país.” (BRASIL, 1913, p. 41).

Na contramão da situação francesa, o ministro informa que:

A Alemanha, ao contrário, tem hoje a segunda marinha mercante do mundo; e, por isso, prepara-lhe a garantia da força, aumentando as suas esquadras e concentrando-as, enquanto, confiante, estende por todos os mares as linhas dos seus grandes transatlânticos (BRASIL, 1913, p. 41).

Atento ao panorama e a relevância do poder naval<sup>6</sup>, Alexandrino observa certa decadência do poder inglês. Acerca da gradual abdicação das capacidades marítimas daquele país, o ministro reporta-se ao seu presidente da seguinte forma: “Vejam os exemplos contemporâneos, fornecidos pela Inglaterra.” (BRASIL, 1913, p. 41).

O partido conservador sustentava a antiga política classificada pela expressão *Two Power Standard*, que lhe indicava, como base da sua orientação naval, a construção de dois grandes encouraçados, para cada um que fosse projetado pela potência naval mais forte, e a manutenção do valor absoluto da esquadra inglesa em uma superioridade de, pelo menos, 10% sobre o valor total da soma das forças navais das duas nações mais poderosas. (BRASIL, 1913, p. 41-42)

<sup>5</sup> Significado de *Sine Qua Non*: *Sine qua nos* significa ‘sem o qual não pode ser’, e é uma expressão que vem do latim.

<sup>6</sup> Adotaremos Poder Naval como a vertente de força e militar do Poder Marítimo.

Continua:

Á curva do desenvolvimento naval inglês teve o seu máximo em princípios de 1906. O balanço comparativo das marinhas mais fortes, tendo em conta apenas os navios de linha, construídos dentro de dez anos, era o seguinte: Inglaterra, 80. Alemanha, 28. Estados Unidos, 38. A superioridade inglesa assinalava-se por quatorze navios, sobre a soma das forças das duas outras. A *two powers fleet* era mantida [...] (BRASIL, 1913, p. 42).

Porém, Alexandrino sinaliza que “o advento do partido liberal, trouxe, com as consequências desastrosas das boas intenções mal sucedidas, o declínio da marinha” (BRASIL, 1913, p. 42).

O ano de 1906, início da influência liberal, marca a origem de uma fase de desfalecimento da marinha inglesa; em 1908, os portos militares assistiam a decadência dos arsenais; milhares de operários despedidos lastimavam a ironia dos efeitos produzidos pela política do povo. (BRASIL, 1913, p. 42)

Neste ponto, temos considerações particularmente interessantes. Ao tentar persuadir o presidente acerca da relevância do poder naval, o ministro Alexandrino apresenta uma detalhada consciência situacional que antecedia a Grande Guerra europeia, com destaque a posição vacilante do Partido Liberal inglês frente às necessidades navais. Inconscientemente, Alexandrino nos deixa um importante legado à historiografia ao expor sua percepção, dado o caráter conjuntural de suas observações. Assim ele continua sua argumentação tomando o Reino Unido como exemplo:

Desprezaram-se as ideias antigas, que tão eficazes resultados tinham produzido, no desenvolvimento da política internacional. O clássico isolamento da Grã-Bretanha não mais resistiu aos acenos da vizinha de além Mancha, e a celebre *entente* veio patentear a necessidade de que o exército Francês fizesse frente ao da Alemanha, em caso de guerra. (BRASIL, 1913, p. 42)

Aqui, Alexandrino materializa a formação da *Entende Cordiale*, destacando a questão marítima como fundamental. Pouco antes, Alexandrino havia concluído que com uma insipiente marinha, a França havia recorrido à Inglaterra para poder garantir sua posição. Agora, Alexandrino argumenta que com enfraquecimento relativo da marinha britânica em relação à alemã, o Reino Unido se rende aos assédios franceses, buscando apoio em seu exército continental no caso de uma possível guerra. Ao mesmo tempo em que o poder marítimo do Reino Unido retraía-se, o alemão seguia em sentido oposto. Assim, o ministro arremata dizendo que “a grande vantagem estratégica, obtida pelos alemães

com a concentração proporcionada pelo Kaiser Wilhelm Kanal<sup>7</sup>, não seria o fantasma que hoje se apresenta” (BRASIL, 1913, p. 43) se o Reino Unido tivesse mantido sua política de Poder Marítimo.

Dessa questão, é possível tirar uma interessante conclusão que é a influência do mar sobre as decisões políticas tomadas em terra, como a formação da *Entente*, por exemplo, onde a perda de poder relativo da França e do Reino Unido frente à Alemanha, as fez buscar um denominador comum no campo diplomático. É o Poder Marítimo e o Poder Naval influenciando a política em terra conforme teorizado por Julian Corbett. Nesse sentido, é importante destacar que em nosso tempo muitos livros de história ignoram parte da cadeia de eventos que possibilitaram a criação da *Entente Cordiale* entre França e Inglaterra. Comumente, a historiografia enxerga como componente marítimo da formação da *entente* apenas o crescimento do poder naval alemão no período chamado de *navy scare* – pânico naval - e ignora a questão da decadência inglesa e francesa, sendo assim as duas faces de uma mesma moeda.

Entretanto, Alexandrino destaca uma revolução na corrida armamentista, com a Grã-Bretanha novamente ocupando papel de destaque após 1906.

Mas interveio uma evolução inesperada. O tipo dreadnought surgiu. [...]. Abriu-se uma era nova, que incitou os povos industriais à competência. Pelo seu aparecimento e consagração, o dreadnought condenou o que lhe era anterior. (BRASIL, 1913, p. 43)

Entretanto, a vantagem inglesa, para Alexandrino, não durou muito tempo. “a Alemanha tirou o partido que sua perspicácia lhe descortinou, e entrou resoluta na porfia, lutando dignamente nessa nova realidade geral” (BRASIL, 1913, p. 43), em contrapartida, “nesse momento, o partido dominante no Parlamento Inglês abandonou a *steadiness* tradicional da raça. Acentuou-se a influência socialista; reduziram-se os orçamentos” (BRASIL, 1913, p. 43). Mais adiante Alexandrino comenta que: “Kiel e Wilhelmshaven entraram a construir mastodontes de aço, desafiando, com as suas bordadas de 13.000 libras, os novos encouraçados ingleses.” (BRASIL, 1913, p. 44).

Ao fim de seus comentários acerca da conjuntura europeia em 1913, Alexandrino tira suas lições e as apresenta ao presidente e as consolida em uma tabela comparando a quantidade de navios construídos do tipo Dreadnought, conforme reproduzido abaixo.

<sup>7</sup> O Canal de Kiel (em alemão: Nord-Ostsee-Kanal), até 1948 foi conhecido como Kaiser-Wilhelm-Kanal, é um canal artificial de 98 quilômetros de extensão situado na Alemanha. Liga o Mar do Norte, em Brunsbüttel, até o Mar Báltico, em Kiel-Holtenau.

ANO		
1905	4	--
1906	3	2
1907	3	3
1908	2	4
1909	8	4
1910	5	4
1911	5	4
1912	3	2

**Tabela 1:** Livre reprodução da tabela presente em: BRASIL, 1913, p. 42.

Concluindo que:

A hesitação inglesa de 1906 a 1909 e o esforço e ressurgimento que se seguiram, o aproveitamento dessa oportunidade histórica pela Alemanha e o seu progresso firme e continuado, constituem uma grande lição para os países que se descuidam do poder naval, embora cercados por vizinhos enérgicos e ambiciosos (BRASIL, 1913, p. 42).

Quanto a esta última citação, talvez seja interessante mencionar que em 1913 a principal ameaça enxergada por Alexandrino era a Argentina, sendo fundamental, então, garantir a hegemonia sul-americana, conforme demonstrado na questão do encouraçado “Rio de Janeiro”.

A economia foi de 171,000 Libras, isto é, de 2.565 sobre 42.690, mas, em compensação, o resultado é desastroso, pois a hegemonia naval sul-americana fica comprometida, ou destruída, se o armamento do terceiro *dreadnought* argentino for de 14 polegadas, como se diz. (BRASIL, 1913, p.51).

Diante dessas “lições” o ministro retoma o assunto do encouraçado “Rio de Janeiro”, de modo que reafirmamos a hipótese de que toda explanação do panorama situacional decorre da tentativa de ilustrar e argumentar sua desaprovação acerca das alterações do referido encouraçado anteriormente concebido por ele.

Dessa hesitação funesta o Brasil acaba de dar um exemplo, alterando o encouraçado “Rio de Janeiro”, tornando-o um navio defeituoso, quando o que se projetara e que já estaria pronto, ainda não tem rival. Apenas o *Pensylvania*, americano, ora começado, se assemelha. (BRASIL, 1913, p.44)

### Relatório de 1914

O relatório de 1914 foi encaminhado somente em abril de 1915, de modo que este já apresenta em seu desenvolvimento diversas alusões a Grande Guerra. Verifica-se também neste

relatório que o então ministro esforça-se ao argumentar junto ao presidente Wenceslau Braz suas concepções sobre o que deveria ser a Marinha do Brasil. Alexandrino, assim como em 1913, vale-se de exemplos da Europa, dessa vez em guerra. Observa-se que o ministro adota uma visão de marinha com forte influência *mahaniana*<sup>8</sup>. Em sua argumentação é notória sua predileção por grandes navios armados com grandes canhões em detrimento de embarcações menores. Fica evidente que a configuração pensada por Alexandrino, no que se refere à concentração, o poder de fogo, a importância do mar e a batalha e o papel da marinha mercante seguem os pressupostos descortinados por Alfred T. Mahan<sup>9</sup> em *The Influence of Sea Power Upon History*, publicado em 1890.

Ao fazer apontamentos detalhados do desenrolar da guerra na Europa, o ministro Alexandrino demonstrou estar acompanhando com atenção o que lá acontecia, mesmo que tivesse sido apenas para reforçar sua argumentação em defesa de seus interesses junto ao presidente. Por isso, não existe motivo para acreditar que um homem na posição de Alexandrino não tivesse lido a obra de Mahan, afinal, o livro que já havia sido publicado há 24 anos, rapidamente tornando-se referência, principalmente na Europa. O historiador naval Alves de Almeida (2014) em artigo sobre o centenário da Escola de Guerra Naval da Marinha do Brasil, inaugurada naquele mesmo ano de 1914, pelo próprio Alexandrino, presume que no campo da estratégia naval Alfred Mahan tenha sido um dos autores mais estudados naquele tempo. Assim, ao observarmos as predileções de estudos da Escola de Guerra Naval com as orientações e observações de Alexandrino durante o transcurso da guerra, podemos supor que naquele momento o pensamento *mahaniano*, representado pela figura do ministro Alexandrino, governava a estratégia da Marinha Brasil. Porém, não sem algum tipo de oposição, posto que o próprio ministro esforçou-se para fazer prevalecer sua concepção sobre as demais.

Para defender o Programa Naval Brasileiro, tomando como referência o desenrolar da guerra na Europa, Alexandrino chega a criar um capítulo no relatório intitulado A Guerra Atual e o Programa Naval Brasileiro (BRASIL, 1914, p. 50), começando sua argumentação da seguinte forma:

O programa naval de 1906 foi baseado nos ensinamentos colhidos na guerra russo-japonesa. É natural que se esperassem com ansiedade os primeiros acontecimentos navais da luta gigantesca que conflagrou os principais países europeus, para melhor julgarmos o acerto ou desacerto dos planos adotados pelo Brasil. (BRASIL, 1914, p. 50).

<sup>8</sup> Pensamento influenciado por Alfred Mahan.

<sup>9</sup> Alfred Thayer Mahan foi um oficial da marinha dos Estados Unidos que se notabilizou como geo-estrategista e como educador. As suas ideias sobre o poderio naval influenciaram a visão estratégica das marinhas de todo o mundo e ajudaram a desencadear o grande investimento em meios navais que se verificou nos anos que precederam a Primeira Guerra Mundial.

Quanto aos meios empregados na guerra conclui que “os grandes dreadnoughts, os velozes esclarecedores, os *destroyers*, os submersíveis, os navios mineiros têm sido os protagonistas principais da tragédia marítima em desenvolvimento.” (BRASIL, 1914, p. 50). E quanto ao armamento “Está perfeitamente explicada a adoção pelo Brasil do canhão de 4 polegadas para o armamento dos *destroyers*; a do 4.7 para os esclarecedores; e a sucessiva designação do de 12’, 14’ e 15’ para os dreadnoughts.” (BRASIL, 1914, p. 50). Nesse ponto, Alexandrino regozija-se de ter sido defensor de armamentos de maior calibre ao concluir que “ Em quase todos os encontros da atual campanha naval tem saído vitorioso o armamento de maior calibre.” (BRASIL, 1914, p. 50), arrematando:

O superior volume de fogo tem sido vencido pelo tiro menos rápido, porém de projétil mais pesado, de maior capacidade de explosivo, de superior energia de embate e de mais exata trajetória. A tendência que ultimamente predomina em relação a escolha de artilharia grossa, consiste no aumento do peso do projétil e do comprimento do tubo alma, conforme prevíamos . Os apologistas do canhão moderado estão sendo vencidos em toda a linha. A acusação de super-armados com que alguns censuraram o programa de 1906, perdeu completamente a razão de ser. (BRASIL, 1914, p. 51)

Ainda no que se refere à batalha dos calibres, que viria a vitimar o encouraçado “Rio de Janeiro”, e na qual o ministro se julgava vencedor, Alexandrino não poupa exemplos para reforçar a correção de sua posição junto ao presidente. Temos então um repertório de exemplos de como a Marinha do Brasil acompanhava de perto os acontecimentos e as batalhas e, como o ministro foi hábil ao tirar proveito político disso.

No memorável combate do Pacífico, os navios ingleses *Good Hope* e *Monmouth* dispunham unicamente de 2 canhões de 09’ instalados no primeiro; ao passo que os alemães *Scharnhorst* e *Gneisenau* empregavam 16 de 8’. A superioridade dos ingleses em canhões de médio calibre (6’) de nada lhes serviu, pois foram em pouco tempo destruídos e postos a pique com toda a sua tripulação. (BRASIL, 1914, p. 51).<sup>10</sup>

E segue com outros dois exemplos ocorridos na guerra que corroboram suas decisões e sua política de aquisição de meios e a configuração de seus armamentos.

Outro fato que auxilia as nossas asserções é o do encontro entre o cruzador inglês *Sydney* e o alemão *Emden*<sup>11</sup>. Foi inevitável a destruição do segundo, pois que o primeiro era armado com 8 canhões de 6 polegadas, enquanto que o 2º só dispunha de 10 de 4”, os quais com os seus duzentos tiros por minuto não conseguiram vencer os primeiros, embora estes só lançassem

<sup>10</sup> Batalha de Coronel, travada no dia 1 de novembro de 1914.

<sup>11</sup> Batalha de Cocos, travada no dia 9 de novembro de 1914.



no máximo 80 tiros por minuto! O *Sydney* produziu graves danos ao seu contendor, agindo a tal distância, que não podia ser por este alvejado.[...] No combate travado entre *destroyers*, no mar do Norte, a 17 de Outubro<sup>12</sup>, os alemães, de 420 tons., armados apenas com canhões de 47 mm, foram destruídos pelos ingleses, maiores, dispondo de canhões de 4”, como os nossos. (BRASIL, 1914, p. 52 - 53).

Posto isso, Alexandrino pondera novamente sobre as decisões brasileiras quanto às aquisições dos encouraçados “Minas Gerais” e “São Paulo”, no que pode ser entendido como uma crítica ao seu antecessor no cargo, Julio de Noronha, ao diagnosticar, pela experiência que via na guerra, que “se tivéssemos adquirido encouraçados de 13.000 toneladas e não os maiores do mundo na sua época, a destruição de tais navios por uma potência agressora seria uma empresa de muito fácil realização.” (BRASIL, 1914, p. 52).

Seguindo em seu relatório ao presidente, o ministro Alexandrino discorre sobre *dreadnoughts* e submarinos.

Ainda não se pode considerar consagrado pela atual guerra o valor exato do tipo *dreadnought*. É de se esperar porém, uma ação decisiva em que se estabeleçam indiscutivelmente as vantagens práticas do seu emprego na guerra marítima (BRASIL, 1914, p. 53).

Nesse ponto, Alexandrino inicia uma interessante argumentação acerca do enfrentamento de encouraçados com submarinos. Destaca que “nos primórdios da atual campanha, vários encouraçados ingleses se perderam, torpedeados pelos submarinos alemães, ao que se sabe” (BRASIL, 1914, p. 53), informando inclusive que surgiu uma forte corrente de opinião que antevira a supremacia do submarino ante aos encouraçados (BRASIL, 1914, p. 53). Porém, destaca que, em sua opinião, não é essa à vista dos fatos que se desenrolam, apresentando um panorama situacional referente especificamente para este tema:

Se alguns prodígios foram possíveis aos submarinos alemães, devem ter explicação na afoiteza da esquadra inglesa, nos primeiros tempos do bloqueio arriscado e talvez imprudente que mantinha. Agora, porém, que com maior prudência ele está sendo executado, muito menos numerosas têm sido as ações de submersíveis alemães contra navios de guerra. (BRASIL, 1914, p. 54).

Alexandrino reafirma seu entendimento ao concluir que “vários têm sido os *raides* de divisões navais para o bombardeio de costas dos países inimigos, sem que os submersíveis os impeça”

<sup>12</sup> Batalha de Texel.

(BRASIL, 1914, p. 51) e completa fazendo uma observação do que entendia ser a natureza da *fleet in being* alemã:

Essa observação, aliada a comprovada audácia dos alemães, demonstra que não são os submersíveis que têm conseguido prender nos portos a esquadra alemã; mas sim a certeza do dano que lhes causarão os dreadnoughts ingleses mais numerosos. (BRASIL, 1914, p.54).

Alexandrino segue seu raciocínio chamando atenção para as lições que a guerra dava em relação a eficiência do amplo emprego das minas submarinas. Posto isso, o relatório continua apresentando exemplos da guerra que reafirmam a assertividade do pensamento de Alexandrino:

No combate naval do dia 24 de janeiro de 1915, no Mar do Norte, ficou demonstrada mais uma vez a superioridade absoluta do canhão de 13'5 sobre os de 8', de 11' e de 12" dos alemães. [...] Os ingleses apresentaram-se com o *Lion*, *Tiger*, *Princess Royal*, *New Zealand* e *Indomitable* contra os navios alemães *Seydlitz*, *Derflinger*, *Moltke* e *Blucher*. Dentre estes navios o único de 15 000 toneladas era o *Blucher*. Foi também o único posto a pique. Todos os outros eram muito superiores em todos os pontos de vista. (BRASIL, 1914, p. 54).<sup>13</sup>

Feita esta observação, Alexandrino aproveita mais uma vez a oportunidade do relatório para promover suas concepções estratégicas em detrimento à visão de seus opositores, evocando os debates de 1906.

Diante desses resultados parece-me completamente absurdo que alguém ainda se anime a falar em tonelagens moderadas, advogando uma causa perdida, que, se tivesse saído vitoriosa em 1906, teria dado ao Brasil uma esquadra fraquíssima, hoje fadada a mais fácil destruição (BRASIL, 1914, P. 55).

E segue dando mostras e reforçando suas opiniões, dessa vez acerca do emprego de torpedos. Novamente Alexandrino defende suas posições em 1906, tomando os rumos da guerra como exemplo. “Quando nos batemos pelo atual programa, tivemos que rebater as opiniões favoráveis a inclusão dos torpedos nos grandes navios de linha” (BRASIL, 1914, P. 55) e conclui que “a guerra atual não nos deu até hoje um exemplo do empregos de torpedos nesses casos.” (BRASIL, 1914, P. 55). Aqui chamamos atenção para esse trecho vir em destaque no relatório enviado à presidência. Sobre essa questão, Alexandrino faz a seguinte referência:

Julgamos em 1906 que o emprego de torpedos em grandes navios só seria conveniente em raríssimas circunstância [...] O *Blucher* possuía 4 tubos de torpedos; O *Derrflinger* 4; o

<sup>13</sup> Batalha de Dogger Bank.

*Molteke*, 4; o *Seydlitz*, 4; o *Gneissenu*, 4; o *Sharnhorst*, 4. Em nada serviu a estes navios tal armamento [...] Por conseguinte, acho-me satisfeito e feliz por me poder justificar perante a Pátria da responsabilidade que assumi do programa naval de 1906, mau grado a sistemática hostilidade partidária de meus inimigos.” (BRASIL, 1914, P. 55).

É possível verificar nessa passagem que finalmente o ministro Alexandrino faz referência direta à seus opositores e regozija-se do sucesso de suas decisões. Mais adiante no relatório, Alexandrino justifica-se pela suspensão da compra de três monitores encomendados por seu antecessor no cargo. O ministro alega para essa suspensão a impossibilidade desses monitores de realizar navegação fluvial em razão de seu demasiado calado. Dessa vez, Alexandrino encontra na Grande Guerra um exemplo contrário a sua decisão, mas antes que seja confrontado, dedica-se a explicar a questão:

Sem dúvida, foi o reduzido calado relativo que permitiu a ação brilhante dos monitores contra as forças alemães em operações nas costas da Bélgica. Mas, se o calado era reduzido em relação às referidas costas, onde era possível evoluções fáceis e rápidas o mesmo não se daria no rio para que foi destinado em virtude do comprimento excessivo. (BRASIL, 1914, P. 56).

Sobre o encouraçado “Rio de Janeiro”, o ministro Alexandrino faz suas últimas observações no relatório de 1914 informando que “Em doze de maio de 1914, foi assinado com a firma W. Armstrong Whitworth Lt., de New Castle on Tyne, o contrato de substituição do encouraçado “Rio de Janeiro.” (BRASIL, 1914, P. 57). Vencedor da disputa acerca das mudanças de configuração do dito encouraçado, Alexandrino passa as especificações do navio: deslocamento de 30.500 toneladas, oito canhões de 15 polegadas e velocidade de 22.5 milhas por hora (BRASIL, 1914, P. 57). Entretanto, o ministro informa que os planos de construção seguem atrasados: “Infelizmente, a situação financeira do país e a conflagração europeia concorreram para o adiamento da construção desse navio.” (BRASIL, 1914, P. 57)

Sobre essa referência é possível realizar duas observações. A primeira é acerca da questão financeira que, até então timidamente abordada por Alexandrino, passa a dar o tom no próximo relatório. A segunda é que, talvez, possamos considerar que a guerra na Europa tenha, de fato, impedido a construção do modificado encouraçado “Rio de Janeiro”, sendo esta primeira *baixa* brasileira na guerra.

## Relatório de 1915

O relatório de 1915 não trouxe grandes apontamentos acerca da guerra. Outra preocupação parecia tomar conta da cabeça do ministro, a dura questão orçamentária. Reservando para a guerra apenas algumas questões referentes à manutenção da nossa neutralidade no conflito, é possível, entretanto, observar através deste relatório, um pouco da manutenção da neutralidade.

Retomando a questão financeira, Alexandrino via seus orçamentos encolhendo constantemente enquanto seus custos aumentavam. Mantendo-se fiel ao seu comportamento político, o ministro parece cercar-se de cuidados ao abordar a questão em seu relatório. “É meu dever, antes de tudo, congratular-me convosco pela conduta que ela teve na situação especial em que está o país” (BRASIL, 1915, p. 9) e segue sua explanação: “o programa de economias adotado pelo governo foi por todos bem compreendido e executado, ninguém recusou esforços para produzir o máximo com o mínimo de recursos de que foi possível dotar este departamento.” (BRASIL, 1915, p. 9)

Feitas as considerações iniciais, Alexandrino inicia uma série de lamentos acerca da diminuição de seus orçamentos, inclusive comparando-o com outros anos. A constatação dos valores brutos referentes ao orçamento de munições<sup>14</sup> foi a seguinte: “a comparação dá uma redução 33,3% em relação aos anos de 1908, 1909 e 1914, de 41,2% para 1907, de 44,5% para 1910, de 50% para 1912 e 1913 e 60% para 1911.” (BRASIL, 1915, p. 11)

Outra redução importante sentida pelo ministro foi na verba disponível para combustível. No que se refere à situação geral da verba de combustível, Alexandrino reporta ao presidente a seguinte constatação: “a redução foi, pois, de 33% nos anos de 1915 e 1916 em comparação com todos os anos da década, menos em 1909, em que houve apenas uma pequena diferença e 1913 em que a redução foi de 44,5%”. (BRASIL, 1915, p. 14). Alexandrino faz questão de reforçar que enquanto suas verbas declinam, seus gastos sobem com os novos navios, principalmente os encouraçados “São Paulo” e “Minas Gerais” e com os submersíveis incorporados em 1914.

Na questão do carvão Cardiff, o ministro sintetiza uma complexa situação onde atuam concomitantemente a falta de verbas da Marinha e as dificuldades de importação impostas pela guerra

<sup>14</sup> Além de munições propriamente ditas, era também chamado de munição todo artigo consumido no interior do navio.

na Europa:

Se houve artigo em que o preço se elevou em consequência da conflagração europeia, esse foi sem dúvidas o carvão. O preço médio por qual era adquirida a tonelada entre 1906 e 1910, era de 25\$000; ainda em 1914, foi possível obter a 27\$ e 28\$. Atualmente a tonelada do carvão Cardiff atinge 80\$, 90\$ e 100\$000. (BRASIL, 1915, p. 14).

Alexandrino continua e sentencia a impossibilidade de adquirir o referido carvão:

Admitindo para argumentar que o preço médio anterior fosse de 30\$000 a tonelada, e comparada os recursos das verbas concedidas enquanto em período normal se manteve a dotação de 1.500:000\$000, verifica-se que com o orçamento atual, a Marinha não pode adquirir mais do que 8.500 toneladas de carvão, quantidade que representa a quarta parte do que se podia adquirir. Quer dizer, que a redução neste caso, combinada a diminuição orçamentária e a elevação dos preços nos nossos mercados, atinge a cifra aproximada de 83 %. A quantidade que se pode adquirir é, pois, irrisória, sem comentários quando se tem em vista os delicados *machinismos* que os modernos navios de guerra contêm. (BRASIL, 1915, p. 14)

No que se refere ao deslocamento da Divisão Naval de Operações de Guerra para a Europa, observava-se que durante a travessia do Atlântico, muitos navios apresentaram graves avarias nos tubos das caldeiras e nos condensadores (ALVES DE ALMEIDA, 2013, p. 364). Por consequência, viam-se obrigados a ficar parados durante horas até que se fossem feitos os reparos necessários. Alves de Almeida reitera que tal situação provocava uma exposição perigosa aos submarinos e que além de aumentar a fadiga da tripulação, aumentava também o temor de ser torpedeado sem capacidade de reação (ALVES DE ALMEIDA, 2013, p. 364). Desse modo, é possível associar muitas dessas avarias e o conseqüente desgaste da tripulação ao carvão nacional, de pior qualidade, utilizado no lugar do carvão importado.

Apesar das dificuldades em munições e combustível, Alexandrino sente o maior impacto em seu orçamento de material e de construção naval, no qual as perdas das verbas atingiram a casa dos 60% se comparados aos demais anos. Por consequência diminuição de receita, Alexandrino ressentia-se da perda de capacidade de sua esquadra e comunica, em tom mais duro ao presidente: “os navios de guerra não podem ficar condenados a estagnação nos portos: com isto só poderão perder pouco a

pouco as qualidades indispensáveis que devem ter como elementos de defesa[...].” (BRASIL, 1915, p. 15) E, finalmente, em tom mais incisivo do que o habitual, o ministro Alexandrino reporta: “os sacrifícios exigidos foram aceitos com resignação: aceitos e feitos religiosamente. O limite está, porém, atingido, não lhe pode exigir mais” (BRASIL, 1915, p. 16).

Alexandrino entra, então, na seara da movimentação da esquadra, relata na prática o exercício da manutenção naval da neutralidade nacional frente a Grande Guerra. Antes, porém, volta à questão financeira:

Foi impossível movimentar os navios por deficiência de combustível, os suprimentos de viagem não puderam ser feitos regularmente, até parte dos reparos por que eles devem passar periodicamente não foram atendidos como deviam. No limite das verbas concedidas, foi feito o que era possível. (BRASIL, 1915, p. 31).

Quanto a movimentação propriamente dita, Alexandrino relata que: “a movimentação regular obedeceu a três fins: exercícios isolados e de conjunto, manutenção de nossa neutralidade em face da guerra europeia e representação do nosso país no estrangeiro” (BRASIL, 1915, p. 31). No que se refere à manutenção da neutralidade, Alexandrino reporta ao presidente a seguinte movimentação:

Para a garantia de nossa neutralidade tiveram em viagem os seguintes contra-torpedeiros: “Amazonas”, “Pará”, “Piauhy”, “Alagoas”, “Paraná” e “Mato Grosso”; cruzadores-torpedeiros “Tamoio”, “tupi” e “Tymbira” e o cruzador “República” (BRASIL, 1915, p. 31).

E completa informando sobre o posicionamento estratégico dos cruzadores-torpedeiros “Tamoio” e “Tymbira” que “acham-se ainda em serviço de garantia da nossa neutralidade, estacionados o primeiro no porto de Salvador e o segundo em Santos” (BRASIL, 1915, p. 54).

Quanto à conservação dos meios da esquadra, Alexandrino chama a atenção para o fato de termos nossas forças divididas em dois grupos que, em linhas gerais, são formados pelos meios anteriores e pelos meios incorporados após 1906. E conclui que, de maneira geral, a esquadra encontra-se em boas condições, com uma ou outra exceção (BRASIL, 1915, p. 48). Porém, o ministro não deixa de abordar as dificuldades financeiras e o quanto isso pode comprometer no futuro a capacidade operacional da esquadra. Diz ele: “a Marinha deve, portanto, estar provida de meios para manter a esquadra sem enveredar pelo caminho das facilidades orçamentárias” (BRASIL, 1915, p. 48). Nesse

ponto, para ilustrar seus argumentos, Alexandrino recorre a sua velha estratégia de buscar exemplos na guerra europeia. Quanto à necessidade de manter os meios navais prontos à comissão quando solicitados, ou seja, com sua manutenção em dia, Alexandrino faz o seguinte reporte ao presidente:

Ninguém ignora o valor dos contra-torpedeiros em uma esquadra moderna; não tivesse a Inglaterra a grande flotilha desses navios, o policiamento no Mar do Norte seria uma burla. Quem acompanha os acontecimentos da guerra atual, sabe que papel tem representado esses pequenos navios; são a guarda avançada da esquadra; os elementos de defesa dos poderosos dreadnoughts; os perseguidores implacáveis dos submersíveis além de constituírem a vigilância dos mares e dos portos. (BRASIL, 1915, p. 49).

Alexandrino apresenta tal exemplo para informar que “temos dez desses navios” e que “seu característico é a velocidade e por sua parte delicada, a das caldeiras, que requerem retubulações periódicas” (BRASIL, 1915, p. 49) e completa sua fala informado que “nossos navios já têm cinco anos de vida, sendo mister tratá-los convenientemente” (BRASIL, 1915, p. 49). Tudo isso para informar como é custosa e sistemática a manutenção dos navios, e que algumas das caldeiras dos nossos contratorpedeiros já exigem reparos, sob pena dos mesmos serem postos fora de uso. Mas não existe verba para tal. Alexandrino reforça também que “os encouraçados “Minas Gerais” e “São Paulo” em breve precisarão de serviços semelhantes nas caldeiras, para não falar em outras necessidades” (BRASIL, 1915, p. 51). E por fim, assinala que além das dificuldades do orçamento, existe desde o início das hostilidades na Europa, um substancial aumento de preços para a importação de artigos sobressalentes que comprometem seriamente a capacidade operacional da Marinha.

### **Relatório de 1917**

Desde outubro último, o Brasil, está em estado de guerra que lhe foi imposto pelo império alemão por uma série de atos de caracterizada hostilidade. Esta decisão do governo que não interpretou o sentido de todo País criou para a Marinha obrigações e compromissos que, com patriotismo e dedicação, ela desempenhara orgulhosa. (BRASIL, 1917, p. 01).

O Brasil manteve-se neutro até 1917, quando declarou guerra ao Império Alemão. Essa declaração é o ponto principal do relato do ministro Alexandrino ao presidente no relatório de 1917. Destaca-se também nesse relatório a maneira franca com que o ministro expõe as reais condições e

capacidades da esquadra e os planos de defesa para o Brasil. Assim o ministro inicia o documento expondo sua visão do papel da esquadra, que influenciou inclusive, a configuração da mesma, em 1906:

É que naquele tempo pensava, como ainda penso hoje, que os destinos das nações marítimas só podem ser assegurados pelo domínio do mar. A esquadra deve ser a barreira natural diante da qual fracassem todas as tentativas de agressão do inimigo. A política das nações pode e deve ser defensiva e inspirada nos sentimentos da concórdia humana; quando, porém, forem elas obrigadas a aceitar o desafio, a ações de seus elementos de luta deve ser ofensiva, pronta e eficaz. (BRASIL, 1917, p. 02).

Posto isso, Alexandrino chama a atenção do presidente para o seguinte fato: “estamos em face de uma situação concreta de guerra e prestes a tornar efetiva nossa colaboração militar, ao lado de nossos aliados” (BRASIL, 1917, p. 03). Assim, faz a seguinte ressalva: “a esquadra que o Brasil possui, satisfaz parcialmente ao tempo de sua formação”, mas “atualmente, os acontecimentos encarregaram-se de mostrar sua insuficiência dada de um lado as variantes que a guerra naval moderna tem apresentado com a consagração do submarino e da aviação.” (BRASIL, 1917, p. 03) Dessa forma, Alexandrino reporta ao presidente o que enxergava ser um imperativo nacional, especialmente, em caso de guerra.

A inviolabilidade das costas, a garantia dos mares territoriais e, além deste, a de uma faixa do oceano que permita e assegure o comércio marítimo exigem uma organização de elementos, cujo o núcleo pode ser essa esquadra que aí está e que já pôde manter os serviços de neutralidade durante cerca de três anos. (BRASIL, 1917, p.03).

E reforça que a “nossa Marinha tem a defender uma costa de 3 mil milhas em que, de espaço a espaço, encontra-se uma porto comercial de grande importância.” (BRASIL, 1917, p.03). Nesse ponto, Alexandrino observa a importância dos novos meios para a força naval (aviação e submarinos). Quanto ao submarino, revê sua opinião de 1915: “Os submarinos, como os hidroplanos, são armas de guerra de cuja a eficácia se suspeitou, mas que tiveram plena confirmação na campanha atual.” (BRASIL, 1917, p.07).

Observando o desenvolvimento da guerra moderna, Alexandrino resente-se da obsolescência de nossos meios e doutrinas, de modo que apresenta suas considerações e realizações no que se refere à aviação, da qual é fundador, esperando, então, o apoio para a conformação de uma força que considerava mais adequada as demandas de uma guerra moderna. Alexandrino queixa-se também da



não conclusão do programa naval iniciado em 1906, e apresenta os óbices, ou seja, as deficiências da esquadra: “1 *scout* de cerca de 4500 toneladas, 5 *destroyers* de cerca de 1200 toneladas e 5 submarinos de cerca de mil toneladas” (BRASIL, 1917, p.06), além é obvio do encouraçado “Rio de Janeiro” que teve sua construção suspensa em 1914. Alexandrino chega a comunicar também ao presidente que pediu junto ao Congresso a aquisição de cruzadores rápidos de tonelagem relativamente pequena e de submersíveis para compensar as deficiências do nosso material flutuante. (BRASIL, 1917, p.05)

Posto isso, Alexandrino retorna a questão estratégica da aviação: “além dos navios mencionados, não se pode deixar de reconhecer que o serviço de aviação merece ser atendido quando se trata de recompor nosso material naval” (BRASIL, 1917, p.05), passando ao presidente suas observações acerca da guerra e sua iniciativa de criação da aviação naval brasileira.

Há quase dois anos acompanhando o desenvolvimento da ação na luta em que se debatem os beligerantes na Europa procurei criar, entre nós, um serviço de aviação, adquirindo tipos de hidroplanos de exercício. [...] Animador como foi o ensaio, faz-se mister preparar-se a Marinha para dispor de um serviço regular, para o qual a necessidade de pelo menos 10 hidroplanos de guerra, número que deve se elevar a 50, além dos 5 de exercícios, próprios para o funcionamento da Escola (BRASIL, 1917, p.07).

Feitas as considerações acerca da força naval, Alexandrino dedica-se então a reportar o plano de defesa para costa e para os portos, uma vez que o país encontrava-se em estado de guerra. Considerando que: “a ação da esquadra deve exercer-se por toda a costa e a uma certa distância dela, procurando, antes de tudo, destruir o inimigo, ou, quando não for possível, mantê-lo afastado de modo a evitar seu poder ofensivo.” (BRASIL, 1917, p.09). Porém conclui e informa ao presidente as seguintes limitações:

A esquadra, a não ser pequena parte ou uma parte especialmente a isso destinada, não pode descer ao detalhe da defesa dos portos: seu objetivo é mais vasto e compreende um plano geral, amplo, qual seja a liberdade dos mares (BRASIL, 1917, p.09).

Assim verificamos que, dentro do que era possível fazer, a prioridade foi dada a manutenção do controle do mar e não a pontos específicos. Quanto à defesa dos portos propriamente dita, deixa a seguinte instrução:

Os portos devem ter sua organização defensiva própria, da qual os recursos da esquadra são elementos auxiliares. Essa organização se divide em elementos fixos, fortificações e etc., que competem ao exército. [...] Em 1914, com o orçamento disponível procurei esboçar o serviço de defesa minada dos portos. (BRASIL, 1917, p.09).

Entretanto, um porto merecia atenção especial, o do Rio de Janeiro, e foi objeto de um detalhado plano de defesa exposto por Alexandrino em seu relatório. Entre as páginas 10 e 13, Alexandrino apresenta cada aspecto do plano de defesa da capital, que incluía baterias de artilharia espalhadas por ilhas, fortificações estratégicas, minagem e apoio da esquadra. Alexandrino resume da seguinte maneira a disposição defensiva que pensou:

Garantindo o afastamento do inimigo pela fortificação das ilhas e a minagem conveniente da barra, os elementos da esquadra encarregados da defesa móvel asseguraram a inexpugnabilidade do porto de que devemos ser particularmente ciosos. (BRASIL, 1917, p.12).

Nesse ponto, é interessante observar que o ministro encontra-se mais preocupado com a defesa do Brasil e, principalmente, da capital, do que com a materialização de uma força de expedição ao teatro de guerra.

Feitas essas considerações, o ministro destaca novamente a necessidade de recursos, apresentando a sofrível situação de muitas de nossas bases navais e seu plano para essas bases. “a política naval brasileira, porém, não visa um inimigo determinado. O plano defensivo que a deve guiar é o mais generalizado” (BRASIL, 1917, p.14), referindo-se ao fato das nações europeias escolherem suas bases com vista ao inimigo provável na ocasião. De modo que “a orientação consistiria em preparar ao longo da fronteira marítima portos de abastecimento, conserto e conservação os mais aproximados da esquadra em qualquer altura que ela se encontrasse” (BRASIL, 1917, p.14). Isso reforça a orientação estratégica de controle do nosso mar, ressaltando a concepção *mahaniana* de postos de apoio, porém, nesse caso, no continente, espalhado ao longo de todo o litoral para prover a esquadra do apoio necessário para cobrir todo o mar territorial. Outro ponto a se destacar nessa passagem é que, mesmo hoje, a Estratégia Nacional de Defesa não tem como premissa um inimigo ou uma ameaça específica, sendo ela governada pelo imperativo de manter as forças em prontidão para responderem a qualquer tipo de ameaça, o que dá um caráter mais geral e amplo a estratégia.

Por fim, o ministro destaca a fragilidade da indústria nacional e a necessidade de importação, algo que inevitavelmente nos levaria a uma situação de vulnerabilidade, pois não seria possível suprir as demandas nacionais, principalmente de defesa, com os principais mercados em guerra. Assim, Alexandrino destaca especial preocupação com a aquisição de munição, chegando a propor parceria com o exército para que as mesmas sejam fabricadas no Brasil, a fim de suprir as necessidades

brasileiras na guerra.

### Considerações Finais

Verificou-se ao longo da pesquisa que cada relatório teve suas particularidades. No primeiro, referente ao ano de 1913, observa-se uma boa exposição da conjuntura europeia do pré-guerra, entretanto, tal conjuntura segue o propósito de ilustrar as concepções estratégicas de Alexandrino de Alencar acerca do Programa Naval Brasileiro. Já o de 1914, segue a mesma linha, porém, dessa vez, com a guerra já em curso. Alexandrino utiliza os exemplo de sucessos e fracassos para reforçar suas posições e reforçar a assertividade de suas concepções frente a de seus opositores. O relatório de 1915 aborda a guerra de forma muito tímida, estando ele mais preocupado com os duros cortes de orçamento, de modo que o ministro dedica-se a questão financeira, fazendo poucas referências a neutralidade brasileira no conflito. Por fim, no relatório de 1917, com o Brasil já em Estado de Guerra, Alexandrino expõe as condições da esquadra e as medidas de defesa que vem tomando. Destaca-se ai, a predileção a defesa, e não há ainda menção a qualquer tipo de força expedicionária.

Quanto às questões apresentadas no início, é possível trazer as seguintes considerações; *Houve alguma predileção oficial por algum dos lados contendedores?* Quanto a essa questão, não foi possível verificar qualquer grau de predileção às nações em combate até o ano de 1917, sendo apresentada apenas a conjuntura pré-guerra e fatos isolados em batalha. *Os relatórios trazem informações acerca do desenvolvimento da guerra ou esta foi negligenciada?* Existe sim algum grau de acompanhamento da guerra reportada ao presidente, mas este seguia um propósito bem específico, que foi o de apoiar as argumentações do ministro. Desse modo, não é possível dizer que houve negligência, entretanto, o acompanhamento deu-se de forma superficial. É possível perceber se *a Grande Guerra foi de alguma forma instrumentalizada para algum propósito político?* Não necessariamente, entretanto, o ministro Alexandrino valeu-se da guerra para demonstrar a assertividade de suas concepções acerca do Programa Naval Brasileiro. *A neutralidade brasileira foi respeitada em seu aspecto naval?* Sim, a neutralidade foi perfeitamente mantida. Inclusive, com a esquadra trabalhando para isso. É possível fazer novas avaliações de conjuntura a partir do que é reportado nos relatórios? O relatório traz aspectos interessantes da guerra, principalmente por enfatizar o viés naval. Por exemplo, Alexandrino encontra nas questões marítimas -enfraquecimento naval do Reino Unido e da França ante a Alemanha - uma explicação para a materialização da *entente cordiale*. Alexandrino também enfatiza que a posição

vacilante do governo liberal inglês, de orientação socialista, no que se refere ao Poder Marítimo, possibilitou que ao crescimento do Império Alemão viesse a se tornar uma ameaça real ao Reino Unido. Dessa forma, o ministro reforça uma abordagem frequentemente ignorada, que a guerra deu-se num momento de intercessão na Europa, onde o Império Alemão ascendia enquanto o Reino Unido e França retraíam-se, ao menos no que se refere ao seu poder naval. Quanto ao ministro Alexandrino de Alencar, observou-se um político muito habilidoso com as palavras e com a argumentação de suas ideias. Porém, o que mais chama a atenção nesse estudo é a sua orientação estratégica profundamente *mahaniana*, e como o ministro trabalhou para materializar suas ideias acerca do Poder Naval e do Poder Marítimo na Marinha do Brasil no período da guerra, batendo-se frequentemente com opositores. A questão da tonelagem e do calibre dos canhões ilustra bem essa questão. Mas também podemos destacar como o ministro ligou o enfraquecimento da Marinha Mercante francesa com o enfraquecimento de sua Marinha de Guerra, refletindo claramente o pensamento de Mahan.

## Referências

### Fontes Primárias

- BRASIL, Ministério da Marinha: **Relatório Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1913.
- BRASIL, Ministério da Marinha: **Relatório Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1914.
- BRASIL, Ministério da Marinha: **Relatório Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1915.
- BRASIL, Ministério da Marinha: **Relatório Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1917.
- **Referencial Bibliográfico**
- ALVES DE ALMEIDA, Francisco E., **Escola Naval de Guerra: uma criação inovadora na Marinha do Brasil**, In: Escola de Guerra Naval: Revista Comemorativa do Centenário (Edição Especial), Rio de Janeiro: EGN, 2014
- CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo, **História da Política Exterior do Brasil**, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.
- COERBETT, Julian. **Algunos Principios de Estrategia Marítima**. Buenos Aires, EGN,

1936.

- D'ASSUNÇÃO, **O Projeto de Pesquisa em História**, Petrópolis: Vozes, 2008.
- HOBBSAWN, Eric, **A Era do Impérios: 1875 – 1914**, São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- MAHAN, Alfred T. **The Influence of Sea Power Upon History 1660 – 1763**, 1890.
- MARTINS, Hélio Leôncio. **História Naval Brasileira**. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, Serviço de documentação da Marinha, 1997. V. 5 t. I B.
- SILVA, Francisco; ALMEIDA, Alves; LEÃO, Karl, **Atlântico: a história de um oceano**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.



## SOLDADOS DO CORPO ALPINO ITALIANO NA BATALHA DE STALINGRADO<sup>1</sup>

Luiz Gustavo Cossari <sup>2</sup>

Em 1942, após já terem combatido na malograda invasão da Grécia nos anos anteriores da guerra, três divisões alpinas - Julia, Cuneense e Tridentina, reorganizadas, totalizando 63 mil homens, partiam para reforçar o avanço alemão no front leste. Pois naquele verão, Mussolini decide, a pedidos de Hitler, intensificar o engajamento italiano na guerra contra a União Soviética. Aumentando ainda mais o contingente que lá se encontrava desde a Operação Barbarossa, em 1941. O primeiro corpo expedicionário italiano, denominado CSIR (Corpo de Expedição Italiano na Rússia) composto por 62.000 soldados, foi enviado ao front russo no início de julho de 1941, depois que Mussolini convencera Hitler a aceitar o engajamento italiano, visando participação nos espólios da guerra, acreditando que seria uma campanha curta. O que denuncia total falta de conhecimento do Duce das condições as quais estava expondo seus homens, bem como o desprezo pelas conseqüências. De nada adiantou as advertências de seus generais.

Este novo efetivo de 227 mil homens, dos quais 63 mil das divisões alpinas e mais outras divisões de infantaria regular foi denominado ARMIR, sigla em italiano para Exército Italiano na Rússia. Sua missão era juntar-se aos veteranos do CSIR que lá estavam desde 1941, formando uma única força combativa, o 8º Exército Italiano que respondia aos alemães do Grupo de Exército A, que incluía o 6º Exército, com a missão de atacar a leste dos rios Don e Volga. (DAVIES, 2009, p.120). Mas ainda mantinham certa independência operacional sob o comando de oficiais italianos.

As dificuldades começam mesmo antes mesmo da luta, pois os alpinos tiveram de desembarcar do trem de carga que os trouxera da Itália e percorrer marchando em meio às estradas lamacentas da Ucrânia os últimos trezentos quilômetros que os separava das posições defensivas frente ao Rio Don. (DiGIANGREGORIO. Disponível em: <http://www.anaabruzzo.eu/ana-abruzzo/memorie/campagna-di-russia.html>).

<sup>1</sup> Trabalho apresentado originalmente no VI Congresso Internacional de Historia, organizado pela Universidade Estadual de Maringá.

<sup>2</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina e Licenciado em História pela Universidade Estadual de Londrina (2010).

Integrantes dessa nova força, as divisões do Corpo Alpino Italiano inicialmente partiram rumo às montanhas do Cáucaso, pois é no elemento montanhoso que estas tropas poderiam exercer suas especialidades que os configuravam como unidades de elite. Mas no meio do caminho, acabaram sendo deslocados para outro destino final, pois, por decisões estratégicas alemãs, os alpinos seriam deslocados para a frente do Don, a norte de Stalingrado, juntando-se ao 8º Exército. Combateriam na planície a guerra moderna de movimento, enfrentando tanques, aviação e artilharia pesada.

Essa mudança drástica selaria seu destino, sendo obrigados a combater com equipamento inadequado e fora de seu elemento. Estas tropas de elite, os soldados de montanha italianos levaram para as planícies: 4.800 mulas e 1.600 transportes motorizados, não possuíam armas anti-tanques, nem defesa anti-aérea, as armas travavam devido ao congelamento, não possuíam casaco de peles, as botas feitas com pregos causavam acúmulo de gelo e congelamento dos pés. Estes alpinos partiam rumo à planície congelada de até quarenta graus negativos com o mesmo aparato bélico com o qual seus compatriotas lutavam no deserto da África do Norte. (DiGIANGREGORIO. Disponível em: <http://www.anaabruzzo.eu/ana-abruzzo/memorie/campagna-di-russia.html>)

A notícia de mais uma campanha para os soldados italianos lutarem não foi bem recebida pelas tropas, pois foram estes homens aqueles que seriam mandados para morrer em guerras alheias e em condições precárias. Eles sabiam do que falavam, pois já eram veteranos de campanhas anteriores na Grécia, Albânia e Alpes Franceses. (DiGIANGREGORIO. Disponível em: <http://www.anaabruzzo.eu/ana-abruzzo/memorie/campagna-di-russia.html>). Tanto sofrimento, para eles, em consequência de decisões políticas movidas pela megalomania imperialista dos líderes fascistas. Esta opinião com um tom de crítica, também se faz presente no filme *Italiani brava gente* (1965), de Giuseppe de Sanctis.

Faz-se necessário frisar ainda que a campanha dos alpinos italianos durante sua estada na Rússia serve para lançar um outro olhar a respeito do que se tem escrito e pensado sobre a participação italiana na guerra, e particularmente no front leste. Onde os italianos aparecem muitas vezes como indispostos à luta: “O 8º Exército Italiano, que ocupava o flanco do Don entre húngaros e o 3º Exército Romeno, causou preocupações nos alemães desde fins de agosto. [...] O quartel-general do Führer foi obrigado a concordar que se devia usar o XXIX Corpo de Exército reforçar a defesa italiana.” (BEEVOR, 2008, 213). Mas vale lembrar ainda que as condições de combate das forças alemãs também estava comprometida devido às pesadas baixas que já haviam sofrido e, a 27ª divisão blindada dada em reforço ao 8º Exército Italiano, não possuía mais que 50 carros de combate.

(LÉDERREY, s.d., p.179)

O caso dos alpinos faz-se importante o foco pois, diferentemente destes casos que ocorreram nas divisões de infantaria regular italiana – que receberam as primeiras ondas do ataque soviético com objetivo de cercar Stalingrado. Os alpinos se constituíam uma força de elite, e segundo Bedeschi, portadoras cada divisão de sua honra e tradições a zelar pois, os batalhões eram recrutados nos vales alpinos do norte da Itália, seus membros conheciam-se e formavam-se de conhecidos, amigos e parentes, portadores de sentimentos de solidariedade e orgulho, que deram às unidades coesão e ajudaram a forjar sua reputação de combatentes magníficos. (HAMILTON, 2011, p.29). De forma que motivados por este sentimento de identidade de constituírem uma força de elite, os alpinos lutaram com valor e distinção, reconhecidos em comunicados e ordens tanto alemãs quanto soviéticas:

“Nossas cordas, nossos machados de gelo, nossas botas com pregos, e nossas mulas não vão ser necessárias onde estamos indo. Estamos equipados para as montanhas, mas temos de obedecer ordens superiores. Lá às margens do Don, vamos fazer valer nosso motto, ‘di qui non si passa’ (daqui ninguém passa)”. (In: HAMILTON, 2011, p.28). De forma que podemos observar no depoimento do General alemão Günther Blumentritt, comandante do setor guarnecido pela infantaria italiana que veio a sofrer ataques soviéticos, foi com os alpinos que ele contara em situações de risco: “Toda uma divisão italiana batera em retirada às carreiras. Imediatamente tomei providencias necessárias, fechando a brecha com uma divisão alpina e parte da 6ª Divisão alemã”. (HART, 1975, p. 256).

Uma valiosa reflexão a respeito das condições fisiológicas as quais o corpo humano pode ser lançado em condições extremamente duras presentes na guerra de atrito, pode ser encontrado no texto O corpo e a guerra, de autoria do historiador francês Audoin-Rouzeau, contido na coletânea, História do corpo (2008):

“a campanha contínua consistiu a experiência primeira da maioria dos combatentes ocidentais, particularmente no decurso do período em que o combate foi precisamente uma experiência social de massa. Houve consideráveis consequências somáticas. Observemos em primeiro lugar o esgotamento físico dos combatentes mergulhados nessas fornalhas.[...] A ‘batalha’ moderna prolonga, com efeito, interminavelmente a duração do stress dos combatentes, reação ao mesmo tempo física, fisiológica e psicológica que tem por fim mobilizar todas as capacidades de um indivíduo em situação de perigo vital, mas que, prolongada além das possibilidades humanas, provoca um esgotamento irre recuperável. Os combatentes se viram desde modo diante de experiências corporais e psíquicas sem precedente algum na história da atividade bélica ocidental.” (AUDOIN-ROUZEAU, 2008, pp 380-381).



A essas condições estiveram expostos os homens da divisão alpina italiana designada a para a missão de fechar a brecha à qual Blumentritt referiu-se foi a Divisão Alpina Julia, na qual serviu Giulio Bedeschi. As experiências vividas nesses dias difíceis aparecem com detalhes no escrito do italiano. E os alpinos lutaram, enfrentando duríssimas condições, de forma que, mantendo o front por 45 dias de combates ferozes (até janeiro de 1945) contra um inimigo superior em homens, meios e suprimentos à uma temperatura hostil de até -40°C e os congelamentos decorrentes, os alpinos resistiram entrincheirados na planície aberta. Situações que mostram que a vontade de resistir à aniquilação chegava a produzir momentos de bravura e heroísmo como no caso de ataques frontais de soldados desarmados investindo contra tanques:

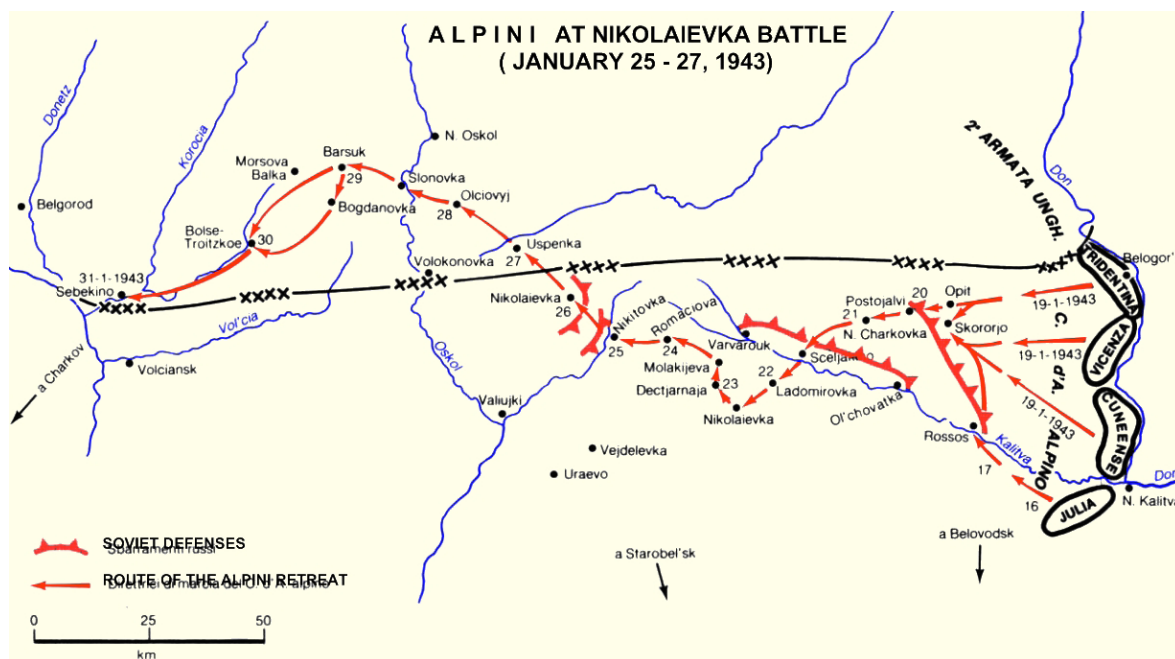
“– Todos os que ainda estão vivos, ao assalto”! Meu grupo à baioneta – rugiu então o coronel Verdotti, empunhado seu revólver. [...] Abandonar tudo! Todos ao assalto. [...] metralhadores desarmados, homens da intendência, telefonistas, enfermeiros, muleteiros, médicos, condutores de veículos, artilheiros sem peças, infantes sem cartuchos, doentes que se arrastavam, feridos arquejando e tropeçando saídos dos postos de socorro, armados de baionetas, granadas, paus e facas, brandindo carabinas a modo de clavas; fantasmas assustadores que rompiam em massa compacta em direção ao inimigo, deixando para trás apenas os moribundos e os mortos.

“Caíram sobre os russos furiosamente, atracando-se a eles, e não podendo fazer outra coisa empenhando-se com eles em luta de morte, diante de tanques que rasgavam a neve e as carnes. Atiravam-se as blindagens, caíam sob as lagartas empastadas de carne e sangue, logo substituídos por outros que por fim logravam erguer os postigos da torre e atirar-lhes granadas por dentro, torcer em furibundas coronhadas os canos das metralhadoras.” (BEDESCHI, pp. 1968, 168)

Episódio este que, como aparece também no escrito de Di Giangregorio, rendeu postumamente ao tenente Ugo Piccinini, comandante de um regimento de fuzileiros alpinos, a mais alta condecoração militar italiana, a Medalha de Ouro do Valor Militar.

Expostos a toda a sorte de morte e sofrimento nos dias da batalha, seu martírio só veio a terminar ainda 15 dias após uma trágica marcha de retirada pela planície congelada, sem munições ou alimentos. Mas os alpinos tinham de suportar a privação para não caírem em cativeiro, de forma que a retirada era a única saída, pois se encontravam cercados em meados de janeiro de 1943. Foi durante essa retirada que as condições de sobrevivência se fizeram ainda mais extremas. Assim, tinha início o calvário destes homens, uma marcha desesperada, uma coluna enorme rumo a oeste em meio à falta de munições, a fome, o congelamento e os vários cercos inimigos e toda a sorte de dificuldade

que enfrentou a coluna de cem mil homens, compostos por 60 mil alpinos italianos, somados aos remanescentes das divisões alemãs, romenas e húngaras que haviam sido destruídas no ataque. Passo a passo “os homens dir-se-iam cegos e mudos; de vivos tinham apenas seu sofrimento. Seus passos marcavam o começo do fim de suas vidas; o que os entrasse, ameaçava-lhes o direito de viver.” (BEDESCHI, p. 1968, 234).



A marcha de retirada dos alpinos, desde o rio Don até o fim do cerco. (HAMILTON 2011)<sup>3</sup>

Tendo de marchar pelos campos, evitando as estradas infestadas pelos russos, e tendo ainda de lutar mais de onze batalhas para escapar ao cerco, e podendo contar somente com uma divisão com capacidade operacional, a Tridentina, para encabeçar a coluna, pois “muitas dezenas de milhares de homens tinham jogado fora as carabinas cujo peso não mais agüentavam, alias tornadas inúteis pela falta absoluta de munições.” (BEDESCHI, 1968, p. 202).

<sup>3</sup> Imagens elaborada à partir da obra citada. disponível em [https://en.wikipedia.org/wiki/Battle\\_of\\_Nikolayevka](https://en.wikipedia.org/wiki/Battle_of_Nikolayevka)



**O Corpo Alpino marcha pela estepe rumo oeste, visando escapar ao cerco e ao cativeiro. (BEDESCHI 1968)**

Mesmo após o combate, o fator agravante da marcha e suas conseqüentes penúrias ainda pairava, pois

“A derrota, grande fator de desmodernização das forças armadas, só deixa a marcha como solução para os soldados que procuram evitar serem capturados.[...] após as grandes derrotas de 1943 constituíram imensas provas corporais para os soldados que as suportaram. [...] A experiência de guerra também subverteu profundamente os ritmos ordinários do corpo. A relação ao tempo fica assim profundamente perturbada pela falta de sono e pela irregularidade das horas de repouso e das refeições. Apesar de novas possibilidades de logística, falta muitas vezes o reabastecimento.” (AUDOIN-ROUZEAU, 2008, p. 382).

O relato de Bedeschi descreve diversas situações em que podemos observar a que condições extremas estes homens, a mercê da aniquilação durante os dias da marcha foram expostos:

“Desordens estalavam com tanta maior facilidade e violência quando os homens e os trenós que se chocavam eram de nacionalidade e exércitos diferentes. A rivalidade entre raças e mentalidades exacerbava-se naquele derradeiro extremo de vida. Um suboficial alemão, por exemplo, obrigava seus compatriotas feridos a descerem do trenó para dar um pouco de descanso aos seus cavalos; os italianos corriam para o veículo vazio. [...] Insultos e maldições erguiam-se então, logo seguidos por disparos.” (BEDESCHI, 1968, p. 234)

Cabe aqui um parênteses para chamar à atenção a um elemento do relato de Bedeschi, relativo

às condições às quais o corpo humano foi submetido durante essa retirada, pois, como médico, ele estava próximo aos feridos e assim e assim a descreve:

“Sucedem coisas incríveis; eu nem sequer imaginava que a resistência humana pudesse chegar a tais limites [...] O frio ainda nos impediu de dormir a noite passada; há cinco dias que não comemos, há seis que estamos marchando... e isso sem falar nos combates. [...] Os feridos, seus ferimentos estão abertos, alguns tem chagas enormes que não posso tratar de maneira alguma... e contudo não noto o menor sintoma de infecção, nem as hemorragias se apresentam serias. Sem dúvida, a temperatura a menos de trinta ou quarenta graus os preserva. Eles vivem chupando gelo. [...] Mas as alterações nos tecidos acentuam-se. Há os que têm os ossos das mãos e dos pés descobertos, ou os dedos caindo aos pedaços. Se conseguirem chegar até um hospital, diversos terão de ser amputados.” (BEDESCHI, 1968, p. 192)



**Soldados Italianos na Rússia, durante a retirada. (BEDESCHI 1968)**

Chamamos ainda a atenção para a descrição que o autor faz a respeito da condição psicológica dos soldados durante a marcha e sua luta pela sobrevivência. Ameaçados às vezes, até por explosões de loucura:

“Entoando uma canção disparatada e incompreensível, um alpino saltou para o lado da fila e apontando a sua carabina contra os camaradas. Um destes saiu da coluna para enfrentar o demente, que disparou estatelando-o na neve. Entretanto, outro conseguira acercar-se dele por trás, disparou-lhe um tiro na cabeça e correu a juntar-se aos camaradas que já levavam alguns metros de avanço.”

“O terror de uma ameaça oculta pairava desde algum tempo sobre a coluna. Uma cólera cega invadia os espíritos, revoltados contra a natureza e contra a vida; os homens amaldiçoavam com irreprimível ódio aquele monstruoso reino do frio, e até as escassas forças que os impediam, no final das contas, de se estirarem na neve e por fim ao inenarrável sofrimento. O apelo da morte começava a parecer-lhes amistoso e agradável, pois convidava ao repouso. Mas quando os joelhos se punham a dobrar, um frêmito desesperado percorria-lhes as pernas e forçava-os a avançar mais dez metros, mais um metro, mais um passo.” (BEDESCHI, p.230)

Condições de extremas dificuldades se fazem também visíveis no que diz respeito à desesperadora falta de alimentos a que esses milhares de homens em marcha enfrentavam. Sem acesso a nenhum tipo de suprimentos, pois os trenós puxados pelas mulas já estavam abarrotados de feridos. Em uma ocasião em que chegaram a uma aldeia abandonada e semi-destruída para conseguir abrigo durante a noite, Bedeschi descreve que no momento da chegada os homens

“Punham-se a dar voltas em redor da isba, dos estábulos, dos currais de porcos, à procura de montes de estrume. Quando encontravam punham-se de joelhos, enterravam as mãos crispadas na neve alta, escavavam-na até a camada de estrume, revolvendo-a como porcos enlouquecidos, a fim de retirar as beterrabas e os nabos podres que a moça da herdade, no tempo do calor, para ali trouxera preguiçosamente, às carradas...” (BEDESCHI, 1968, p. 200)

[E na hora do repouso deitados nos casebres] os soldados estavam nervosos e não conseguiam adormecer. Se algumas horas de repouso não fossem indispensáveis às mulas, eles teriam preferido partir a ficar estendidos nas isbas, mastigando reboco das paredes e chupando fibras de madeira.” (BEDESCHI, 1968, p. 252)

No relato de Bedeschi, podemos ainda destacar um outro elemento social daquela trágica realidade, a relação entre os civis ucranianos e os soldados italianos que, segundo o autor, foram de certa forma amistosas e imbuídas de compaixão por parte dos camponeses da Ucrânia que, segundo ele, comovidos

“juntavam as mãos à vista daqueles homens andrajosos e desfigurados. As mulheres corriam para as cozinhas e voltavam com escudelas de leite que ofereciam aos soldados, [...] os soldados despediam-se com grandes gestos, abraçando as mulheres que se furtavam rindo, e avançavam algumas dezenas de metros com a boca cheia de manteiga, de abelhas, de pão e de mel. [...] – ‘Não comam tanto, rapazes, [...] vocês arriscam morrer de indigestão’ [dizia um oficial médico], segurando com ambas as mãos uma broa de pão que pesava pelo menos três quilos, e da qual já devorara quase

a metade.” (BEDESCHI, 1968, pp. 260-261).

Enfim, depois de tantas mazelas, acabava a marcha e terminava o calvário dos alpinos e dos demais combatentes que integravam a coluna. Enfrentando as mais extremas condições os sobreviventes chegaram às linhas no oeste onde as demais forças do Eixo haviam recuado e estabelecido nova linha de frente. Aqueles que não foram mortos ou capturados seriam repatriados. Restavam os que não sucumbiram diante da fome, do frio, do congelamento, das doenças, dos piolhos, dos combates contra o cerco do inimigo, até dos assaltos de aviões russos contra a coluna desarmada. Depois de quarenta e cinco dias de uma vida sem esperança, arrebatada de hora em hora ao frio, à morte, ao absurdo, ao cabo de quinze dias de cerco, onze combates e setecentos quilômetros percorridos a pé a neve, os homens [...] gozaram pela primeira vez de sono tranquilo e repousante. (BEDESCHI, 1968, p.263).

A catástrofe italiana na Rússia serviu para agravar ainda mais, segundo Di Giangregorio, a situação da Itália na guerra e dos fascistas, que já em 1943, viam a expulsão das forças eixistas da África do Norte pelos aliados e viviam a expectativa de uma invasão aliada em território italiano (FREDBORG, 1945, p. 186). Assim, a derrota na Rússia foi do regime fascista, de sua gestão da política externa e militar, da hierarquia e dos oficiais superiores, a todos os níveis; foram todos cúmplices do Duce. De forma que, segundo Di Giangregorio, o governo fascista procurou esconder dos olhares da população os soldados que voltavam do front russo, de tão miserável o estado em que se encontravam os poucos sobreviventes de uma campanha desastrosa, como podemos observar também num episódio narrado por Badeschi, quando os alpinos retornando da Rússia, são tratados da seguinte maneira na primeira estação italiana, o que provocou a revolta dos soldados que tanto tinham lutado para serem assim tratados de volta ao lar e com um fim inglório:

Para os vagões, vamos partir!

- gritavam os funcionários da estrada de ferro.
- Fechem os vidros das janelas! [...] gritavam ainda os funcionários passando diante dos vagões e fechando a chave as portinholas.
- Ninguém mais pode descer! Nas estações é proibido mostrar-se às janelas! Fechem os vidros. Insistiam as vozes. [...]
- Não convém que a população os veja, é a ordem.
- Não somos gado! - Começaram a protestar de dentro dos vagões.
- Estamos na Itália! Nós somos os alpinos! (BEDESCHI, 1968, p.283)

Segundo Hope Hamilton, dos 63 mil soldados enviados para as estepes ucranianas, houve cerca de 51 mil baixas entre mortos, feridos, capturados e desaparecidos Não obstante, conforme Di

Giangregorio, este não fora o fim da guerra para os sobreviventes de Stalingrado pois ainda era 1943. Restavam mais dois anos de conflitos com adesão de muitos dos alpinos aos partisanos nas montanhas, ao exército e aos aliados, ou ainda, às forças da República Social Italiana que combateram pelo Eixo. Oficialmente o Corpo Alpino Italiano foi desbaratado depois da guerra como restrição ao tratado de rendição italiana que restringia as forças militares, para ser reativado quando da fundação da OTAN. No que se refere à memória, como antes mencionado, é vasta a produção cultural a respeito da campanha italiana na Rússia, e conta-se ainda com uma associação de veteranos alpinos, que possui web site com vasto conteúdo relacionado ao tema. Além de existir também, desde 1993, o Museu do Médio Don, na cidade de Rossoch, na Rússia e é dedicado à memória dos combatentes italianos daquela campanha.

#### **Referências bibliográficas:**

- AUDOIN-ROUZEAU, Stéphane. Massacres, o corpo e a guerra. In: COURTINE, Jean Jacques. História do corpo. 4ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BEDESCHI, Giulio. Cem mil marmitas de gelo. São Paulo: Flamboyant, 1968.
- DAVIES, Norman. Europa na Guerra 1942 a 1945. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- Di-GIANGREGORIO, Maurílio. Gli alpini di Castel di Ieri e gli alpini abruzzesi nel ricordo Del Sottotenente Giuseppe Prisco. Disponível em: <http://www.anaabruzzo.eu/anaabruzzo/memorie/campagna-di-russia.html> Acesso em setembro/2012.
- FREDBORG, Arvid. Atrás da muralha de aço: Um correspondente sueco no III Reich – 1941-1943. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.
- HAMILTON, Hope. Sacrifice on the steppe: The Italian Alpine Corps in the Stalingrad Campaign, 1942-1943. USA: Casemate, 2011.
- HART, Liddel. O outro lado da colina. Trad. Cel. Art. Luiz Paulo Macedo Carvalho. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército, 1975.
- KREIPE, Werner. Decisões Fatais. Rio de Janeiro: Hemus, 2005.
- LÉDERREY, Coronel E. A derrota alemã no leste. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1955.
- WATSON, Adam. A Evolução da Sociedade Internacional: Uma análise histórica Comparativa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004

# Eventos

**26 a 28 de Abril de 2016**

**Iº SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA MILITAR**

A organização desse evento busca congrega em um mesmo fórum, acadêmicos, docentes, militares, e demais profissionais e estudantes, pesquisadores da História Militar. Trata-se de buscar a articulação da área de História Militar, tratar da pesquisa na área, da utilização dos arquivos militares no Brasil e na América do Sul.

Também visa a discussão de temas fundamentais para a ampla concepção de História Militar existe como: é possível a cooperação intelectual entre acadêmicos e militares para a consolidação da História Militar como campo de pesquisa?

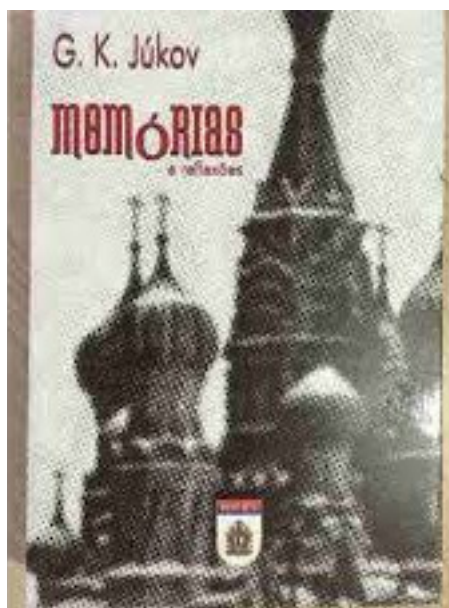
Buscar-se, portanto, reunir e debater os estudos sobre a História Militar em curso no Brasil através de conferências, mesas e simpósios durante o evento, e por meio de publicações impressas e digitais dos resultados obtidos nesse fórum.

Mais informações e inscrição: [http://www.uel.br/cch/his/ISNHM/index.php?arq=ARQ\\_P\\_principal](http://www.uel.br/cch/his/ISNHM/index.php?arq=ARQ_P_principal)





# Livro em Destaque



**JÚKOV, G. K. Memórias e Reflexões - Tomo I. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2015.**

Obra autobiográfica em dois tomos do famoso general do Exército Vermelho, com tradução direta do original russo para o português que aborda desde o período de sua infância, no vilarejo de Strelkovka, a sudeste de Moscou, passando por sua convocação para o exército czarista, durante a Grande Guerra de 1914, o período da Revolução de Outubro e sua filiação ao Partido Comunista Russo e sua atuação no recém-criado Exército Vermelho.

Júkov, depois de consultar os arquivos do Ministério da Defesa da URSS, acrescenta dados de seus documentos pessoais e apresenta minucioso relato dos grandes eventos nos quais esteve, engajado durante a Segunda Guerra Mundial, incluindo as batalhas de Moscou, Leningrado e Stalingrado e também sua atuação nos Quartéis Gerais do Exército Vermelho.

## **SOBRE O AUTOR:**



Com o título de “Herói da União Soviética”, Zhukov é o mais condecorado oficial soviético de todos os tempos, incensado por uns como “gênio militar” e identificado como ‘carniceiro” por outros, acusado de dar pouco valor a vida de seus subordinados, o autor serviu no Exército Vermelho desde a Guerra Civil Russa, se tornando Chefe de Estado-Maior Geral, Vice-Comandante-Chefe (abaixo apenas de Stalin) , Ministro da Defesa e membro do Politburo. Durante a Segunda Guerra Mundial, participou de várias campanhas, liderando as Forças Russas que defenderam Leningrado e Stalingrado e que conquistaram Berlim em 1945.

### **Ficha Técnica**

- **Editora:** Biblioteca do Exército Editora.
- **ISBN:** 978-85- 7011-554-6
- 536 páginas
- **Obs.:** Até o fechamento desta edição, só estava disponível o Tomo I.





Revista Brasileira de  
**História  
Militar**

A Revista Brasileira de História Militar é uma publicação eletrônica, independente, com periodicidade quadrimestral, destinada à divulgação de artigos de historiografia militar, produzidos por pesquisadores brasileiros ou estrangeiros, elaborados dentro dos padrões de produção científica reconhecidos pelos meios acadêmicos. Destina-se também a publicação de trabalhos de pesquisa e de metodologia, além da divulgação de eventos acadêmicos, desde que relacionados à História Militar e aprovados por seu conselho editorial.